



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

“O Microcrédito enquanto instrumento alternativo na política de criação de trabalho e renda em Cabo Verde – O estudo de Caso da ONG Morabi”

Por: Elton Luis Alves Brito.

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento.

Orientado por:

Dra. Ana Margarida Fernandes Esteves, Investigadora Auxiliar,
Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE -IUL

Lisboa, Agosto de 2021

Departamento de Economia Política

“O Microcrédito enquanto instrumento alternativo na política de criação de trabalho e renda em Cabo Verde – O estudo de Caso da ONG Morabi”

Por: Elton Luis Alves Brito

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientado por:

Dra. Ana Margarida Fernandes Esteves, Investigadora Auxiliar,
Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE –IUL

Lisboa, Agosto de 2021

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha Mãe, Maria de Fátima Barbosa Alves, mulher única e especial, a quem tudo devo nessa vida.

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho foi possível graças ao trabalho e esforço, mas também devido a colaboração e apoio de outras pessoas a quem serei sempre grato.

Agradeço a minha família minha irmã Núria Alice, meu pai Noé Santos e a minha namorada Andrea Rosa pelo apoio e pelo carinho. Agradeço as minhas tias Gagaxa, Luluxa, Mery Timas, Madalena Silva e Maria Cardoso pelo apoio incondicional e por todo suporte que me deram durante esta caminhada.

Agradeço também aos meus colegas de mestrado e aos meus professores que tiveram um papel importante para que a chegada deste momento fosse possível. Uma palavra especial à minha orientadora a Dra Ana Margarida Esteves pelo seu apoio e pela sua colaboração na concretização deste trabalho.

Aproveito também para deixar aqui uma palavra de agradecimento aos membros da organização Morabi que se disponibilizaram para colaborar e realizar as entrevistas para este trabalho.

Enfim agradeço a todos que de uma forma ou de outra deram o seu contributo e permitiram-me concluir mais esta etapa da minha vida.

Obrigado a todos.

Resumo

O Microcrédito enquanto instrumento poderoso de criação de trabalho e renda, na luta contra a pobreza e exclusão social, de inclusão financeira e de promoção do (micro) empreendedorismo ganhou protagonismo nos anos 70 com Muhammad Yunus no Bangladesh, sendo depois reconhecido e implementado em vários países por todo o mundo.

Em Cabo Verde os primeiros passos na implementação do Microcrédito foram dados nos anos 90, através da iniciativa de Organizações não Governamentais (ONG's) locais apoiadas por suas congéneres internacionais, que lhes forneceram *Know how* e recursos financeiros necessários para este processo.

Cabo Verde enquanto país em Desenvolvimento adotou este instrumento como uma alternativa na política de criação de trabalho e renda e de luta contra a pobreza e exclusão social, desenvolvendo legislação e criando condições para a maximização do impacto deste instrumento nas famílias cabo-verdianas.

Com este estudo pretende-se compreender a importância do Microcrédito na vida dos beneficiários dos Programas disponibilizados pelas instituições de Microfinanças (IMF) em Cabo Verde, e como isso contribui para o desenvolvimento socioeconómico do país.

O estudo empírico foi realizado com base numa metodologia de natureza qualitativa, através de um estudo de caso único, usando a técnica de entrevista semiestruturada a uma das maiores ONG's e Instituição de Microfinanças de Cabo Verde, a MORABI.

Palavras – chaves: Microcrédito, Desenvolvimento, Cabo-Verde, Pobreza, ONG's.

Abstract

Microcredit while a powerful tool for job and income creation, in the struggle against poverty and social exclusion, financial inclusion and promotion of (micro) entrepreneurship, gained prominence in the 1970s with Muhammad Yunus in Bangladesh, being then recognized and implemented in several countries around the world.

In Cape Verde the first steps in the implementation of Microcredit were taken in the 90's, through the initiative of local non-governmental organizations (NGOs) supported by their international counterparts, which provided them with the Know how and financial resources needed for this process.

Cape Verde as a developing country has adopted this instrument as an alternative in the policy of job and income creation and the fight against poverty and social exclusion, developing legislations and creating conditions for maximizing the impact of this mechanism in Cape Verdean families.

This study aims to understand the importance of Microcredit in the lives of beneficiaries of the programs provided by Microfinance Institutions (MFIs) in Cape Verde, and how it contributes to the socio-economic development of the country.

The empirical study was conducted on a methodology of qualitative nature based on a single case study, using the technique of semi-structured interviews to one of the largest NGOs and Microfinance Institution in Cape Verde, MORABI.

keywords: Microcredit; Development; Cape Verde; Poverty; NGO's.

Índice

Cápítulo 1- Introdução	1
1.1 Objectivos	2
1.1.1 Objectivo Geral	2
1.1.2 Objectivos Específicos	2
1.2 Estrutura do Trabalho	2
Cápítulo 2- Revisão da Literatura	4
2.1 Pobreza.....	4
2.1.1 O (s) Conceito (s)	4
2.1.2 - Breve Contextualização a nível Mundial	6
2.1.3 A pobreza em África, o contexto Geográfico de Cabo Verde.....	8
2.2 A pobreza e o Desenvolvimento Socioeconómico em Cabo Verde	9
2.2.1 Contexto Histórico do Processo de Desenvolvimento de Cabo Verde	10
2.2.2 Desenvolvimento e Pobreza	12
2.2.2.1 O Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP)	16
2.2.3 Desafios ao Desenvolvimento de Cabo Verde	17
2.3 Empreendedorismo e Microempreendedorismo	19
2.3.1 Conceptualização e Evolução do conceito	19
2.3.2 (Micro) empreendedorismo e (Micro)crédito.....	23
2.3.3 Empreendedorismo em Cabo Verde.....	25
2.3.4 Empreendedorismo: Um Instrumento de crescimento económico e criador de emprego	28
2.4 Microcrédito.....	30
2.4.1 Microcrédito - Instrumento de Luta contra Pobreza e Exclusão Social	31
2.4.2 O Conceito e sua Evolução Histórica	34
2.4.2.1 A experiência de Muhammad Yunus	36
2.4.2.2 Grameen Bank – “O banco dos pobres”.....	38
2.4.3 Microcrédito - Instrumento alternativo na política de criação de trabalho e renda	40
2.4.4 Microcrédito - Instrumento de Inclusão Financeira	42
2.4.4.1 Microfinanças.....	42
2.4.4.2 Inclusão Financeira	43
2.4.4.3 O papel do Microcrédito na Inclusão Financeira	44
2.5 Microcrédito em Cabo Verde.....	47
2.5.1 Breve Histórico.....	47

2.5.2 Enquadramento Jurídico e Institucional	48
2.5.2.1 Breve referência ao Sistema Financeiro de Cabo Verde	48
2.5.2.2 Enquadramento Jurídico.....	49
2.5.2.3 Enquadramento Institucional das Microfinanças em Cabo Verde	51
2.5.3 Papel do Microcrédito na dinâmica socioeconómica em Cabo Verde	52
2.5.3.1 Breve referência do Papel do Microcrédito no Empoderamento das Mulheres em Cabo Verde.....	55
Capítulo 3- Estudo de Caso	57
3.1 Metodologia	57
3.1.2 Natureza do Estudo, Método, Recolha e análise de Dados	57
3.2 Enquadramento Contextual de Cabo Verde.....	59
3.2.1 Breve Caracterização do contexto Económica e Social de Cabo Verde	59
3.2.1.1 Estrutura Económica	60
3.2.1.2 Pobreza	61
3.2.1.3 População e Emprego.....	62
3.3 MORABI.....	63
3.3.1 Caracterização da MORABI	63
3.3.2 Programa de Microcrédito da MORABI	65
3.3.3 Impacto do Programa de Microcrédito da MORABI	67
Capítulo 4- Análise dos Resultados	69
4.1 A MORABI Enquanto Instituição de Microfinanças.....	70
4.2 O Programa de Microcrédito da Morabi	72
4.3 O(s) Contributos do Microcrédito da Morabi para o Desenvolvimento Socioeconómico de Cabo Verde.....	76
Capítulo 5- Conclusão	81
5.1 Limitações do Estudo.....	81
5.2 Recomendações e Sugestões para Investigação.....	82
Referências Bibliográficas	83
Anexos.....	87
Anexo I - Guia de Perguntas da Entrevista Semi-Estruturada	87

Índice de Quadros

Quadro 4.1 - Carteira Ativa / Setor de Atividade	74
---	----

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Percentagem pop mundial em extrema pobreza, (1820 – 2015)	6
Figura 2.2 - Percentagem pop mundial em extrema pobreza (1981 – 2015)	7
Figura 2.3 - Percentagem pop mundial em extrema pobreza por região (1981 – 2015).....	9
Figura 2.4 -Taxa de Pobreza extrema (a US\$ 2.9 PPP) e RNB per capita 2001-2015(em US\$)	15
Figura 3.1 – Incidência da Pobreza. Cabo Verde, 2001/02, 2007 e 2015	62
Figura 3.2 - Oganograma	65

Glossário de Siglas

ACDI/VOCA - *Agricultural Cooperative Development international/Volunteers in Overseas Cooperative Assistance*

ADA – Agência de Apoio ao Desenvolvimento

ADEI – Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação

ADF - *African Development Foundation*

AECV – Anuário Estatístico de Cabo Verde

AJEC – Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

APIMF – CV - Associação das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde

ASDIS - Associação para a solidariedade Social e desenvolvimento Comunitário da ilha de Santiago

BCA – Banco Comercial do Atlântico

BCV – Banco de Cabo Verde

BDS – *Business Dynamics estastics*

CE – Comissão Europeia

CECV – Caixa Económica de Cabo Verde

CGAP – *Consultative Group to Assist the Poor*

CV – Cabo Verde

DECRP – Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza

ECV – Escudo Cabo –Verdiano

EDSF – Estratégia de Desenvolvimento do Setor Financeiro

EUA – Estados Unidos da América

FAM-F - Federação das Associações de Microfinanças

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

GOP – Grandes opções do Plano

IAE – Inquérito às Empresas

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDRF - Inquérito as Despesas e Receitas das famílias

INE – Instituto Nacional de Estatística

INSCOOP – Instituto António Sérgio Sector Cooperativo

MORABI – Associação Cabo – Verdiana da Autopromoção da Mulher

MPD – Movimento para a Democracia

MPME – Micro, Pequenas e Médias Empresas

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PDM – País de Desenvolvimento Médio

PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PLPR – Programa de Luta contra a Pobreza no meio rural

PMA – País menos avançado

PME- Pequenas e Medias Empresas

PNLP – Plano Nacional de Luta contra a Pobreza

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT – Portugal

RE – Remessas de Emigrantes

RNB – Rendimento Nacional Bruto

TEA – *Total early- stage entrepreneurial activity*

UN – *United Nations*

VAB – Valor Acrescentado Bruto

C apitulo 1- Introdu o

Muhammad Yunus¹, aquele que   considerado o precursor e “pai do microcrédito”, afirmou que “O Microcrédito pressupõe a concessão de empréstimos sem garantias para apoiar a cria o e o desenvolvimento de negócios geradores de rendimento com o objectivo de tirar as pessoas da pobreza” - demonstrando que na sua g nese o Microcrédito foi criado para contribuir para um mundo melhor, um mundo sem priva es, sem pobreza, em suma um mundo mais igual e justo.

A origem do Microcrédito esta intimamente ligado a um dos principais flagelos que a humanidade enfrenta, nomeadamente, a mitiga o da pobreza e exclusão social, através da concessão de pequenos empréstimos sem garantias a pessoas e segmentos sociais com pouco ou nenhum acesso a recursos financeiros, permitindo-lhes terem acesso aos aspectos essenciais da vida, (alimenta o nutritiva ,saúde e educa o, segurança pessoal e voz política) levando-lhes a estarem mais próximas de realizar as suas aptidões pessoais conforme defende Amartya Sen na sua visão do Desenvolvimento².

O microcrédito tem assumido protagonismo ao longo dos tempos enquanto um dos principais instrumentos alternativos na mitiga o de problemas sociais, como a resolu o dos problemas de pobreza, exclusão (social e financeira) e emprego, um pouco por todo o planeta. Esse protagonismo tem sido maior (mas não só) nas áreas menos desenvolvidas onde pelas características socioecon micas este instrumento tem um maior impacto, na gera o de renda e trabalho.

O presente trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão deste instrumento alternativo no contexto cabo-verdiano e como este contribui para o desenvolvimento socioeconómico do país. Neste contexto Cabo Verde enquanto país em desenvolvimento não fugiu   regra e acompanhou a t ndencia a nível global e adotou em meados dos anos 90 do século XX este sistema alternativo, introduzindo-o como uma ferramenta fundamental na luta contra os problemas sociais que afligiam o país, mas com um enfoque especial virado para a pobreza e a exclusão social, através da gera o de trabalho e renda, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do país.

A grande presença na estrutura social e económica do país de sectores que tradicionalmente são excluidos do acesso ao crédito pelo sistema financeiro tradicional, como sector informal, micro e pequenas empresas e popula o de baixa renda, faz com que o Microcrédito se apresenta como uma alternativa criativa e cr dvel ao sistema tradicional de crédito, no financiamento destes segmentos.

Em Cabo Verde as Organiza es não Governamentais (ONG’S) assumiram desde logo no início do processo de introdu o do Microcrédito no país um papel fulcral, papel que mant m até hoje no funcionamento deste sistema. Tendo em conta esse protagonismo e o trabalho de grande mérito que estas ONG’S tem desempenhado na melhoria das condi es de vida de várias mulheres, jovens e

¹ Pr mio nobel da paz em 2006 e Fundador do Grameen Bank do Bangladesh, considerado a institui o de microcrédito mais antiga e bem-sucedida do mundo.

² Segundo Amartya Sen o ponto central do Desenvolvimento deveria ser “promover a riqueza da vida humana, em vez da riqueza da economia em que os seres humanos vivem “cf: Raworth (2017, pag. 56)

famílias de um modo geral em Cabo Verde, foi realizado um estudo de caso a uma das maiores ONG'S e instituição de microfinanças do país, a Morabi³.

1.1 Objectivos

Segundo Fortin (2006 cit em Sousa 2012, p.14) “o objectivo enuncia claramente o que o investigador pretende investigar. É um enunciado declarativo que precisa as variáveis chaves, a população alvo e a orientação da investigação (...)”

A questão que suscitou e motivou o estudo em causa foi a de perceber qual o papel do Microcrédito no desenvolvimento de Cabo Verde, enquanto instrumento alternativo na política de criação de trabalho e renda. Com isto foram definidos os seguintes objectivos para o estudo:

1.1.1 Objectivo Geral

O objectivo geral deste trabalho consiste em analisar e compreender como é que o Microcrédito enquanto instrumento alternativo na política de criação de trabalho e renda contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde, procurando-se perceber qual a importância do Microcrédito na melhoria das condições de vida dos beneficiários do programa, de suas famílias e respetivas comunidades onde se inserem.

1.1.2 Objectivos Específicos

- Realizar uma abordagem sobre instituições de Microfinanças em Cabo Verde.
- Compreender como funciona o programa de Microcrédito da MORABI enquanto uma das maiores Instituições de Microfinanças de Cabo Verde.
- Perceber como este programa de Microcrédito impacta na vida das famílias em Cabo Verde.

Assim, com este trabalho pretende-se, com a abordagem ao microcrédito, perceber o contributo deste enquanto um instrumento alternativo (na política de criação de trabalho e renda) no contexto socioeconómico de Cabo Verde enquanto país em desenvolvimento, cuja estrutura económica ainda não consegue dar resposta a questões como o emprego, a exclusão social, financeira e a pobreza, que afetam largas camadas da sociedade cabo-verdiana. Trazer mais um contributo, mais uma tentativa de compreender a contribuição do microcrédito no desenvolvimento de Cabo Verde, numa abordagem virada para as Instituições de Microfinanças enquanto principais protagonistas no lado da oferta do Microcrédito no arquipélago.

1.2 Estrutura do Trabalho

O trabalho divide-se em 5 capítulos, com os seguintes conteúdos:

³ ONG cabo-verdiana que com a nova legislação de microfinanças recentemente introduzida no país, passou a ter integrado na sua estrutura uma instituição denominada Cooperativa de poupança e crédito, separando assim a área de microcrédito da área social.

O Capítulo I onde se faz a introdução sobre a temática do trabalho, descrevem-se os objectivos do trabalho assim como a estrutura organizativa do mesmo.

No segundo Capítulo II aborda-se a revisão da literatura ou estado da arte da temática principal do trabalho (microcrédito), revendo os principais autores e estudos que o abordam. Aborda-se ainda temáticas ligadas ao Microcrédito como a pobreza (a pobreza global e a pobreza e o desenvolvimento socioeconómico em Cabo Verde) e o (micro) empreendedorismo. Dentro da temática central do trabalho é realizado ainda uma abordagem específica sobre o Microcrédito em Cabo Verde.

No Capítulo III realiza-se o estudo de caso – Inicia-se com a descrição da Metodologia utilizada para a realização deste trabalho, passando depois para um diagnóstico sobre o contexto económico, social e geográfico de Cabo Verde. Por fim realiza-se a caracterização da Instituição de Microfinanças a MORABI, assim como o programa de microcrédito desenvolvido pelo mesmo, e o impacto do mesmo nos respectivos beneficiários do programa.

No Capítulo IV designado de análise de resultado é analisado o conteúdo das entrevistas semi-estruturadas realizadas aos membros da instituição para a recolha dos dados primários do trabalho.

Por fim o último Capítulo V onde apresenta-se as conclusões e se deixam as notas finais sobre o trabalho desenvolvido e se apresentam as limitações e sugestões para possíveis temáticas ou subtemáticas para futuros trabalhos.

Cápítulo 2- Revisão da Literatura

“A pobreza não é criada pelas pessoas pobres. É criada pelo sistema que construímos, pelas instituições que organizámos e pelos conceitos que formulámos (...)”

Muhammad Yunus.

2.1 Pobreza

2.1.1 O (s) Conceito (s)

“Fundamentally, poverty is a denial of choices and opportunities, a violation of human dignity (...)”
(UN,1998)⁴

É incontornável quando se fala do microcrédito, não se ter presente a questão da pobreza, pois o combate a pobreza é uma das questões centrais que estão na origem da criação deste poderoso instrumento por Muhammad Yunus. A sensibilização de Muhammad Yunus perante a pobreza que estava em seu redor e que assolava o seu País⁵ levou a que este tomasse uma iniciativa que viria a dar origem ao *Grameen Bank*⁶ ou “Banco da Aldeia” na língua bengali, instituição que se tornou uma grande referência na área de microfinanças e não só, com destaque para o microcrédito. (Yunus, 2011)

Apesar da pobreza ser um conceito universal, amplamente utilizado e significativo em todas as paragens do globo, a sua definição tem sido muitas vezes contestada. A própria literatura relativo ao conceito de pobreza está marcado por alguma controversia, havendo diferenças consideráveis de opinião no modo como a pobreza deve ser definida e medida. (Gordon *et al*, 2006)

Conceptualizar o conceito da pobreza é certamente algo complexo, pois este poderá ser definido tendo em conta diferentes variáveis, indicadores e fatores, que levam ao surgimento de vários conceitos e diferentes formas de analisar o problema. (White, Killick e Kayizzi-Mugerwa, 2001; cit. em Ambrósio, sd)

Não obstante essa complexidade subjacente ao conceito de pobreza, existe um fator comum e transversal à questão da pobreza que é a privação derivado da falta de recursos. Segundo Capucha (2004) a privação relativa das pessoas e grupos na sociedade tem sido o critério básico para a sua classificação enquanto pobres.

Isso fica evidente se levarmos em linha de conta conforme afirma Capucha (2004, p.86) que “ O pobre ou o excluído é visto sempre como alguém a quem falta alguma coisa, sendo essa coisa umas vezes o rendimento, se o discurso sobre a pobreza tem como pano de fundo o problema da redistribuição

⁴ Definição da pobreza realizada em 1998 pelas Nações Unidas (UN) disponível em:
https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/ydiDavidGordon_poverty.pdf

⁵ Bangladesh país com alto índice de pobreza, onde nasceu e para onde regressou Muhammad Yunus após terminar a sua formação académica em economia (phd) na Universidade de Vanderbilt nos Estados Unidos da América. Dados Bangladesh disponível em:
<https://data.worldbank.org/country/bangladesh?view=chart>

⁶ Banco Grammen foi criado pelo Muhammad Yunus no Bangladesh em 1976 e era um banco autónomo dedicado aos pobres, principalmente mulheres, cujo principal objectivo era combater a pobreza em toda a sociedade, através da disponibilização de empréstimos. (Yunus, 2011).

dos rendimentos; outras vezes o trabalho, se o problema do pobre é a exclusão face ao mercado de emprego e ao conjunto de recursos que ele proporciona; outras vezes ainda a autonomia e competências culturais, se o discurso sobre a pobreza salienta a condição moral da sub- classe ” - o que realça a questão da privação como uma questão central quando se teoriza sobre a questão da pobreza.

Segundo Gordon (2000, p.52 cit. em Capucha 2004, p.95) “A pobreza geral (*overall poverty*) significa não possuir as coisas que a sociedade pensa serem necessidades básicas e, adicionalmente, não ser capaz de fazer as coisas que a maior parte das pessoas tomam como garantidas seja porque não conseguem pagar para participar em actividades usuais, seja porque são discriminadas de outras maneiras”

Segundo Abbott (2007; cit em Ambrósio, sd) a pobreza pode ser definida com base em dois conceitos nomeadamente a insuficiência material e não –material. Por insuficiência material entende-se os baixos rendimentos que automaticamente levam a um baixo padrão de consumo. A insuficiência não – material abarca aspetos como falta de acesso à saúde e ao ensino, a falta de oportunidades económicas, exclusão social, vulnerabilidades e insegurança.

A pobreza pode ainda ser definida como relativa ou absoluta que são conceitos que estão ligados a uma tradição teórica denominada Socio- económica⁷ que hoje é predominante, tanto na agenda da pesquisa científica, quer em termos do discurso e da prática política. (Capucha, 2004)

A pobreza absoluta apresenta como principal referência a noção de subsistência, em que estão em situação de pobreza as pessoas ou grupos sociais cujos recursos são insuficientes para garantir a satisfação das necessidades básicas. De referir ainda que segundo Sen (1992; cit. em Capucha, 2004) se essa insuficiência significa ausência esse tipo de pobreza é designado de primária e se a mesma tiver a ver com uma utilização disfuncional dos recursos é denominada de secundária.

Relativamente ao conceito de pobreza relativa essa surge decorrente de uma certa relatividade presente no conceito de pobreza absoluta, pois segundo Sen (1981; cit.em Capucha, 2004) designações como a de “necessidades básicas” ou “satisfação” além de serem de difícil operacionalização, são criticadas por serem arbitrárias, visto que assentam em juízos de valor moral e político acerca da ordem social.

Para a pobreza relativa o critério principal deixa de ser a de subsistência passando a ser o da desigualdade, sendo considerados pobres relativamente, as pessoas e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais sejam tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem. (Capucha, 2004)

Segundo Ravillon (1997, p.5; cit em Capucha 2004, p.90) “O método mais correntemente utilizado para determinar um limiar de pobreza relativa consiste em fixá-lo como uma dada proporção da média aritmética ou da mediana da distribuição do consumo ou do rendimento, considerando-se pobres os

⁷ Socio- económica é uma designação atribuída a esta tradição devido a relevância que nela assume o estudo da estrutura da distribuição dos recursos económicos, nomeadamente, das despesas e rendimentos. (Capucha, 2004)

indivíduos, famílias e grupos cujos rendimentos não atingem essa proporção dos rendimentos no país em que vivem”.

Apesar da definição de limiar da pobreza não constituir tarefa simples, é a este conceito que geralmente se reportam as taxas e outros indicadores de pobreza que são utilizados e divulgados pelas instituições na comunicação social e no debate político, isso quer se utilizem na sua “construção” procedimentos de medidas mais simples ou mais complexos. (Capucha, 2004)

2.1.2 - Breve Contextualização a nível Mundial

Conforme iremos constatando ao longo desta análise a redução da pobreza foi continua ao longo do tempo, com um maior engajamento e comprometimento (dos Estados, Organizações Internacionais, Sociedade civil, Ong’s...etc) na luta pela sua erradicação apartir dos anos 90, mas sobretudo com um maior progresso apartir do ano 2000 à entrada para o novo século. Conforme fica expresso no relatório sobre o Desenvolvimento de 1990 do Banco Mundial, (Banco Mundial, 1990) onde é reconhecido que a erradicação da pobreza a nível Mundial consitui uma questão fundamental no processo (ou não) de Desenvolvimento Económico.

Conforme poderemos ver no gráfico a seguir (Figura 2.1) no século XIX mais precisamente em 1820 grande parte da população mundial, cerca de 89 % vivia na condição de extrema pobreza⁸, passando para cerca de dez por cento em 2015 (mais precisamente 9.98%).

Fonte: ourworldindata.org

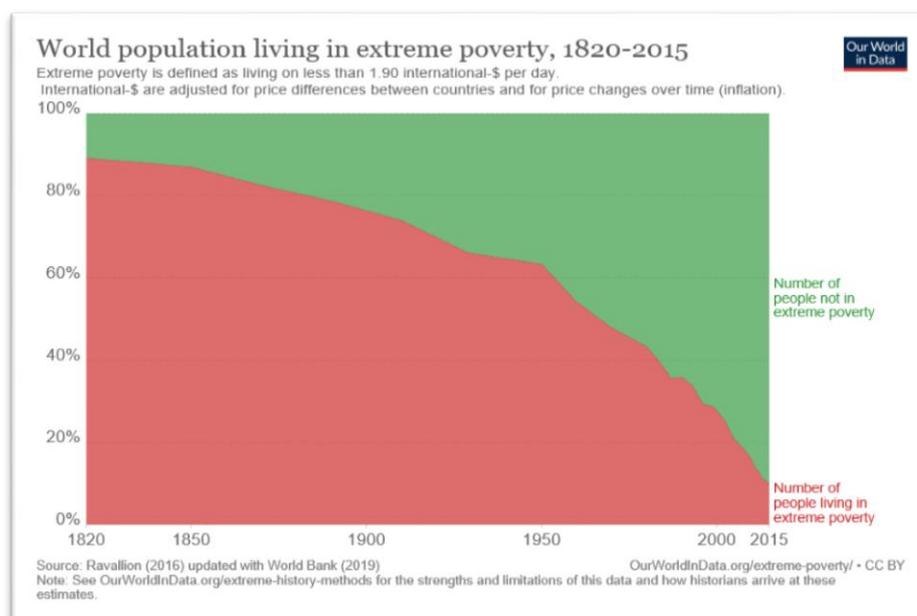


Figura 2.1 - Percentagem pop mundial em extrema pobreza, (1820 – 2015)

⁸ Limiar de pobreza internacional estipulado pelo Banco Mundial que é para pessoas que vivem com menos de 1.90 US\$ (dólar americano) por dia.

Fonte: ourworldindata.org

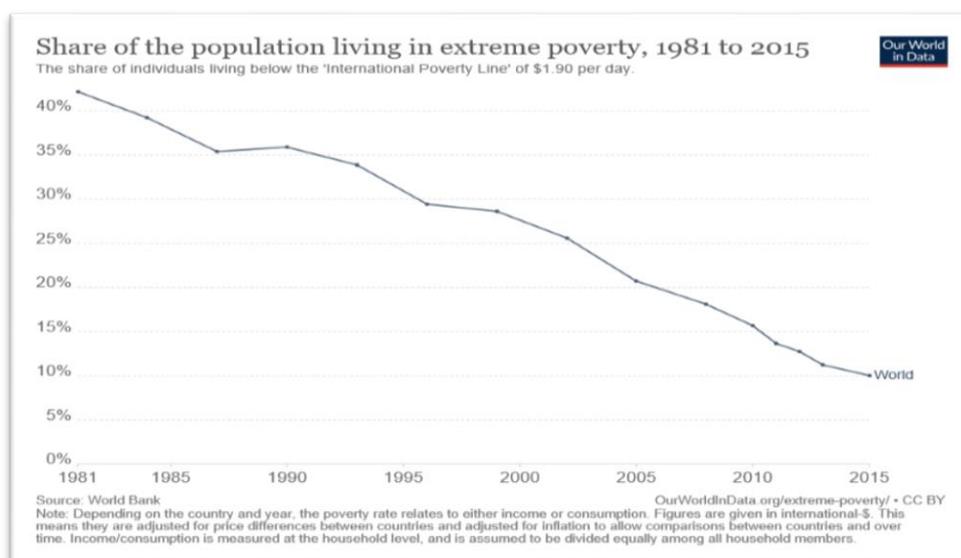


Figura 2.2 - Percentagem pop mundial em extrema pobreza, (1981 – 2015)

Dados mais recentes nomeadamente da década de 80 do século XX até 2015 mostram que a percentagem de pessoas a nível mundial que vivem em extrema pobreza continuaram o percurso descendente e a sofrer reduções consideráveis, conforme dados presentes no gráfico apresentado na página anterior (Figura 2.2). Os dados presentes no gráfico demonstram que a percentagem de pessoas que viviam em extrema pobreza em 1981 era de 44 % da população mundial.

Segundo o Banco Mundial (2018) em 1990 era estimado que cerca de 36 % (mais de 1,8 bilhões de pessoas) da população mundial vivia na pobreza. No ano de 2000 na entrada no novo século esse número cifrava em cerca de 28 %, tendo milhares de milhões de pessoas saído dessa condição desde os anos 90, reduzindo a taxa global de pobreza a uma média de um ponto percentual por ano entre 1990 e 2015, cifrando-se a volta de 736 milhões de pessoas em 2015 (uma redução de mais de 70%).

Não obstante esses progressos na luta contra a erradicação da pobreza, segundo dados de 2015 esta continua presente com mais de 700 milhões de pessoas a viverem na pobreza em todo o mundo, sendo que, em algumas regiões do globo até se tem agravado ao longo das últimas décadas, com a África Subsaariana a ser a região que alberga o maior número de pobres (407 milhões) juntamente com o Sul da Ásia - que em conjunto abarcam mais de 85% das pessoas pobres do Mundo. Cinco países apenas representam metade das pessoas que vivem em extrema pobreza em todo o mundo nomeadamente a Índia, Bangladesh, Nigéria, Etiópia e República Democrática do Congo, sendo a Índia o país que detêm o maior número de pessoas pobres (170 milhões) que representa quase um quarto do total mundial. (Banco Mundial, 2018)

A persistência da pobreza e de privações de acesso a bens essenciais a um grande número de pessoas e famílias em todo o mundo deverá persistir e continuar, pois com a crise da pandemia de Covid 19 em 2020, segundo a PNUD (2020) a pobreza extrema deverá ao contrário dos últimos 20 anos, aumentar,

levando a que mais 115 milhões de pessoas sejam arastados para a condição de pobreza extrema. Aliado à questão da pandemia segundo o Banco Mundial já estavam atuando duas forças negativas, as alterações climáticas e os conflitos, que tem retardado o processo de erradicação da pobreza no planeta. (Banco Mundial, 2020)

2.1.3 A pobreza em África, o contexto Geográfico de Cabo Verde

Numa perspetiva mais regional, a nível do continente Africano (Africa Subsariana)⁹ apesar de ganhos significativos ocorridos principalmente apartir dos anos 90 do Século XX, a nível de crescimento económico e da melhoria dos indicadores macroeconómicos, a nível de indicadores de saúde e educação (com muitos mais jovens a terem acesso a escola), com a redução consideravel no número de conflitos e com a taxa de pobreza extrema a reduzir de um modo geral de 54 % em 1990 para cerca de 41 % em 2015, a taxa de pobreza continua a ser das mais elevadas do mundo em vários países da Africa Subsariana. (Banco Mundial, 2019)

Desde a década de 90 que houve uma alteração na concentração da pobreza extrema passando de uma grande concentração nas regiões Asiáticas (Sul da Ásia e Leste Asiático e pacífico)¹⁰ nos anos 90, para tendencialmente se concentrar em grande medida na África Subsariana, onde residem a maior parte dos pobres do Mundo – tendo crescido de 278 milhões em 1990 para 413 milhões em 2015. Dos 28 países mais pobres do mundo (com maiores taxas de pobreza extrema), 27 estão localizados na região da África Subsariana, com taxas de pobreza acima dos 30 %. (Banco Mundial, 2018)

Os dados presentes no gráfico (Figura 2.3) demostram como ao contrário das outras regiões a nível mundial a África Subsariana tem tido dificuldade em combater a um ritmo mais acelerado a pobreza extrema, sendo que em 2015 quatro das seis regiões em desenvolvimento apresentavam taxas de pobreza extrema abaixo dos 10%, enquanto, na África Subsariana esta se fixava a volta dos 41%.

⁹ Dados Banco Mundial sobre África Subsariana: https://www.worldbank.org/en/publication/macro-poverty-outlook/mpo_ssa

¹⁰ Cerca de 80 % da população extremamente pobre vivia nestas duas regiões nos anos 90. (Banco Mundial 2018).

Fonte: Ourworldindata.org

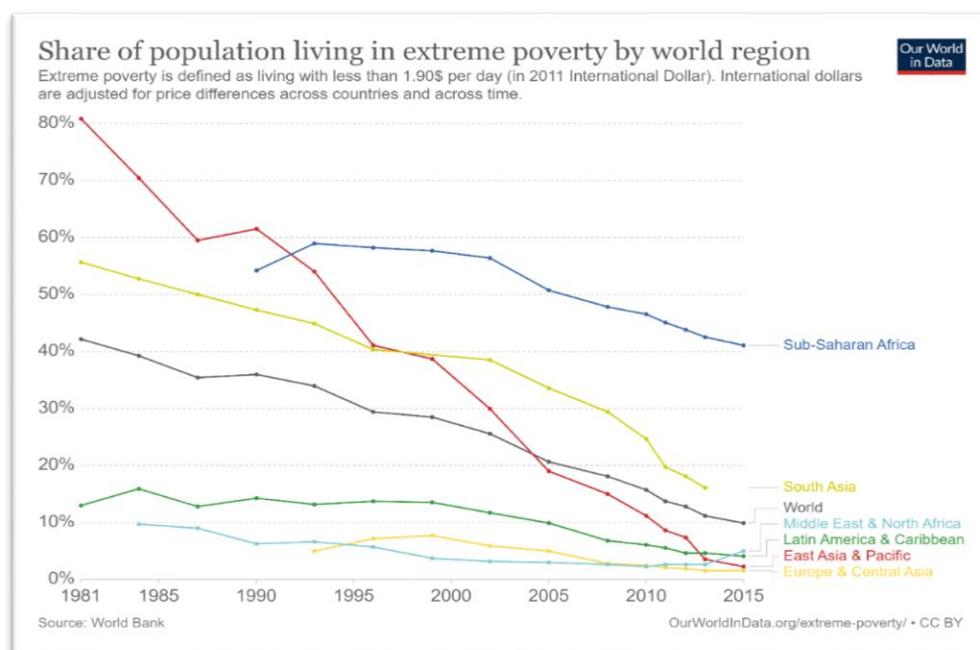


Figura 2.3 - Percentagem pop mundial em extrema pobreza por região, (1981 – 2015)

Projeções para os próximos anos não são muito auspiciosos para a região Africana pois segundo o Banco Mundial (2018), com o crescimento económico previsto nos próximos anos as disparidades regionais tenderão a aumentar levando a que muitos países da região apresentem taxas de pobreza extrema acima dos dois dígitos.

2.2 A pobreza e o Desenvolvimento Socioeconómico em Cabo Verde

“(...) As conquistas económicas de Cabo Verde nos últimos 30 anos têm sido espetaculares e não têm precedentes no continente Africano (...)”

(World Bank ,2018a)

Este reconhecimento pelos organismos internacionais (Banco Mundial) é a prova de que Cabo Verde tem conseguido apesar de vários contrangimentos alcançar valores interessantes nos indicadores económicos, sociais e políticos, apontado como um exemplo de democracia em África e no mundo.

Nesta secção iremos ver em que contexto se deu início ao seu processo de crescimento e desenvolvimento desde a independência até os dias de hoje, qual tem sido a estratégia utilizada durante esse periodo que permitiu um crescimento económico assinalável e uma redução da pobreza também interessante, que culminou com a graduação de Cabo Verde ao patamar de país de desenvolvimento médio na classificação das Nações Unidas. Lançaremos também um olhar sobre os principais desafios

que o país enfrenta os quais terá de fazer frente caso queira continuar na senda do crescimento e do desenvolvimento elevando os indicadores económicos e sociais.

2.2.1 Contexto Histórico do Processo de Desenvolvimento de Cabo Verde

Apesar de Cabo Verde estar inserido num contexto (África Subsariana) onde os indicadores da pobreza continuam abaixo do desejável conforme foi visto no ponto anterior, o país tem conseguido dar uma resposta muito positiva no combate à pobreza ao longo dos anos, mesmo sendo este um problema muito persistente e presente no quotidiano das ilhas.

O Arquipélago de Cabo Verde desde cedo logo após a sua independência em 1975 deparou-se com o desafio da pobreza, como é referido pelo Governo de Cabo Verde através do relatório (Cabo Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável¹¹, 2012). Segundo este relatório a pobreza em Cabo Verde apresenta-se como um problema de natureza estrutural que é agravada por fenómenos conjunturais como as secas cíclicas, a estagnação ou recessão económica, e outros aspetos como a condição perante o trabalho, onde o nível de desemprego tem-se apresentado elevado ao longo dos tempos, muito devido à estrutura produtiva nacional que não consegue gerar emprego suficiente para absorver a mão de obra desempregada no país.

Aquando da sua independência em 1975 Cabo Verde encontra-se com um quadro muito agravado de subdesenvolvimento, uma economia basicamente de subsistência, com um sector primário débil (agricultura muito limitada e pesca artesanal), uma população com elevadas taxas de analfabetismo, com muitas dificuldades de acesso a cuidados de saúde, falta de profissionais de saúde, ausência de água potável e condições sanitárias muito precárias, taxa de desemprego elevadíssimo, um sector secundário muito limitado com pequenas atividades de pesca para exportação, exploração de salinas e construção naval que se realizava na cidade do mindelo. A nível do sector terciário os transportes tinham dificuldades pois não havia praticamente infraestruturas rodoviárias e marítimas, o que não permitia um desenvolvimento adequado do turismo e do comércio, em suma um país com um quadro socioeconómico muito difícil para a construção do seu processo de desenvolvimento. (Leite, 2004)

O primeiro Plano de Desenvolvimento (PD) apareceu nos anos 80 (1982-1985) durante a vigência do regime de partido único (1975-1990), com uma política mais centralizada ou planificada e tinha como objetivos principais a melhoria das condições de vida da população de um modo geral, desenvolvimento das infra-estruturas básicas nomeadamente a agricultura, transportes, comunicações e indústria. Também priorizava os sectores da educação através da promoção da literacia, da saúde e o incentivo à criação de atividades económicas. (Leite, 2004)

O segundo PD (1986-1990) segundo Leite (2004) veio refoçar as linhas orientadoras já presentes no primeiro, trazendo um dado novo que era a crescente preocupação do país relativamente a sua posição económica no contexto mundial e a introdução de algumas medidas no sentido de reduzir as disparidades

¹¹ Relatório disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>

regionais e sociais que marcavam o país, levando ao crescimento económico (registo médio de 6% ao ano) durante o período da independência até à abertura do país com a implementação do regime de multipartidarismo em 1990.¹² Com a abertura política do país foram introduzidos um conjunto de reformas no sentido de liberalizar a economia e deu-se continuidade com o terceiro PD (1992-95)¹³ onde um dos objectivos centrais além da liberalização económica é a redução da pobreza, o combate ao desemprego que afetavam o país.

Durante esta década houve um reforço das medidas já implementadas no âmbito dos processos de descentralização, privatização e liberalização com reformas introduzidas nos sistemas judicial, financeiro e parlamentar, tudo isto dentro do 4º Plano de Desenvolvimento (1997-2000). (Leite, 2004)

Apesar de estes planos (planos de desenvolvimento) se terem mantido sempre como instrumentos importantes no processo de desenvolvimento do país, ao longo dos tempos foram surgindo novos instrumentos (planos) estratégicos com o intuito de planear e orientar esse processo, conforme iremos referir mais a frente.

A alternância política que vem acontecendo em Cabo Verde e que tem reforçado a Democracia do país (tornando-o um modelo em África) e aumentando a credibilidade deste no panorama internacional, com partidos de espectros políticos diferentes, Movimento para Democracia (MPD) podendo ser colocado mais no centro direita e o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) mais de centro esquerda, segundo Leite (2004) de um modo geral as políticas tem sido de continuidade não havendo grandes mudanças estratégicas no processo de desenvolvimento do país. Conforme afirma Leite (2004, p.8) “A evolução crescente dos diversos indicadores económicos e sociais de Cabo Verde, mostra que a trajetória definida pelos governos de PAICV e MPD se apresenta como uma estratégia de Desenvolvimento muito semelhante.”

Ainda na perspectiva desta autora a mudança de uma economia planificada (durante o período de regime do partido único) para a economia de mercado (com a abertura política), permitiu a liberalização da economia e a abertura ao exterior, que foram condições fundamentais para o bom desempenho no processo de desenvolvimento económico e social do país.

A democracia, a boa governação e estabilidade económica e social do país tem sido um dos principais ativos do país, garantindo-lhe reconhecimento na comunidade internacional o que lhe tem garantido fluxos de investimento externo e de Ajuda no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que são fundamentais para o crescimento da economia cabo-verdiana.

¹² Em 1990 a constituição da República de Cabo Verde foi alterada permitindo o regime de multipartidarismo político, tendo acontecido as primeiras eleições legislativas em 1991 com a vitória do partido Movimento para a Democracia (MPD). (Leite, 2004)

¹³ O 3º Plano de Desenvolvimento que além dos já referidos objetivos, apresenta outros como descentralização do poder económico, privatização das empresas públicas, redução do défice orçamental em relação ao PIB, estabilidade da inflação e equilíbrio do comércio externo. (Leite, 2004, p.3)

Com uma forte política de cooperação para o desenvolvimento, aliado a sua adesão a Convenção de Lomé¹⁴ (aderiu 1978), o país tem implementado diversos mecanismos de cooperação de modo a promover o seu desenvolvimento e uma maior integração na economia mundial. Aproveitando essa cooperação através da canalização de importantes apoios atribuídos pelos seus principais parceiros (principalmente União Europeia)¹⁵ o país desenvolveu uma estratégia de desenvolvimento baseada na abertura ao comércio e investimento externo. (Leite, 2004)

Segundo o relatório de avaliação do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal (PT)– Cabo Verde (CV) (2008-2011)¹⁶ realizado pelos dois países, o arquipélago de Cabo Verde tem atingido patamares importantes de desenvolvimento em vários domínios e indicadores quer mais quantitativos, como tem acontecido com o crescimento do Produto Interno Bruto e do Rendimento per capita, assim como em indicadores mais qualitativos e mais próximos da dimensão do desenvolvimento humano, como melhoria do ensino, da saúde e da esperança média de vida.

2.2.2 Desenvolvimento e Pobreza

O progresso do desenvolvimento do país tem sido assinalável, com o rápido crescimento económico a traduzir-se em melhorias substanciais das condições de vida da população cabo-verdiana de um modo geral, sendo atualmente considerado um caso de relativo sucesso no crescimento e na luta contra a pobreza pelo Banco Mundial. (Banco Mundial, 2018a)

Segundo aponta o Governo de Cabo Verde no seu terceiro documento estratégico de crescimento e redução da pobreza (DECRP III), a abordagem adotada pelo executivo cabo-verdiano tendo em conta as diferentes visões que existem na dicotomia crescimento e redução da pobreza, fica resumido na seguinte frase “*o crescimento económico é crucial e necessário, mas não suficiente para reduções substanciais da pobreza*”. Em suma é necessário criar as condições necessárias ao crescimento económico, mas ao mesmo tempo será necessário adoptar políticas específicas direccionadas à redução da pobreza.

Segundo o Governo de Cabo Verde expresso no seu documento estratégico (DECRP III), os fatores que estiveram origem deste notável crescimento foram: Forte investimento na educação e saúde após a independência; o processo de abertura da economia; as reformas para economia de mercado e privatização na década de 1990 e as reformas profundas executadas na primeira década do século XXI (entre as quais agenda de reforma do estado, manutenção de um ambiente macroeconómico estável, e

¹⁴ Acordo comercial assinado em 1975 entre a União Europeia e os países ACP (África, Caribe e Pacífico) que vigorou até a assinatura do acordo de Cotonou.

¹⁵ A união europeia tornou-se no maior contribuinte para o desenvolvimento de Cabo Verde, que em articulação com os planos nacionais, tem dado diversas contribuições, quer no âmbito das convenções de Lomé e Cotonou, atribuídas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) , pelo Banco Europeu de Investimento e ainda bilateralmente pelos próprios países onde se destaca Portugal. (Leite, 2004)

¹⁶ Relatório disponível em: <https://www.oecd.org/derec/portugal/Conjunta-Programa-Indicativo-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Portugal-Cabo-Verde.pdf>

reformas administrativas no sentido de criar e manter um ambiente de negócios favorável ao investimento). Segundo esta mesma fonte citando um estudo realizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento ¹⁷ aponta 4 razões que estão na base do sucesso de crescimento do país, nomeadamente: (1) O Investimento consistente em capital humano; (2) a boa governação e gestão do Estado e da economia; (3) Estabilidade político – social; (4) Generosidade da comunidade internacional e os laços fortes com a diáspora global do país.

De realçar que quando se fala de “ generosidade da comunidade internacional e laços fortes com a diáspora do país ” esta-se a referir possivelmente aquilo que já foi referido da ancoragem da estratégia de desenvolvimento numa forte cooperação, e no exemplo que já se referiu anteriormente que o país se tornou a nível de democracia o que tem permitido um grande fluxo de capital externo através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)¹⁸ que tem papel fundamental para a dinâmica económica do país. Por outro lado, os laços com a diáspora se concretizam nas remessas dos emigrantes (RE) que são outra rubrica fundamental para a economia do país.

Apesar de ainda ser considerado um país com grandes vulnerabilidades, segundo Leite (2004) Cabo Verde tem conseguido demonstrar uma capacidade e determinação no sentido de uma aproximação aos modelos de desenvolvimento capitalista ocidental, o que lhe tem permitido destacar em praticamente todos os indicadores quando comparados com outros países africanos.

Segundo o Governo de Cabo Verde através do seu Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP III)¹⁹, foi no ano de 2002 que pela primeira vez o Governo de Cabo Verde aprovou um *documento redução de pobreza como um instrumento central de planeamento a medio prazo*. Neste âmbito a pobreza foi reconhecida como um problema estrutural cujo combate deveria manter-se sempre como uma parte integral da agenda de desenvolvimento do país.

Apesar dessa centralidade só acontecer de forma mais expressiva e robusta já no início da década de (2000), a abordagem à questão da pobreza em Cabo Verde já veio desde o período pós independência através dos já referidos Planos de Desenvolvimento. Segundo o Governo de Cabo Verde através do DECRP III, as medidas de políticas no combate a pobreza no âmbito destes planos foram baseados, na generalização da educação; extensão dos cuidados primários de saúde e de programas sociais de promoção do emprego principalmente através de construção de estradas e reflorestação; etc; Segundo esta mesma fonte, novos instrumentos foram implementados como as Grandes Opções do Plano (GOP) documento que também colocava a questão da pobreza como central no processo de desenvolvimento – o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza I (DECRP I) para o período (2004-

¹⁷ Banco Africano de Desenvolvimento, *Cape Verde: A success story*

¹⁸ A APD representa em média 20% do PIB de Cabo Verde segundo Leite (2004). O relatório de avaliação conjunta do PIC (2008-2011) aponta para que esta rubrica represente cerca de 25% das receitas do Orçamento Geral do Estado de Cabo Verde.

¹⁹ Disponível em: https://www.mac-interreg.org/ficherosFckEditor/UserFiles/Noticias/Image/Segunda_covocatoria/Estrategia%20Cabo%20Verde%20DECRP%20III.pdf

2007) que almejava integrar as medidas de intervenção nas áreas de crescimento económico e redução da pobreza, mantendo a ideia de que a pobreza era parte fundamental no processo de desenvolvimento; em continuação com o intuito de debelar as lacunas deixadas pelo primeiro plano foi lançado o DECRP II (2008-2011) e mais recentemente o DECRP III (2012-2016), cuja a estratégia é conseguir melhorar significativamente o desempenho do crescimento económico e reduzir de forma significativa a pobreza.

Segundo Proença (2009) a linha de política direcionada para a redução da pobreza seguida pelas autoridades cabo-verdianas tem sido abrangente, abarcando tanto políticas a nível macroeconómico (orçamental, cambial e monetária), de gestão pública e boa governação, como de natureza mais sectorial e microeconómica, tendo sempre como alvo os grupos e camadas da população mais pobres e vulneráveis. Segundo este mesmo autor é de realçar ainda que a aplicação de políticas públicas no arquipélago ao longo dos anos, deixa claro que o combate à pobreza tem assumido um papel fulcral na definição e na implementação das estratégias de desenvolvimento e crescimento do país.

O crescimento do país ao longo dos anos levou a uma melhoria substancial das condições de vida no país nos indicadores sociais e económicos e consequentemente a uma redução da taxa de pobreza e do número de pobres no país²⁰.

Segundo o *Strategic Country Diagnostic* realizado pelo Banco Mundial (2018a) Cabo Verde esta entre os países Áfricanos (África Subsariana) que mais se desenvolveram nos últimos 30 anos com progressos notáveis a nível social e económico que levaram a uma redução muito significativa da pobreza. Entre 1985 e 2016 o PIB per capita aumentou seis vezes e o crescimento médio anual fixou-se nos (5 %), sendo que entre os anos de (2000-2007) esse crescimento médio anual atingiu os (7 %), o que fez com que o país fosse graduado nesse ano a País de Rendimento médio, fazendo de Cabo Verde o único país africano com uma economia não extrativa a atingir esse patamar em tão pouco tempo, sendo atualmente o país mais rico da África Ocidental e o 9º mais rico da África Subsariana.

De seguida apresentamos um gráfico (Figura 2.4) que tenta mostrar a relação entre o crescimento que o país tem tido através do Rendimento Nacional Bruto e a redução da taxa de pobreza. Os dados mostram a quebra na pobreza extrema que aconteceu no período entre 2001 e 2015, onde também podemos verificar que o Rendimento Nacional Bruto per capita (RNB)²¹ teve um crescimento significativo, em clara sintonia com o decrescimo de pobreza extrema verificado.

²⁰ A incidência de pobreza caiu de 58% em (2001) para 35 % em (2015), assim como a pobreza extrema que caiu em dois terços, passando de 30% para 10 % no mesmo período. (Banco Mundial,2018a)

²¹ O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita cresceu entre 1986 e 2008 cerca de seis vezes, passando de US\$ 500 per capita para US\$ 3000 per capita em 2008. (Banco Mundial, 2018a)

Fonte: World Bank

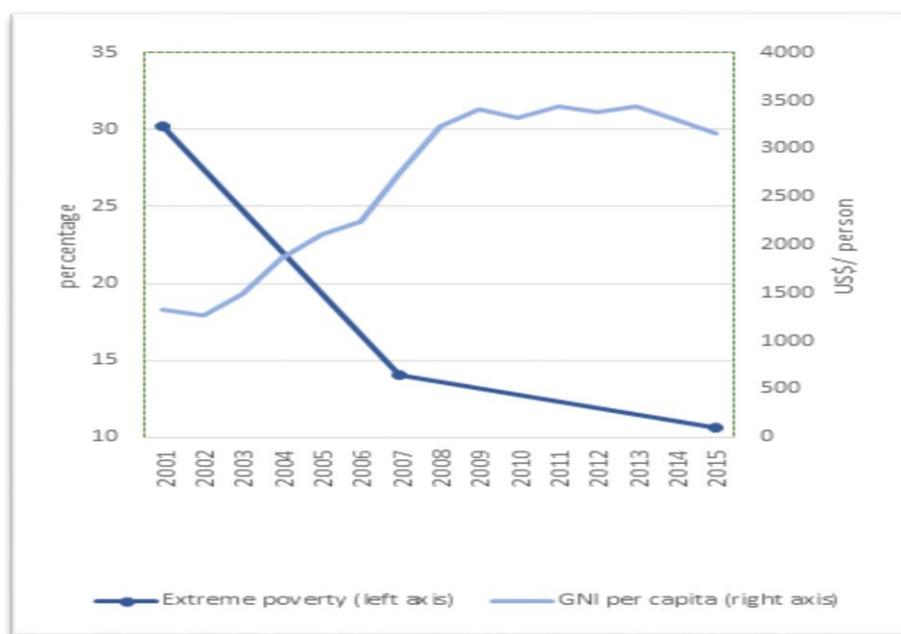


Figura 2.4- Taxa de Pobreza extrema (a US\$ 2.9 PPP) e RNB per capita 2001-2015 (em US\$)

É importante ainda destacar que o país também nesse processo de desenvolvimento conseguiu alcançar progressos importantes a nível dos indicadores de pobreza não monetários, pois como reconhece o Governo de Cabo Verde, a pobreza não é um fenómeno limitado à variável rendimento, mas sim multidimensional. O governo refere no seu documento estratégico (DECRP III), o desempenho de indicadores de desenvolvimento humano como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em que o país atingiu o quinto valor mais alto da África Subsariana em (2011) encontrando-se acima da média regional.

Ainda segundo a mesma fonte o país encontra-se bem posicionado em aspetos como a esperança de vida²², taxas de literacia e índice de educação, assim como liberdades cívicas (com salvaguarda dos direitos básicos dos cidadãos e da liberdade de imprensa). Estes aspetos ficam expressos em *rankings* como o de estados democráticos do mundo realizado pelo *Economist*²³, onde Cabo Verde encontrava-se em 26º lugar, melhor classificado que grande parte dos países africanos e outros como a França, Itália e Portugal. Outro exemplo destacado é o índice de Boa Governação Mo Ibrahim²⁴, onde o país encontrava-se em 2º lugar apenas atrás das Maurícias.

De um modo geral Cabo Verde no que toca aos indicadores não alusivos ao rendimento como, mortalidade materna, matrículas no ensino primário, acesso a uma fonte melhorada de água, que são de

²² Cabo Verde apresenta uma esperança média de vida de 73 anos que é a segunda maior no continente Africano atrás das Maurícias. (Banco Mundial, 2018a)

²³ The *Economist*, The *Economist Intelligence Unit*, *Democracy Index*, 2010

²⁴ Fundação Mo Ibrahim, *Ibrahim Index*, 2011

grande importância no processo de combate a pobreza, o país tem conseguido melhorias muito importantes.

Estes aspetos assumem particular relevância pois desde muito cedo, aquando dos primeiros estudos e análises realizados à situação da pobreza em Cabo Verde²⁵, percebeu-se que a pobreza estava associada quer à falta de instrução (escolarização), à desigualdade nas relações de género e ainda ao desemprego, sendo uma pobreza marcadamente presente no meio rural e que atingia particularmente as mulheres (mães solteiras e chefes de família) os analfabetos e as famílias com agregado familiar elevado, como indica o Governo de Cabo Verde no seu relatório (Cabo Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável, 2012).

2.2.2.1 O Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP)

A luta contra a pobreza conforme já referido anteriormente tem sido um dos grandes desafios que o país tem enfrentado ao longo dos tempos, como é referido pelo Governo de Cabo Verde através do relatório (Cabo Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável²⁶, 2012).

O combate a este desafio teve o seu maior protagonismo a partir dos anos 90 segundo a plataforma (Cabo Verde Development Gateway 2009)²⁷ Cabo Verde seguindo as grandes recomendações da cimeira de Copenhaga em 1995 (iniciativa que contribuiu em grande medida para a conscientização pública e internacional conferindo legitimidade política e credibilidade as campanhas de luta contra a pobreza pelo mundo), criou em 1998 o Plano Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), que veio a constituir-se um instrumento estratégico fundamental para o combate ao flagelo da pobreza em Cabo Verde.

O PNLP tinha como objetivo principal promover a redução durável da pobreza no país e mais especificamente:

- Promover a integração dos grupos e comunidades pobres no processo de desenvolvimento nacional;
- Melhorar os indicadores sociais dos pobres;
- Reforçar a capacidade institucional nacional a níveis central, municipal e local para formular, coordenar e implementar políticas e actividades de luta contra a pobreza.

O PNLP que vem sendo executado desde os anos 2000, integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000) e no de (2002-2005) apresenta como subprogramas: (1) a integração dos pobres na economia; (2) melhoria do acesso social dos pobres; (3) a mobilização social dos pobres; (4) reforço da capacidade institucional. Define ainda como metas a atingir a redução da pobreza absoluta, a elevação do rendimento médio das camadas que vivem abaixo do limiar da pobreza, a melhoria da

²⁵ O primeiro estudo sobre a pobreza realizado no país foi em 1993, e foi realizado pelo Banco Mundial, com base nos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias realizado em 1988/1989. (INE, 2018)

²⁶ Relatório disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035Capeverde.pdf>

²⁷ Disponível em: <http://www.gateway-caboverde.org.cv/index.php/luta-contra-a-pobreza>

capacidade produtiva dos pobres, a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres, tudo isso direccionado para os grupos denominados de prioritários onde se incluem as mulheres (chefes de família), desempregados (particularmente jovens), e outros grupos vulneráveis como idosos, portadores de deficiências ,crianças abandonadas etc. (Proença, 2009)

No seguimento desta estratégia o governo criou no âmbito do PNLP, o Programa de Luta contra a pobreza no Meio Rural (PLPR), financiado pelo FIDA²⁸, que abrange todas as zonas rurais do Fogo, Brava, São Nicolau, Santo Antão, Santiago, São Vicente e Maio promovendo o reforço do capital social das comunidades rurais das áreas de intervenção, através do fomento e dinamização do associativismo comunitário. Segundo o Governo de Cabo Verde (relatório Cabo Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável, 2012) o PNLP através do PLPR mais dirigido ao meio rural (onde inside o maior grau de pobreza no país) alargou o seu âmbito geográfico de atuação passando a cobrir mais de 95 % das zonas rurais.

O país tem feito um grande esforço no combate à pobreza elaborando estratégias que tem tido de um modo geral impactos positivos na mitigação do problema da pobreza. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE,2018) recentemente o Governo assumiu como primeiro compromisso da década para a IX legislatura 2016-2021 a “(...) redução da pobreza relativa para um dígito e a erradicação da fome e da pobreza extrema do país (...)”, o que demonstra a ambição do Governo cabo-verdiano em combater este flagêlo no Arquipélago.

2.2.3 Desafios ao Desenvolvimento de Cabo Verde

Apesar de todos os progressos realizados pelo arquipélago, ainda subsistem enormes desafios, alguns de natureza mais estrutural que persistem e que o país terá de encontrar soluções se quiser continuar no bom caminho no seu processo de desenvolvimento.

Essa ideia fica expresso no relatório de avaliação do PIC (2008-2011) Portugal (PT)-Cabo Verde (CV), realizado pelos dois países (através ministério negócios estrangeiros de Cabo Verde e Instituto Português de apoio ao Desenvolvimento), onde é reforçado que Cabo Verde tem implementado políticas macroeconómicas sólidas criando um ambiente estável para o investimento e expansão da atividade económica, (aumentando o rendimento per capita por 10 num periodo de 30 anos), diminuindo em simultâneo o nível de pobreza absoluta, mas alertando ao mesmo tempo que na fase de desenvolvimento do país, persistem vulnerabilidades que vão além da questão da pobreza e que podem afetar seriamente o futuro do país.

O governo de Cabo Verde no seu documento estratégico DECRP III, aponta como principais condicionantes a superar pelo país no sentido da construção de uma economia com boas taxas de crescimento e ao mesmo tempo sustentável, questões como: Vulnerabilidade estrutural; elevada dependência externa; a questão do desemprego (que tem apresentado valores preocupantes principalmente nas camadas mais jovens) a questão da pobreza persistente; a desigualdade do

²⁸ Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Agência da ONU sediada em Roma.

rendimento e a possível redução das possibilidades de migração, o que levaria a uma quebra nas remessas, que constitui uma rubrica que assume um papel importante na economia dos países.

Relativamente a questão das vulnerabilidades estruturais podemos apontar, a questão da vulnerabilidade face à produção agrícola (país importa mais de 80% dos alimentos e apenas 10% da superfície do país tem vocação agrícola, juntando a isso a instabilidade ligada ao regime pluviométrico; a vulnerabilidade do país face às importações (o país importa quase a totalidade dos produtos que consome) que chegam a cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do país; A vulnerabilidade do próprio ambiente natural (frágil) que agrava o fenómeno da erosão dos solos e acelera a desertificação; A Vulnerabilidade da Insularidade sendo um país de pequena dimensão e insular, é mais exposto a choques externos e de ordem económica e mesmo de ordem natural. (Proença, 2009)

Segundo este mesmo autor fatores como a pequena dimensão que não permitem desenvolver uma economia de escala, e a insularidade que caracteriza o país - “constituem características estruturais que limitam as possibilidades de desenvolvimento da economia” (p. 54).

Relativamente a dependência externa segundo o Governo de Cabo Verde através do documento estratégico DECRP III, o país que apresenta uma economia aberta e altamente integrada na economia global, vê-se muito dependente do comércio internacional e de fluxos de capital externo, apresentando-se os fluxos de capital privado, nomeadamente o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e as Remessas dos emigrantes²⁹ (RE) como as principais fontes de financiamento da economia. Apesar do desenvolvimento do país, este continua muito dependente das ajudas externas (principalmente a APD) e do ambiente externo, pois todo o financiamento do capital e tecnologia é adquirido através do comércio internacional. Neste campo a União Europeia³⁰ desempenha um papel essencial pois grande parte deste fluxo de capital (IDE, APD e RE) provém desta zona geográfica, assim como as exportações do país que são em grande medida (mais de 70%) para Europa, e os fluxos turísticos (cerca de 80%) são provenientes do continente europeu.

Fica evidente a elevada dependência externa que o país ainda apresenta, e que poderão se tornar mais preocupantes na medida em que o país ao ser graduado na lista dos países em desenvolvimento³¹ de país menos avançado (PMA) para país de desenvolvimento médio (PDM), deverá perder grande parte (principalmente) da APD. Segundo o relatório de avaliação da PIC (2008-2011) PT-CV, esta graduação deverá levar o país a reequacionar as suas relações de parceria para o desenvolvimento no quadro da cooperação económica, procurando as diversificar.

Outros desafios persistem como é o caso da pobreza que apesar de como já foi referido tem mantido um comportamento de diminuição e tido uma evolução positiva ao longo dos anos, ainda continua a ser

²⁹ As remessas de emigrantes entre 2001 e 2011 corresponderam em média a 10% do PIB de Cabo Verde. In, DECRP III, Governo de Cabo Verde.

³⁰ Em 2007 Cabo Verde estabeleceu uma Parceria Especial com a União Europeia.

³¹ Em 2008 Cabo Verde foi graduado na lista dos países em desenvolvimento da ONU, de PMA a PDM.

uma preocupação das autoridades cabo-verdianas e que continua a afetar muitas famílias no país. Juntamente com pobreza esta a questão das desigualdades que segundo Proença (2009, p.29) “ (...) a vida melhorou mas há aqueles para quem melhorou muito mais do que para outros. Ou seja a pobreza diminuiu mas a desigualdade aumentou criando fossos entre os mais ricos e os mais pobres. ”

Novos desafios são colocados no contexto atual da pandemia da Covid 19, pois com a quebra no setor do turismo (pilar da economia cabo-verdiana, na criação de emprego etc..) o país será muito afetado, num contexto mundial de contração da economia mundial e principalmente da Zona Euro. Segundo o Banco Mundial através do relatório *Macro Poverty Outlook – Country by Country Analysis and Projections for The Developing World (Sub-Saharan Africa)* de (2020), o fecho do setor do turismo terá impacto significativos no crescimento económico, levando a um aumento da taxa de desemprego para os 19.2 %, e um aumento da taxa de pobreza (taxa de pobreza a US\$1.90 por dia) de 2% , levando a um aumento adicional de 40,000 pessoas a viverem na linha de pobreza, além de outros impactos a nível de receitas fiscais e taxas, assim como na balança de pagamentos pois o turismo representa um das principais exportadores de serviços do país e o principais setores de atividade na formação do PIB do país (cerca 20% PIB nacional).

2.3 Empreendedorismo e Microempreendedorismo

“O empreendedorismo é um importante motor de crescimento económico e de criação de emprego (...)”

(Comissão Europeia)

2.3.1 Conceptualização e Evolução do conceito

Podemos enquadrar o Microempreendedorismo no âmbito do Empreendedorismo, sendo conceitos relacionados, o primeiro remete à escala “micro” prefixo este que nos leva para aquilo ao que podemos chamar de “um empreendedor pequeno ou em pequena escala”. Segundo (Portela *et al* 2008., p. 24) Microempreendedorismo “(...) é um termo composto que remete, por um lado, para uma escala de atividades e, por outro, para uma qualidade ou capacidade do sujeito, o empreendedor.” É de se referir que conforme distingue (Portela *et al* 2008, p.32) o Microempreendedorismo não remete para empreendedores com talentos, rasgos, e capacidades de gestão “micro”, nesse caso reduzidas, mas sim para a escala da unidade económica – as microempresas e os microempreendimentos.

O tema empreendedorismo tem adquirido uma grande diversidade conceptual ao longo do tempo, assim como o termo empreendedor do qual existem diversas definições. (Gomes,2005; Portela *et al.*,2008)

A diversidade conceptual do tema advém em grande medida da sua expansão ao longo do tempo, (Ferreira 2005, cit em Portela 2008) passando do âmbito inicial da atividade económica para áreas como a economia informal, área social com designação de *social entrepreneur* ou até áreas como a política e institucional com a designação de *policy entrepreneur*, *institucional entrepreneur*. Ainda baseado na

revolução tecnológica ocorrido com o fenómeno da globalização dos mercados e o aparecimento de novas oportunidades de negócios (como a multimédia, electrónica, *software*, etc) surgiram outras designações como empreendedorismo de alta tecnologia, de base científica, de conhecimento intensivo, ou ainda empreendedorismo cujo origem adveio das universidades, politécnicos e grandes empresas designadas de *spin-off*³². (Portela *et al.*, 2008)

Assim segundo Portela *et al.* (2008) independentemente da conceptualização que se utilize o que sobressai e o que se deve destacar é a capacidade e o papel que estas unidades (micro e pequenas) protagonizados por indivíduos e grupos desempenham na mudança quer de instituições, políticas, condições sociais etc – ou seja os empreendedores são muito mais do que empresários com ideias novas, mas também políticos, profissionais, especialistas e ativistas, o que realça a complexidade e a pluralidade do tema.

Na tentativa de melhor definir o conceito apresentaremos algumas definições do tema empreendedorismo, mas apenas com o intuito de compreender melhor o que poderá ser o fenómeno do empreendedorismo.

Segundo Gomes (2005, p.3) “Empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship*, sendo utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação.”

Diretamente associado ao empreendedorismo o termo empreender, segundo Portela *et al.* (2008, p.24) significa “criar, tentar, decidir-se (...), empreender pode entender-se numa acepção dupla, decidir levar a cabo uma tarefa ou acção (que é amiúde difícil) ou seja, planear, propor-se a algo (...)”; ao passo que empreendedor “(...) é aquele que empreende, é o sujeito ativo, arrojado (...)”

Para P. Druker (1985, cit em., Portela *et al.* 2008, p.27) o que define o empreendedor é “alguém que está sempre à procura de mudança, reage à mudança e a explora como uma oportunidade.” Remata ainda que os “os empreendedores têm uma atitude mental que os leva a verem oportunidades criadas pela mudança precisamente onde outros vêem, ou tendem a ver, problemas”.

Segundo Carpenter (2011, cit em., Siqueira *et al.*, 2013, p.3) “O termo empreendedor refere-se àquele que começa novos negócios, buscando o lucro, especialmente nos casos que envolvem risco financeiro (...) entende-se empreendedor como aquele que adiciona valor pela identificação de uma oportunidade e ao assumir o risco de transformar sua visão do que é possível em realidade.”

Baseado no seu famoso conceito de destruição criativa do capitalismo que será referido mais a frente, segundo Schumpeter “O empreendedor é, diga-se assim, um agitador do *statu quo* económico – do simples reformador ao revolucionário -, um portador do mecanismo para a mudança, a qual pode surgir quer de dentro quer de fora da economia.” (cit em., Portela *et al.* 2008, p.26)

³² É um termo utilizado para descrever uma nova empresa que nasceu a partir de um grupo de investigadores de uma dada firma, universidade ou centro de investigação (público ou privado), normalmente com o objectivo de explorar um novo produto ou serviço de alta tecnologia. (Portela *et al.*, 2008, p. 22)

Apesar dessa diversidade e complexidade e de ser descrito ao longo dos tempos de diversas formas, segundo Mucha (2017) é consensual a associação do empreendedor (aquele que empreende) à capacidade de assumir e correr o risco e de inovar.

Embora a temática do empreendedorismo seja na atualidade de reconhecida importância e relevância no panorama económico e social, sendo as suas virtudes exaltadas em vários meios e órgãos de comunicação social, no campo da discussão e do debate político, integrando cursos em diversas universidades, este já vem sendo estudado há muito tempo.

Essa atualidade que esta subjacente ao tema, que se acentuou nos últimos tempos (mesmo sendo o tema já objeto de estudo há séculos) segundo Portela *et al.* (2008) é em grande medida resultado do reconhecimento por parte da esfera das políticas públicas, do contributo relevante das pequenas empresas na criação de emprego, na vitalidade da economia e no crescimento económico. Segundo Gomes (2005) esse crescente interesse pela temática do empreendedorismo é em grande medida devido ao fato de este ser considerado uma importante prática no processo de desenvolvimento de alguns países.

Segundo o Diretor do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) em Portela *et al.* (2008) foi durante o século XIX, decorrente da revolução industrial que se passou a reconhecer o empreendedorismo como força de promoção humana, de coesão social e instrumento económico.

O tema tem sido alvo de inúmeros estudos e por diversos autores, mas segundo Filion (2000; cit em Gomes, 2005) a origem do conceito advém das obras de Richard Cantillon, banqueiro e economista do século XIII, cujo interesse pelo tema na altura já não constituía um fenómeno isolado. Segundo Portela *et al.* (2008) R. Cantillon foi o primeiro a reconhecer o papel essencial do empreendedor na teoria económica.

Mais tarde já no século XIX Jean – Baptiste Say um industrial e economista clássico francês, deu continuidade ao estudo do tema, considerando o desenvolvimento económico como um resultado da criação de novos empreendimentos, elaborando uma teoria das funções do empresário onde lhe atribui um papel de especial relevância na dinâmica do crescimento económico. (Filion, 1999; Cerqueira; Paula; Albuquerque, 2000; Filion, 2000; cit em Gomes 2005)

Outros autores vieram posteriormente como David McClelland (psicólogo da Universidade de Harvard) na década de 60 que segundo Siqueira *et al.* (2013) iniciou as primeiras pesquisas sobre o perfil do empreendedor – Peter Drucker (1987; cit in Gomes, 2005) veio a retratar de forma bastante precisa o conceito de empreendedor de Say, ao destacar o papel do empreendedor na transferência de recursos económicos de um setor de menor produtividade para outro de maior produtividade e de maior rendimento, o que permite uma maior eficiência e eficácia à economia, alcançando o equilíbrio financeiro da sua empresa e o máximo de lucros e vendas. Drucker entre outros contributos também centrado na ideia de oportunidade, segundo ele os empreendedores não têm que propriamente de provocar as mudanças, mas sim explorar as oportunidades que são criadas e trazidas pela mudança em si. (Portela *et al.*, 2008)

Apesar de não ter sido pioneiro no tema foi Joseph Schumpeter quem definitivamente deu projeção ao tema, associando o empreendedor ao conceito de inovação, apresentando o conceito de *destruição criadora*³³, conceito esse que se baseia no princípio de que o papel do empresário inovador é o de quebrar paradigmas nas economias de mercado, estabelecendo novos patamares económicos e tecnológicos nas suas estruturas produtivas, com o intuito final de busca de lucro e de realização profissional e individual. (Gomes,2005). Segundo Mucha (2017) é a Schumpeter que se atribui a associação entre os temas do risco e da inovação através do seu conceito de destruição criadora. À luz deste conceito Schumpeter caracteriza os empreendedores como agentes de mudança na economia.

É de se realçar que embora tenham sido apresentados uma ampla gama de conceitos do empreendedorismo por autores contemporâneos, a maior parte dos principais intervenientes no âmbito da temática manteve-se fiel às ideias de Say e Schumpeter. Estes que definem basicamente os empreendedores como “catalisadores e inovadores que estão por detrás do progresso económico”. (Dees, 2001, cit em Portela *et al.* 2008)

Nesta linha ou corrente de pensamento (investigação/perspetiva) que podemos classificar como a visão dos economistas face ao empreendedorismo, que não viam o empreendedorismo como algo que se baseava em traços de personalidade³⁴, levanta-se a questão de justificava da motivação do empreendedor para a sua acção/realização. Neste contexto o empreendedor pode ser motivado por necessidade (empreendedorismo de necessidade) ou por oportunidade (empreendedorismo de oportunidade), que são duas motivações de cariz económico. (Portela *et al.* 2008)

Por outro lado, temos uma perspetiva que mais centrada no indivíduo (psicológica) proveniente do campo das ciências comportamentais, cujo pioneiro e grande referência foi David McClland³⁵ já referido neste texto (a partir dos anos 50). Posteriormente esta linha de pesquisa foi seguida com vários estudos com o intuito de traçar aquele que seria o perfil ou os traços essenciais de personalidade do empreendedor, como intuito de compreender e explicar o fenómeno do empreendedorismo. Em suma baseavam na ideia de que os traços de personalidade tinham um papel fundamental para a concretização do empreendedorismo. (Monteiro,2013; Gomes,2005; Portela *et al.*2008)

Contudo ainda não foi possível cientificamente traçar um perfil psicológico do empreendedor isso em grande medida devido as grande número de variáveis que estão na sua formação, pois o perfil deste dependerá do tempo que este já atua no mercado, da experiência, da região de origem (contexto económico, social etc), do nível educacional, da cultura familiar etc, o que não foi acautelado pelos

³³ Segundo Schumpeter, o processo de descoberta e inovação que ele descreveu como o processo de destruição criativa do capitalismo – modifica o passado e gera novas oportunidades para a criação de riqueza no futuro. (Portela *et al.*, 2008, p. 26)

³⁴ Segundo Pacheco (2009, cit em. Monteiro,2013) os economistas não priorizam as características da personalidade dos empreendedores nas suas investigações.

³⁵ Segundo McClland a necessidade de empreender vem de um desejo de realização pessoal nos negócios, onde este tem a oportunidade de assumir riscos e ter sucesso económico tendo em conta a sua habilidade. Pacheco (2009, *cit in.* Monteiro,2013).

pesquisadores das ciências comportamentais (comportamentalistas). (Dolabela 1999; cit em Gomes,2005).

2.3.2 (Micro) empreendedorismo e (Micro)crédito

É ponto assente a premissa de que sem o crédito nenhuma atividade empresarial consegue desenvolver, como corrobora a Comissão Europeia no seu plano de ação “empreendedorismo 2020”, (CE,2013), reforçando a ideia de que sem financiamento adequado e sem liquidez, torna-se missão praticamente impossível para qualquer empresa funcionar, investir e crescer.

Sendo o Microcrédito objeto de estudo deste trabalho, num contexto empírico de um país de rendimento médio (em desenvolvimento) como é Cabo Verde, torna-se relevante realçar a importância que o (micro)crédito desempenha no fomento do (micro) empreendedorismo. Assim como é reconhecido a importância do empreendedorismo no crescimento económico e no desenvolvimento (social e económico) dos países em geral e das regiões e locais em particular, deve ser reconhecido o papel central do (micro)crédito nesse processo, sendo um importante instrumento de fomento da atividade empresarial.

Segundo Monteiro (2013) “o empreendedorismo e o financiamento são fatores indissociáveis” que combinados fomentam a capacidade empreendedora e a criação de empresas e consequentemente a criação de emprego. Na escala (micro) em determinados contextos que especificaremos de seguida, onde os (micro) empreendedores tem dificuldades de acesso ao crédito da banca tradicional, o (micro) crédito é de vital importância, e juntos conseguem impactar no desenvolvimento social, económico etc de países e regiões.

De um modo geral as Pequenas e Medias Empresas apresentam maiores dificuldades de acesso ao crédito (Matias,2006; cit em Monteiro 2013), mas quando se reporta à escala Micro, as dificuldades de acesso ao financiamento aumentam, pois estão muitas das vezes na condição “exclusão financeira e social”. Em Mucha (2017, p.9) a ideia de dificuldades enfrentadas pelos microempreendedores em particular no acesso aos recursos financeiros fica expressa quando este afirma que “Apesar da gestação da ideia inovadora e da estratégia para a implementar ser um trabalho exigente em diversos domínios, a *mobilização de recursos financeiros é talvez o maior desafio que se coloca aos (micro) empreendedores (...)*”

Em determinados contextos, nomeadamente em países de baixa/media renda e/ou países em desenvolvimento, onde grande parte do tecido empresarial é constituído por Micro, pequenas e medias empresas (MPME), onde a falta de recursos é uma constante, onde grandes camadas da população estão em situação de vulnerabilidade e pobreza, onde escasseiam-se as oportunidades, o (micro) crédito assume um papel de particular relevância, e a relação entre este e o (micro) empreendedorismo ganha força. Segundo Portela *et al.* (2008), o (micro) crédito é um dos instrumentos mais importantes e eficazes de *capacitação para o empreendedorismo em comunidades pobres*, sendo que nestas sociedades

(principalmente as do Sul), a falta de recursos e de garantias pessoais ou reais torna a questão do financiamento uma variável crítica.

Segundo Chandy e Narasimhan (2011) o empreendedorismo definido como atividades associadas com o iniciar e o gerir de um negócio próprio, é mais prevalente entre os países mais pobres do que entre os de rendimentos mais elevados, sendo que para esses países³⁶ o (micro)empreendedorismo constitui muitas vezes a única via para se ganhar a vida. Os autores apontam o exemplo da Índia, onde se estima que 40% das pessoas que vivem no limiar da pobreza no meio urbano trabalham por conta própria (auto-emprego), assim como a Bolívia onde a população que se envolve em atividades empreendedoras é três vezes maior que a taxa dos americanos e cinco vezes mais que no Reino Unido.

A *Global Entrepreneurship Monitor*³⁷, no seu relatório de 2018 (*global report*), baseado no estudo de 49 economias (com diferentes níveis de rendimento) de quatro regiões (Medio Oriente e África, Europa e América do Norte, América Latina e Caraíbas, Ásia Oriental e Sul), revela que a “taxa de empreendedorismo” que representaram através do conceito TEA (*total early-stage entrepreneurial activity*)³⁸ é de um modo geral mais baixa entre países da Europa e na região da América do Norte, que são economias de rendimento tendencialmente elevado (*high-income*). Segundo este mesmo estudo isso se deve muito devido a presença de alternativas de trabalho e altos níveis de competitividade que podem tornar menos atrativa a hipótese de abertura de um negócio próprio. (GEM,2018)

Em Cabo Verde, um estudo sobre o microcrédito e o seu papel no empresariado do país Bernardino *et al* (2017) apresenta numa das suas conclusões que “o microcrédito está intimamente relacionado com o empreendedorismo na medida em que o principal objetivo dos programas de financiamento atribuídos é o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento (...)”. A investigação sugere ainda em conclusão de que o “microcrédito por si só é um instrumento de empreendedorismo, pois é uma iniciativa inovadora que tem grande influência na vida dos beneficiários, permitindo-os desenvolver atividades geradoras de rendimento”. O estudo reforça ainda que existe uma relação forte entre os dois fenómenos, pois o microcrédito estimula e despoleta o espírito empreendedor nos beneficiários dos programas de microcrédito.

A importância dos (micro) empreendedores nas comunidades e na sociedade de um modo geral, é realçado no estudo de Portela *et al.* (2008, p.23) quando se destaca que “Sejam eles motivados pela necessidade ou pela oportunidade, (...), estes *microempreendedores* não estão a resolver apenas o seu problema, mas, ao fazê-lo, contribuem para o desenvolvimento local e para o progresso económico em geral.”

³⁶ Segundo estes autores Chandy e Narasimhan (2011) os empreendedores em países de baixo rendimento são na sua maioria de pequena dimensão e costumam operar de forma informal.

³⁷ Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/about/gem/5>

³⁸ O GEM, classifica TEA, como a atividade empreendedora centrado no período anterior e imediatamente após o início de uma empresa. engloba duas fases: (1) negócio na fase nascente quando o empreendedor está ativamente envolvido na criação de um negócio; (2) na gestão de um novo negócio, quando possui e gere um negócio com até 42 meses de operação. Os empreendedores estão na faixa etária entre 18 e os 64 anos.

No ponto que se segue será realizado uma incursão à temática do empreendedorismo no geral no Arquipélago de Cabo Verde, na tentativa de se perceber melhor como é enquadrado o empreendedorismo e qual o perfil do empreendedor no país.

2.3.3 Empreendedorismo em Cabo Verde

Em Cabo Verde país em desenvolvimento, onde o desemprego (principalmente o desemprego jovem)³⁹ apresenta-se como um problema estrutural, onde a maior parte das empresas são MPME (maioritariamente Micro, cerca de 73 %)⁴⁰, e onde o Estado Social ou Providência continua muito incipiente (devido a várias limitações de ordem económica que o país apresenta), a relação entre o (micro) crédito e o (micro) empreendedorismo assume protagonismo, pois Cabo Verde apresenta o contexto já referido no ponto anterior, propício para esse protagonismo.

Em Cabo Verde, assim como em outras paragens do planeta, é reconhecido o peso das MPME no setor privado assim como a sua importância no desenvolvimento económico, sendo estas fundamentais na criação de emprego e no desenvolvimento das atividades empreendedoras. (Marta,2016)

Segundo a Associação Jovens Empresários de Cabo Verde (AJEC) o conceito de empreendedorismo merece ser alvo de uma certa reflexão e atenção no Arquipélago em grande medida devido a: Elevada taxa de desemprego existente no país; a necessidade de densificação do tecido empresarial; a melhoria da economia real; o aumento da competitividade; a preocupação existente com a criação de empresas; por fim, devido a altas taxas de mortalidade de empresas existentes no país; (Monteiro,2013)

No contexto cabo-verdiano as micro e pequenas empresas são definidas pelo Regime Jurídico das micro e pequenas empresas, lei nº70/VIII/2014⁴¹, de 26 de Agosto. De acordo com este regime, uma *microempresa* é uma unidade empresarial que emprega até cinco trabalhadores e ou tem um volume de negócios bruto anual não superior a 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos)⁴². Uma *pequena empresa* é uma unidade empresarial que emprega entre seis e dez trabalhadores e ou tem um volume de negócios bruto anual superior a 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos) e inferior a 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos). Segundo Marta (2016) de acordo com dados fornecidos pelo Banco de Cabo Verde (BCV) uma *media empresa* pode se definida como uma unidade empresarial que emprega entre onze e quarenta

³⁹ A taxa de desemprego a nível nacional foi de 12,4 % em 2015; desemprego jovem (pessoas com idade compreendida entre 18-24 anos) neste mesmo ano de 28,6 %. (Bernardino *et al.* 2017)

⁴⁰ Segundo o Instituto nacional de estatística de Cabo Verde (INE) através do inquérito às empresas 2018 (IAE), em 2018, das 10.390 empresas que existiam no país mais de 95 % eram MPME, sendo destes 7611 (mais de 70 %) eram micro. Disponível em: http://ine.cv/notas_imprensas/inqueritos-anual-as-empresas-ano-2018/

⁴¹ <http://igae.cv/igae/wp-content/uploads/2019/04/Lei-n-70-VIII-2014-de-26-de-Agos.-Regime-Jur%C3%ADdico-Especial-das-Micro-e-Pequenas-Empresas-1-Vers%C3%A3o-consolidada.pdf>

⁴² 110.265 CVE escudos caboverdianos equivalem a 1 euro. Esse valor é fixo tendo em conta o acordo de cooperação cambial estabelecido entre Portugal e Cabo Verde em 1998, que determina a paridade cambial entre as moedas dos dois países.

e nove trabalhadores e ou tem um volume de negócios anual bruto igual ou superior a 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos) e inferior a 200.000.000\$00 (duzentos milhões de escudos).

Apesar de não existir um quadro regulamentar adequado e próprio à promoção do empreendedorismo, o reconhecimento da importância do empreendedorismo e das MPME no tecido empresarial de Cabo Verde conforme já referido, onde representam mais de 95% da totalidade das empresas existentes, tem levado o Governo de Cabo Verde a implementar um conjunto de medidas (de promoção do empreendedorismo), no sentido de melhorar o ambiente de negócios no país, melhorando também o acesso ao financiamento (que constitui um dos principais obstáculos ao crescimento) das MPME de um modo geral. (Monteiro, 2013)

A importância da criação do ambiente propício que estimule o “espírito empreendedor” e o empreendedorismo é destacado pela *Global Entrepreneurship Monitor* GEM (2018), segundo o qual o ambiente social, cultural, político e o contexto económico, influenciam diretamente o empreendedorismo assim como de forma indireta através dos valores sociais e dos atributos individuais.

Destacamos aqui alguns destas iniciativas apenas na tentativa de mostrar algumas que consideramos serem revelantes, não sendo exaustivo. A criação do GOP (Grandes opções do plano) 2002-2005 como objectivo de “promover a capacidade empreendedora a competitividade e o crescimento (...)”; A criação da ADEI (agência governamental de desenvolvimento empresarial e Inovação) em 2009; Criação da Lei 49/VII/2009, 30 de dezembro “define o regime geral de acesso as atividades económicas (...)”; Lei nº 15/VII/2007, de 10 Setembro que regulamenta a atividade de Micro Finanças; DL 33/2010, de 6 de setembro “Reconhecendo que as pequenas e médias empresas e as microempresas assumem um papel relevante na estrutura económica empresarial dos países e na dinamização da economia (...), estabelece o regime jurídico das Sociedades de Garantia Mútua (...)”; Decreto Lei nº 70/VIII/2014 de 26 de Agosto que “(...) define o regime jurídico especial das micro e pequenas empresas com a finalidade de promoção de sua competitividade, produtividade, formalização e desenvolvimento.”

Mais recentemente é de se destacar como um marco relevante a criação da Pró Empresa através do decreto-lei nº 22/2017⁴³ (em substituição da ADEI) um Instituto Público “de regime especial com a natureza de serviço personalizado do Estado (...), que irá atuar no ecossistema empresarial promovendo a competitividade, o empreendedorismo e as empresas, através da prestação financeira e técnica”. Neste sentido o governo da IX Legislatura deixa expresso neste decreto que “(...) está empenhado na implementação de um conjunto de reformas destinadas a promover o crescimento do setor privado da economia, enquanto parceiro do Estado na criação de oportunidades de emprego, na geração de riqueza e de receitas que financiam o desenvolvimento sustentável da nação”. Acrescenta ainda “ (...) redesenhar todo o atual modelo de apoio e promoção, estabelecendo-se um sistema de incentivos de

⁴³ Disponível em: <https://www.proempresa.cv/index.php/empreendedorismo/documentacao-geral/send/3-pro-empresa/9-estatuto-bo>

diversa natureza , que responda às necessidades, não só dos grandes investidores , mas também das micro, pequenas e médias empresas (...) ”

Já neste ano de 2021 num contexto marcado pela pandemia, o Governo de Cabo Verde criou um novo programa de apoio e fomento ao Microempreendedorismo gerido pela Pró Empresa que conforme é referido no Jornal Observador, visa “financiar os projetos de pequenos empreendedores, sobretudo mulheres e jovens, com operação de microcrédito com garantia estatal e juros bonificados, de até 13.500 euros”. (Observador,2020)

Estas acções de promoção do empreendedorismo não se limitam a esfera do Estado, pois a sociedade civil e outras esferas da sociedade Cabo -verdiana tem realizado iniciativas como: Segundo Carvalho (2012) , A associação de Jovens Empresários de Cabo-Verde (AJEC) que tem desenvolvido um conjunto de projetos para fomentar e apoiar o empreendedorismo no país; No contexto académico a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde que tem desenvolvido iniciativas como a criação de um centro de Desenvolvimento Empresarial desde de 2004, cujo objetivo é contribuir para a promoção do empreendedorismo e criação de empregos etc; Assim como associações de desenvolvimento local que têm projetos neste domínio;

Contudo é de se realçar que apesar deste esforço e do reconhecimento do setor privado e da importância do empreendedorismo para o país, ainda persistem alguns problemas e contragimentos, pois o país continua em posições ainda modestos a nível do ambiente de negócios, como é a posição do país no ranking do *Doing Business*⁴⁴. Segundo Carvalho (2012) os principais constrangimentos do ambiente empresarial Cabo-Verdiano prende-se em grande medida com os procedimentos burocráticos e os custos associados à atividade empresarial, que associados a outros como: Baixos níveis de adoção de inovações e tecnologias; insuficiente rede de transportes marítimos e aéreos; problemas de abastecimento de água e energia; reduzida dimensão do mercado; e alguma deficiência na questão da qualificação dos recursos humanos, acabam por influenciar o processo de atração do investimento direto estrangeiro (IDE) e não permitir que o país alcance melhores posições a nível internacional nas dimensões do negócio (ambiente favorável criação de negócios, empreendedorismo etc).

Segundo o Banco Mundial (2018a), de acordo com o relatório *Doing Business* 2018, Cabo Verde estava classificado na 127 posição⁴⁵ entre 190 países o que o coloca abaixo da média de outros países de rendimento médio-baixo, cujo média de classificação é 118. O mesmo relatório identificou como fatores mais problemáticos assim como já referido anteriormente, o acesso ao financiamento, burocracia governamental ineficiente, as taxas de imposto e uma mão de obra deficitariamente qualificada.

Relativamente ao perfil do empreendedor cabo-verdiano, na linha daquilo que demonstra o estudo da *Global Entrepreneurship Monitor* GEM (2018), que a predominância de um empreendedorismo por

⁴⁴ Publicação realizado pelo Banco Mundial que mede as regulações que melhoram as atividades empresariais e os que os restringem, apresentando indicadores quantitativos sobre regulamentos de negócios e proteção de direitos de propriedade entre economias de 190 países. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/>

⁴⁵ Em 2010 (posição 142); em 2011 (posição 132); em 2015 (posição 122).

necessidade é mais provável de acontecer em países com rendimentos mais baixos comparativamente com países de rendimentos mais elevados, este parece seguir tendencialmente a mesma linha.

Segundo aponta Monteiro (2013) relativamente o empreendedor cabo-verdiano, tudo aponta para um empreendedorismo misto. Segundo o mesmo estudo embora muitas entidades admitem a predominância do empreendedorismo por necessidade, também realçam o facto de existirem empreendedores por oportunidade, embora em menor número. Neste sentido este estudo aponta que embora tenha sido identificado alguns casos de empreendedorismo por oportunidade, o principal motivo apontado pelos empresários para criarem o seu próprio negócio foi a necessidade de realização.

Ainda segundo Carvalho (2012) baseado no estudo de Baptista, Ramalho e Silva (2006) o perfil do empreendedor cabo-verdiano pode ser traçado como alguém, casado exercendo a atividade empreendedora há mais de 10 anos, e com uma idade inferior aos 40 anos e com baixo nível de escolaridade (que na sua maioria tinham o ensino primário).

Destaca-se ainda o facto de predominarem nestas unidades o sexo feminino, que é justificado pelo facto de o desemprego predominar nesta camada populacional. Outro estudo posterior citado por Carvalho (2012) nomeadamente Ferreira (2008) corrobora as indicações anteriores do perfil do empreendedor confirmando a tendência na questão da idade, no ramo de atuação (maioritariamente a nível do comércio) e o predomínio feminino já referido anteriormente. Contudo nota-se um evolução a nível da educação dos empreendedores que aumenta para o nível do ensino secundário, tendência que é confirmada noutro estudo mais recente, Monteiro (2013) onde os resultados demonstram que os empreendedores apresentam um grau de instrução já considerado elevado, nomeadamente o secundário e ensino superior.

Posto isto pode-se afirmar que o empreendedorismo é um instrumento importante para o desenvolvimento do país, pelo que é necessário continuar a apostar na melhoria do ambiente e das condições que permitem a criação do “espírito empreendedor” e fomentem a atividade na sociedade Cabo-Verdiana, assim como eliminar e reduzir os contrangimentos que o limitam, apostando na educação, introduzindo o tema na formação dos jovens no país, bem como incrementar dentro das possibilidades do país a aposta (Investimento) na Investigação e Desenvolvimento (I&D).

2.3.4 Empreendedorismo: Um Instrumento de crescimento económico e criador de emprego

Apesar de como destacado no ponto anterior o empreendedorismo, em grande medida baseado nas PME (pequenas e médias empresas) assumir alguma relevância (na criação de emprego etc) em contextos de países em desenvolvimento, este assume um papel importante na economia de qualquer país de um modo geral (independentemente da escala em que é realizado).

Segundo Gomes (2005, p.2) “O processo de desenvolvimento económico requer a criação de emprego e renda para a população”, pois é isso que em grande medida o empreendedorismo traz como contributo para o desenvolvimento, quando realizado em contexto adequado e condições favoráveis à sua concretização.

Segundo Banha (2000, cit em Monteiro 2013) “ a criação de empresas associado ao fomento do empreendedorismo, permite acelerar o ritmo de crescimento de uma sociedade através de uma melhor utilização dos recursos, aumento do número de emprego e maior diversidade de produtos e serviços de qualidade.”

A importância económica (e não só) do empreendedorismo é apontado pelo Livro Verde da Comissão Europeia (2003) em grande medida devido ao seu contributo nas esferas da criação de emprego, crescimento económico, melhoria que introduz na competitividade (aumentando-a), pelo aproveitamento que este faz do potencial dos indivíduos e por explorar os interesses da sociedade a vários níveis (proteção do ambiente, produção de serviços de saúde, educação e segurança social). (Monteiro, 2013)

Em suma segundo a autora o contributo do empreendedorismo no desenvolvimento de um país pode ser resumido em quatro áreas: (1) a criação de emprego (auto-emprego); (2) através do aumento da inovação e da competitividade; (3) na criação de novas empresas para criação de riqueza; e enquanto opção de carreira para uma determinada parte da mão de obra do respetivo país; (Monteiro, 2013)

A *Global Entrepreneur Monitor* (GEM) através do seu relatório (GEM,2018), reitera que o empreendedorismo é tido como um grande contribuidor para o desenvolvimento económico devido em grande medida ao facto de os empreendedores serem criadores de novos negócios que por sua vez criam novos postos de trabalho, assegurando a variedade no mercado e intensificando a competição e desempenhando um papel importante no aumento da produtividade através da mudança tecnológica.

Vê-se a importância que este instrumento assume e o porquê da sua reconhecida importância no desenvolvimento económico.

Na Europa, o contexto geográfico em que nos encontramos, a Comissão Europeia (CE,2013) adverte no seu documento “plano de acção empreendedorismo 2020” para a importância de se estimular o empreendedorismo no espaço europeu, pois as novas empresas com destaque para as PME, representam a mais importante fonte de criação de emprego, gerando cerca de 4 milhões de novos empregos anualmente na Europa. Segundo a mesma fonte (CE), citado no estudo de Portela *et al.* (2008) é destacado que cerca de 23 milhõeses de PME’s são responsáveis pela criação de cerca de 2/3 dos postos de trabalho do sector privado, o que corresponde a cerca de 75 milhões de empregos.

No Estados Unidos a maior economia a nível mundial, com características distintas do espaço da União Europeia, segundo Portela *et al.* (2008) citando a CE, onde o peso das grandes e muito grandes empresas na economia é substancial, entre os anos de 1993 e 1996 as PME contribuíram para cerca de 350.000 novos empregos. Segundo a *Business Dynamics Statistics* (BDS)⁴⁶ a fracção de emprego criado pelo setor privado americano das *startups*, durante o período de 1980 a 2005 foi de 3% ao ano. Apesar de este representar apenas uma pequena parcela de emprego, é considerado relevante na medida em que

⁴⁶ https://www.kauffman.org/wp-content/uploads/2019/12/bds_jobs_created_011209b.pdf

no mesmo período o crescimento líquido do emprego no setor privado dos Estados Unidos da América (EUA) foi de cerca de 1.8 %.

Segundo o BDS este padrão demonstra que, excluindo os empregos criados pelos novos negócios (empresas), a taxa de crescimento líquido seria em média negativo, o que demonstra a importância das *startups* (novos negócios) na criação de empregos nos EUA.

Os dados apresentados pela mesma fonte, demonstram que nas microempresas (com 1 a 4 trabalhadores) a percentagem de empregos contabilizados no período já citado é de cerca de 20% em média, enquanto empresas de maiores dimensões (com 250 a 499 trabalhadores) a percentagem de empregos contabilizados pelas *startups* é cerca 1.3 %. Contudo deixam a ressalva de que as grandes empresas representam uma parcela relativamente grande do emprego em geral, pelo que a percentagem apresentada (1.3 %) de contribuição para as *startups* (de maior dimensão) pode ser uma grande parte de empregos no universo total das *startups*.

Fica expressa a importância económica que o empreendedorismo tem para o desenvolvimento de qualquer país, independentemente do seu rendimento, dimensão ou situação social, e como ele poderá ser no presente e no futuro um grande instrumento para o processo de alcance da prosperidade em qualquer parte do globo, desde que as condições estejam reunidas para tal.

2.4 Microcrédito

O Microcrédito é em suma, o fornecimento de pequenos empréstimos (valores reduzidos) a pessoas e grupos socialmente excluídos ou em processo de exclusão (social e financeira), de modo que estes consigam melhorar as suas condições de vida, das suas famílias e respetivas comunidades.

O Microcrédito tem-se apresentado desde a sua criação como uma mais-valia e um instrumento reconhecido em todo o mundo no árduo processo de luta contra a pobreza e exclusão social. Uma poderosa ferramenta de inovação e transformação social, que através da sua abordagem inovadora permite que, indivíduos e grupo de indivíduos mais desfavorecidos das sociedades tenham acesso ao crédito, permitindo-lhos a criação de trabalho (emprego e auto-emprego) e renda, estimulando ao mesmo tempo o processo de inclusão financeira, que são mecanismos importantes no processo de redução da pobreza.

Atualmente existem várias formas de Microcrédito que são utilizadas em todo o mundo, mas segundo Nascimento (2011) estas podem ser congregadas em dois tipos principais: Nomeadamente aquele que foi inicialmente criado e concebido por Muhammad Yunus destinado essencialmente a combater a pobreza e outro modelo com uma vertente mais comercial como o que é utilizado em países como o Brasil (uma das grandes referências do Microcrédito no mundo) utilizado como instrumento de financiamento de microempresas, empresários informais etc.

No processo de luta contra a pobreza levado a cabo através do Microcrédito, muito dessa estratégia passa pelo estímulo do (micro) empreendedorismo pela criação de trabalho (auto-emprego e emprego) e renda e pela inclusão financeira das camadas excluídas de acesso ao setor financeiro tradicional. As

metodologias utilizadas pelo Microcrédito permitem ao contrário de políticas com um caráter meramente assistencialistas utilizados no contexto de políticas públicas de combate a pobreza e exclusão, que indivíduos tenham acesso a bens e serviços através de estímulos a poupança e investimento que constituem fatores importantes no processo de expansão econômica.

Ao longo dos tempos tem sido várias as abordagens e iniciativas utilizadas na luta contra a pobreza e exclusão social (apoios sociais, rendimento garantido, doações etc) contudo o Microcrédito trouxe uma nova abordagem na luta contra a pobreza diferenciada em grande medida pela sua capacidade de diminuir a pobreza através da criação de trabalho e fonte rendimento, criando oportunidades que promovem a inserção dos seus beneficiários no sistema produtivo, criando ao contrário de outras abordagens o incentivo a poupança e ao investimento por parte dos seus beneficiários.

Ao promover a inclusão financeira de estratos sociais mais desfavorecidos o Microcrédito permite um combate mais eficaz a pobreza e a outros flagêlos sociais como as desigualdades. O microcrédito permite em certa medida tornar os mercados mais inclusivos através dos seus métodos que reduzem os obstáculos que impedem as camadas populacionais mais pobres e desfavorecidas de participarem nos mercados.

2.4.1 Microcrédito - Instrumento de Luta contra Pobreza e Exclusão Social

O fenómeno da pobreza persistente tem sido um dos principais problemas enfrentados pela humanidade, e a sua erradicação segundo Akoum (2008) citado por Afonso (2010) tem sido uma preocupação presente no discurso político há décadas. E foi neste contexto e perante a inoperância do sistema político do seu país relativamente a este flagêlo, que Muhammad Yunus tomou a iniciativa de ajudar os mais carenciados que viviam nessa condição, dando origem a este inovador e poderoso instrumento de combate a pobreza que é o Microcrédito.

Conforme já foi visto neste trabalho o Microcrédito está intimamente ligado à complexa questão da pobreza, pois, segundo Muhammad Yunus, os pobres são detentores de capacidades que lhes permitem gerar rendimento, sendo o acesso ao crédito (financiamento) o único entrave para a sua concretização. Tendo em conta este fator segundo Yunus (2010, cit em Bernardino *et al.*, 2017, p.74) pode-se entender o Microcrédito como um mecanismo de luta contra a pobreza, pois este instrumento é definido tendo como principal objetivo “reduzir a pobreza e o desemprego através da realização de empréstimos de pequenas quantias, originando desta forma os microempreendedores.”

Além da exclusão financeira, a falta de acesso ao crédito pode levar a exclusão social, sendo que a exclusão social segundo Filho e Luz (2013, cit em Orrico, 2015) vai além dos rendimentos e engloba dimensões como a habitação e a educação, que poderão ter depois influência em aspetos como a ocupação de empregos, gerando assim pobreza e desigualdade. Segundo a ANDC citado em Orrico (2015) o microcrédito constitui um atalho para inclusão social através do Empreendedorismo e da inovação.

Filho e Luz (2013; cit em Orrico, 2015, p.32) acrescentam que a inclusão social está diretamente ligada à criação de emprego e rendimento, pois se as famílias tiverem um aumento de rendimento, isto possibilitará maiores gastos (educação, saúde, habitação etc..). Segundo estes autores a população excluída que normalmente beneficia do sistema de Microcrédito regista aumentos de consumo e melhorias de qualidade de vida, que levará à inclusão de pessoas com baixo rendimento em escalões sociais mais acima na hierarquia social, retirando desta forma várias pessoas da situação de pobreza.

Os autores reforçam a ideia do papel desempenhado pelo Microcrédito na luta contra a pobreza ao afirmarem que “ O Microcrédito poderá ser considerado uma política com forte capacidade para diminuir a pobreza através da criação de postos de trabalho e fonte de rendimento pelos microempresários (...) que contratam mão-de-de obra familiar e local por forma a promover a inclusão social.”

O Microcrédito trouxe uma nova abordagem na luta contra a pobreza pois permitiu a segmentos excluídos do sistema financeiro, pessoas em situação de exclusão em vários contextos terem acesso a recursos e ao financiamento, e desse modo, melhorar as suas condições de vida e das suas famílias. Permitiu também atingir outras dimensões menos tangíveis, pois segundo Sansón Mizrahi (2008) citado em (Orrico,2015) o Microcrédito aumenta a capacidade de produção dos pobres, tornando-os mais confiantes e com maior autoestima.

Matin *et al* (2002, cit em Afonso, 2010) apresentam quatro características que segundo estes diferencia o microcrédito de outros mecanismos anteriores: apontam as taxas de reembolso dos empréstimos concedidos que são muito elevadas, atingindo taxas de 95% em algumas instituições; a questão do mecanismo de grupo; a aceitação da questão de que os pobres necessitam de acesso ao crédito (e não crédito barato); e por fim apontam o elevado grau de autonomia relativamente aos poderes públicos (governo e instituições públicas).

Segundo Vala (2007) citado por Monteiro (2013, p.26) podemos apontar três características que distinguem o Microcrédito da “longa lista de iniciativas falhadas de combate à pobreza”. (1) A existência de pagamentos regulares que se iniciam assim que o empréstimo é concedido; (2) A segunda esta associada a questão da responsabilidade de grupo, quando esta é solicitada, tendo o grupo que garantir que os empréstimos feitos a todos os elementos do grupo são pagos, caso contrário o grupo é penalizado. (3) A última característica apontada, é o facto que se cada empréstimo for pago a tempo, traz associado a promessa de novos e com valores maiores no futuro.

Nesta diferenciação do sistema de Microcrédito com outros sistemas como apoios sociais, rendimento garantido ou doações intermitentes, o autor aponta ainda que estes não criam incentivos ao investimento nem à poupança, ao contrário do Microcrédito que através do seu sistema de pagamentos regulares obrigatórios obrigam os devedores a realizar investimentos em atividades geradoras de valor e a desenvolver hábitos de poupanças.

Segundo Afonso (2010) a criação de hábitos de poupança através de determinados mecanismos associados as linhas de crédito, é uma das características diferenciadoras do Microcrédito, pois um dos

equivocos do sistema financeiro tradicional é a assunção de que o pobre não tem essa capacidade (não querem ou não conseguem) de realizar poupanças.

A mesma autora citando *Matin et al. (2002)* realça o facto de que apesar das circunstâncias, os pobres procuram de uma forma ativa a melhoria das suas condições, e o facto de dependerem em grande medida de rendimentos incertos incentiva-os de certo modo a pouparem⁴⁷, sendo que independentemente do valor da poupança realizada esta torna-se muito importante para a sobrevivência das famílias nestas condições.

Nesta linha de distinção do sistema de Microcrédito, *Braga e Jr. (2000)* citados por *Orrico, (2015)*, destacam o facto de este instrumento distinguir-se de outras políticas pois este visa essencialmente a criação de oportunidades que promovam a inserção dos beneficiários no sistema de produção, fugindo à lógica de políticas de doações e/ou subsídios (subsidiodependência), realizando sempre ações concretas com o intuito de criação de emprego (s) e conseqüente aumento da renda.

Podemos dizer que o Microcrédito surgiu como intuito de permitir aos mais desfavorecidos ou de certo modo “excluídos” do acesso ao crédito (através do sistema bancário tradicional) e que muitas vezes vivem a margem da sociedade em condições de pobreza e com muitas limitações de acesso aos bens básicos indispensáveis a uma vida condigna. Isto fica exposto em *Yunus (2008, p.73, cit em Afonso 2010, p.4)* quando este afirma que “Assistindo ao fracasso das instituições existentes para tirar o terrível peso da privação dos ombros dos pobres, senti-me movido, à semelhança de muitas outras pessoas, a procurar uma resposta mais adequada.”

A importância do Microcrédito e sua eficácia na luta contra a pobreza foram reconhecidas pela comunidade internacional em dois grandes momentos nomeadamente, o reconhecimento pelas Nações Unidas (ONU) quando esta declarou o ano de 2005 como o ano internacional do Microcrédito, e a entrega do Prémio Nobel da Paz a *Muhammad Yunus* e ao *Grameen Bank* em 2006. (*Afonso,2010*)

Apesar das evidências no sentido e do reconhecimento do Microcrédito como um instrumento alternativo importante na luta contra a pobreza, existem argumentos que de certo modo questionam o impacto do Microcrédito.

Segundo *Sansón Mizrahi (2008; cit em Orrico, 2015, p.31)* “ (...) o Microcrédito por si só não é suficiente para combater a pobreza e a desigualdade e garantir um desenvolvimento sustentável ”

Desde os primeiros estudos como é o caso do estudo de *Hossein (1988)* sobre Microcrédito que são levantadas questões. No caso deste estudo em particular são apontadas questões metodológicas (associadas a diferenças entre grupos de controle e de tratamento) que podem limitar as conclusões do estudo. (*Gonzalez et al,2014*)

Essa questão é referida em *Rosenberg (2010; cit em Afonso,2010, p.29)* que destaca que “É particularmente complicado e dispendioso encontrar grupos de controlo para comparação e mesmo os

⁴⁷ As poupanças convertidas em depósitos são fundamentais para a garantia da sustentabilidade financeira nas instituições de microfinanças, assim como para a garantia da capacidade de crescimento sem recurso a donativos. (*Afonso,2010*)

poucos estudos realizados, que trataram de forma séria esta questão, são postos em causa por razões metodológicas. Esta é uma área de pesquisa em desenvolvimento e no momento actual não é possível obter resultados conclusivos no que concerne aos méritos do microcrédito em «retirar definitivamente as pessoas da pobreza».”

O autor realça ainda que apesar de haver opiniões discordantes quanto aos méritos do Microcrédito e das Microfinanças, tal não deve significar que estes não sejam instrumentos de grande importância para os pobres, pois estes constituem ferramentas essenciais para os pobres gerirem as suas incertezas associadas aos seus escassos rendimentos e para fazer face a situações de emergência.

Outros estudos⁴⁸ realizados que apresentam evidências do impacto da redução da pobreza com a utilização do Microcrédito entre outros benefícios, são questionados. Segundo Gonzalez *et al.* (2014), Roodman e Morduch (2009) levantam uma série de questionamento sobre os resultados dos trabalhos referidos, pois estes autores aplicaram modelos utilizando a mesma base de dados e encontraram resultados divergentes.

Segundo Gonzalez *et al.* (2014, p.458) com estes resultados os autores afirmam que não há nenhuma evidência relevante sobre a efetividade do Microcrédito como uma política viável de redução de pobreza. Contudo estes realçam que a ausência destas evidências deveria levar à realização de mais trabalhos de avaliação do impacto do Microcrédito, realçando que o estava em causa no questionamento é a validade dos resultados dos estudos e não a ferramenta Microcrédito.

2.4.2 O Conceito e sua Evolução Histórica

Torna-se revelante também contextualizar historicamente o conceito e sua evolução ao longo dos tempos, pois o Microcrédito tem sido utilizado ao longo de séculos. A seguir faremos uma introdução ao conceito e quais o principal acontecimento que marcaram a sua evolução.

Apesar de o conceito de Microcrédito se ter notabilizado enquanto conceito inovador e revolucionário já na década de 70 do século XX com Muhammad Yunus, as primeiras iniciativas datam do ano de 1846.

Pode-se então afirmar que a primeira iniciativa do microcrédito tenha surgido na Alemanha em 1846, através de uma iniciativa de um pastor (Raiffeisen) que criou uma Associação do pão, com o objectivo de ajudar os fazendeiros locais, libertando-os das dívidas aos credores locais permitindo que ganhassem uma maior independência. Esta iniciativa cresceu e com o tempo se tornou uma cooperativa de crédito tendo como alvo a população mais pobre. (Orrico, 2015; Ambrósio, sd)

Segundo Viera (2010, cit em Orrico,2015) em 1900 uma outra iniciativa de um jornalista na Assembleia de Quebec, levou a criação das *Cáisses Populaires* que com o apoio de amigos juntou um montante inicial de 26 dólares canadenses, com o intuito de emprestar aos pobres da localidade.

⁴⁸ Pitt e Khandker (1998); Khandker (2005)

Em 1953 destaca-se ainda uma outra iniciativa, que teve origem na cidade Norte Americana de Chicago, com Walter Krump, o presidente de uma metalúrgica que criou os fundos de ajuda nas repartições das fábricas, com o objetivo de ajudar os associados com maior necessidade, através do depósito de 1 dólar americano por parte de cada funcionário. Com o tempo a iniciativa conseguiu desenvolver, passando os fundos de ajuda a Ligas de Crédito, que acabaram para ampliar as suas atividades para vários outros países operando a nível internacional. (Alves, 2005; cit em Orrico,2015)

Segundo Alves (2005, cit em Orrico,2015) apesar de poderem ter ocorrido no mundo entre o período de 1846 e 1976 várias outras iniciativas além das já mencionadas, a popularização do microcrédito deu-se em Bangladesh com Muhammad Yunus em 1976, com a sua iniciativa de ajudar alguns pobres das aldeias que estavam próximos à Universidade onde este leccionava.

As definições do conceito de microcrédito são inúmeras e a complexidade tem aumentado a medida que o Microcrédito tem passado por um processo de expansão, sendo aplicado por todo o mundo em diferentes contextos e por diferentes tipos de instituições, pelo que aqui apenas deixamos algumas na tentativa de se perceber melhor o conceito.

Segundo a Associação Nacional de Direito ao crédito (ANDC) apesar de não existir um consenso absoluto sobre a temática do microcrédito, visto que este tem hoje diversos significados consoante as entidades, as regiões etc, pode-se dizer que “(...) O Microcrédito consiste em conceder pequenos empréstimos a pessoas desfavorecidas e automaticamente excluídas do sistema bancário comum, por não terem condições para garantir o empréstimo” (Orrico 2015, p.24)

As linhas mestras do que é o microcrédito estão expressas em Yunus (2011, p.13) “(...) a ideia de pequenos empréstimos sem garantia concedidos a mulheres pobres, conhecida como microcrédito (...)”.

Segundo Alves e Soares (2003, cit em Gonzalez *et al.*,2014) microcrédito pode ser “compreendido como a concessão de crédito de pequena monta, utilizando metodologia diferenciada (...)”

Para Barone e Sader (2008, cit em Bernardino *et al.*, 2017, p.74) “o microcrédito é a concessão de pequenos empréstimos a populações muito pobres, para que estas possam trabalhar por conta própria, possibilitando desse modo que as famílias possam garantir o seu sustento”

Segundo Monzoni (2008, cit em Bernardino *et al.*,2017, p.74) “o microcrédito corresponde a empréstimos de pequeno valor de acordo com uma metodologia diferente da do crédito tradicional, podendo ser direcionado tanto para a produção como para o consumo com o objetivo de combater a miséria através da geração autónoma de rendimentos”

Sachet *et al.*, (2001, cit em Bernardino *et al.*,2017, p.74) vêem o microcrédito de um modo ligeiramente diferente “(...) não concebem o microcrédito como sendo apenas um empréstimo de pequeno valor, mas sim, como uma filosofia baseada na confiança nas pessoas e principalmente como um fator de valorização do trabalho.”

Segundo Sengupta e Aubuchon (2008, cit em Bernardino *et al.*,2017, p.74) “de uma forma sintética, o conceito de microcrédito engloba todo o ato e concessão de empréstimos de pequenos montantes para os mutuários mais pobres a quem o sistema de crédito tradicional não abre as portas, incluindo tanto o

acesso ao crédito formal (fornecido por cooperativas e bancos, entre outros), bem como ao crédito informal”.

Contudo na atualidade tem-se manifestado alguma dificuldade em se encontrar um certo consenso a volta do conceito, pois diferentes perspectivas tem sido assumida por diferentes autores e instituições na sua aplicação. (Afonso, 2010)

O próprio Muhammad Yunus na tentativa de clarificar o conceito propôs uma classificação mais abrangente do Microcrédito, que engloba cerca de dez categorias que passaremos a indentificar: Formas tradicionais de microcrédito informal (agiotas, casas de penhores, empréstimos particulares etc); Microcrédito baseado em grupos informais tradicionais (ROSCA, etc); Microcrédito para atividades específicas efetuado por bancos convencionais ou especializados;bancos especializados em crédito agrícola;Microcrédito cooperativo; Microcrédito para consumo; Microcrédito baseado em parcerias entre Bancos e Organizações Não Governamentais (ONG’S); Microcrédito tipo *Grameen*; outros tipos de Microcrédito desenvolvidos por ONG’S; outros tipos de Microcrédito desenvolvidos por outras entidades e sem exigência de garantias reais. (Yunus, 2010, cit em Afonso, 2010)

Não se pode falar do conceito de microcrédito sem se fazer referência ao maior protagonista neste âmbito que é Muhammad Yunus e a instituição que ele criou que pode ser considerado a primeira grande instituição de Microfinanças do Mundo nomeadamente o *Grameen Bank*. Segundo Gutiérrez–Nieto (2005, cit em Afonso,2010) o desenvolvimento do microcrédito como instrumento que permitiu o acesso a serviços financeiros de crédito aos pobres e mais desfavorecidos é associado a Muhammad Yunus e ao *Grameen Bank*.

2.4.2.1 A experiência de Muhammad Yunus

“Nós somos capazes de criar um mundo livre de pobreza se reformularmos o nosso sistema de modo a eliminar as graves falhas que geram a pobreza.”

Muhammad Yunus

Conforme já referido este economista do Bangladesh pode ser considerado o “pai do microcrédito” pois foi através da sua iniciativa perante a situação que assolava o seu país (pobreza, fome etc) que se deu origem ao poderoso instrumento de combate a pobreza (e não só) que conhecemos hoje como microcrédito.

Conforme afirma Yunus (2011, p.13) “Atualmente, a ideia de pequenos empréstimos sem garantia concedidos a mulheres pobres, conhecida como microcrédito ou microfinança, alastrou por todo o mundo.”

Sensibilizado perante a situação que vivia o seu país de um modo geral, este tomou várias iniciativas. Uma das primeiras Yunus (2007; cit em Ambrósio, sd) foi um projeto no âmbito da agricultura e irrigação na região de Jobra, através de criação de uma associação de agricultores que iria

introduzir técnicas novas de captação e distribuição de água, permitindo um aumento de produtividade na região de modo a beneficiar os proprietários.

Mas ele acabou por perceber que o problema era muito mais abrangente e que um dos problemas centrais era a questão do financiamento que estes recorriam para a compra por exemplo das matérias-primas, pois apesar do esforço das populações para saírem da pobreza e ultrapassarem os seus problemas, havia um sistema que não o permitia. (Armendáriz e Morduch, 2010; cit em Ambrósio, sd)

Este sistema segundo Yunus (2007, cit em Ambrósio sd) era dominado por credores locais (agiotas) que praticavam taxas de juros muito elevadas e insuportáveis para as mulheres cujo dinheiro das vendas serviam praticamente para pagar as rendas e os juros devidos a estes credores, que em grande medida aproveitavam-se das fragilidades (falta de alternativas no acesso ao crédito) destas populações mais pobres.

Numa fase inicial segundo Marbán Flores (2007, cit em Orrico,2015) este concedeu pequenos montantes a algumas pessoas mais pobres da comunidade, com o objetivo de ser utilizado em atividades produtivas e que podiam gerar lucro de modo que estes pudessem com isso pagar o empréstimo e conseguirem sustentar as famílias. Segundo esta mesma fonte estes tinham o compromisso de reembolsar o empréstimo através de pequenas quantias numa base semanal.

Financiando as pessoas (principalmente mulheres) com o seu próprio dinheiro pois os montantes que as pessoas necessitavam não eram muito elevados, Muhammad Yunus permitiu que essas mulheres se tornassem independentes e libertassem das dívidas que os prendia aos credores locais, permitindo-lhes terem maior folga financeira para sustentarem seus negócios e respetivas famílias, ganhando assim forma as primeiras iniciativas do microcrédito. (Yunus,2006; cit em Ambrósio, sd)

Pode-se dizer que ao verificar a falta de atenção e até um certo descrédito dado pelo sistema financeiro tradicional aos mais pobres e menos desfavorecidos da sociedade, Yunus, baseado nas suas fortes convicções que os pobres não carecem de nenhuma “falta de capacidade” resolveu demonstrá-lo dando oportunidade aos mais pobres de desenvolverem o seu potencial. Para Muhammad Yunus tudo se devia a falta de oportunidade, pois para ele, a pobreza não era criada pelos pobres, mas sim por deficiências existentes nas instituições, incluindo as instituições financeiras, pois estes (os bancos) recusam-se a fornecer serviços financeiros a quase dois terços da população mundial. (Yunus,2011)

A experiência lançada pelo economista Yunus, apesar da dificuldade de conseguir apoio junto dos bancos, foi bem-sucedida a tal ponto que levou a criação do *Grameen Bank* que se tornaria o primeiro banco destinado a servir os pobres (com o objetivo específico de combater a pobreza), que contrariava a lógica dos bancos tradicionais questionando o pressuposto de que não era possível (viável) emprestar dinheiro aos mais pobres. (Yunus,2011)

Segundo Orrico (2015) citando a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) desde o seu aparecimento o Microcrédito tem sido uma experiência bem-sucedida que naturalmente se expandiu pelo mundo tanto para zonas menos desenvolvidas (Ásia, África, América Latina) como para países

desenvolvidos (Europa, América), afirmando-se como um instrumento de promoção económica e social útil.

2.4.2.2 Grameen Bank – “O banco dos pobres”

Através das iniciativas de Muhammad Yunus já referidas, podemos dizer que surgiram as primeiras praticas do microcrédito, que levaram posteriormente a criação daquela que é provalvemente a primeira instituição de microcrédito⁴⁹ a nível mundial o *Grammeen Bank*.

O *Grammen Bank* é uma instituição financeira especializada que surgiu no Bangladesh em 1976, como intuito de fornecer crédito aos pobres das zonas rurais com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. O banco baseava na premissa de que se os pobres tivessem acesso a capital eles podiam gerar empregos produtivos e autônomos sem nenhum tipo de assistência externa. (Hossain,1988)

Segundo Yunus (2011) o *Grameen Bank* é financeiramente auto-suficiente, sendo os seus fundos provenientes exclusivamente de depósitos, sendo que mais de metade é proveniente dos próprios contraentes de empréstimos a quem é solicitado que poupem uma pequena quantia todas as semanas. Segundo esta mesma fonte o banco tem um balanço de poupança coletiva de mais de US\$500 000 milhões de dólares americanos.

Um dos primeiros estudos nesta área (microfinanças) realizado ao “Banco dos pobres” Hossain (1988) demonstra como o banco teve logo nos primeiros anos de atividade um progresso acelerado. Segundo este estudo já em 1987 o banco já tinha 298 agências abertas e tinha mobilizado mais de 250 mil famílias em cerca de 6% das aldeis do país (Bangladesh), fornecendo empréstimos sem garantias com encargos e taxas de juros a volta de 16% ao ano.

Outros dados apresentados pelo mesmo estudo mostram que o desembolso anual de empréstimos aumentou de 99 milhões de takas (tk)⁵⁰ em 1983 para 542 milhões de takas em 1986, um aumento exponencial. Outro aspeto relevante e que veio a caracterizar o banco e o próprio sector das microfinanças principalmente no segmento do microcrédito (até aos dias de hoje), é a cobertura das mulheres que eram dos grupos mais desfavorecidos nas sociedades rurais (e não só) mas que o *Grameen Bank* conseguiu dar cobertura, pois em 1986 já as mulheres eram 74% de todos os membros da instituição, sendo que perto de 98% dos novos membros mobilizados neste mesmo ano eram mulheres. A acrescentar ainda outra das características marcantes desta atividade, a taxa de reembolso⁵¹ que na

⁴⁹ É apontado por outros autores a existência de outros programas e instituições desde os anos 70 que terão dado o seu contributo na evolução do microcrédito como: ACCION internacional no Brasil, FINCA Internacional na Bolívia, Bank Rakyat na Indonesia e Agha Kan no Paquistão. (Gutiérrez-Nieto,2005 e 2006a , cit em Afonso, 2010)

⁵⁰ Moeda utilizada no Bangladesh.

⁵¹ 81% das mulheres mutuárias da instituição não tinham prestação em atraso comparado com 74% dos homens aquando do estudo. (Hossain, 1988)

altura já era excelente sendo que deste estudo apenas 0,5% dos empréstimos a 975 mutuários (utilizados no estudo) estavam vencidos a mais de um ano.

Segundo Hossain (1988) são vários os fatores que permitiram ao *Grammen Bank* ter uma excelente taxa de recuperação dos empréstimos⁵², nomeadamente, (1) a habilidade do banco de fornecer (limitar esse fornecimento) crédito aos extremamente necessitados, (2) a conceção de empréstimos focado em atividades que tem a capacidade de gerar receitas de uma forma regular, (3) a capacidade de cobrança dos reembolsos em pequenas quantias adequadas às circunstâncias dos mutuários (pobres) e a realidade dos mesmos (como vivem, quanto ganham etc) e a (4) dedicação dos funcionários do banco que estavam fortemente motivados pelo diretor de gestão e que viam o seu trabalho como uma oportunidade para servir os pobres ao invês de simplesmente terem um rendimento para eles.

Em suma, segundo esta mesma fonte, o banco teve um efeito generalizado no mercado de crédito nas áreas onde operava onde muitos poucos grupo-alvos do banco obtinham crédito de outras fontes (agência de créditos formais) e apenas um quinto recorriam aos credores informais. Segundo dados do mesmo estudo com a intervenção do *Grameen bank* no mercado a proporção das famílias que passaram a receber crédito institucional aumentou para cerca de um terço, sendo que a percentagem do banco relativamente a totalidade dos empréstimos às famílias em cinco vilas aleatórias usadas no estudo era de 78% em 1984/1985.

Segundo Hossain (1988, p.10) “O efeito mais direto do *Grameen Bank* tem sido no acumular de capital pelos pobres”.

Segundo Gonzalez *et al.* (2014) no estudo de Hossein (1988) fica demonstrado o impacto das metodologias e do trabalho do *Grameen*, tendo observado uma renda familiar média maior 28% entre os participantes do *Grameen*, em comparação com a renda média dos não participantes nas vilas onde o banco atua, assim como 43% maior do que a renda média de não participantes de outras vilas. Este impacto estende-se ainda aos gastos per capita em alimentação e vestuário em que os participantes do *Grammeen* gastam mais 8% a mais em alimentação e 13% a mais em vestuário do que os não participantes que vivem nas vilas onde o banco opera, e 35% mais em comida e 32 % mais em vestuário do que a média familiar em outras vilas onde o *Grameen* não atua. Tudo isto leva a concluir segundo este mesmo estudo que as atividades do *Grameen* afetam o nível de pobreza nas vilas em que ele atua como um todo, e não apenas as famílias que participam diretamente nos programas de microcrédito do banco.

Segundo Yunus (2011) o *Grameen Bank* apresenta outras características pouco usuais, como o facto de este ser propriedade dos seus clientes, que enquanto accionistas elegem nove dos treze membros do conselho de administração. O banco empresta dinheiro inclusive a pedintes, que usam o dinheiro para realizar vendas de produtos porta a porta, tendo mais 18 000 pedintes deixado de se dedicar à mendicidade durante os quatro anos de lançamento deste programa.

⁵² A taxa de pagamento dos empréstimos é de cerca de 98%. (Yunus,2011)

Os empréstimos concedidos pela instituição atualmente são pequenas quantias sem garantias sendo em média cerca de 200 dólares por empréstimo, formando uma carteira de empréstimos a volta de 2.4 bilhões de dólares americanos, e uma carteira de clientes do microcrédito a volta dos 2.3 milhões de clientes no Bangladesh. (Schreiber,2009 cit em Orrico 2015; Yunus,2011)

Ainda Yunus (2003; cit em Barros,2011) descreve que um décimo da população do Bangladesh é assistido pelo crédito concedido pelo *Grameen Bank*, sendo que destes 94% são mulheres que em média obtem no banco um valor a volta dos US\$150 dólares, com uma taxa de pagamento dos empréstimos acima dos 98%.

Segundo Yunus (2011) a abertura da primeira delegação nos Estados Unidos (zona de Queens) nos estado de Nova Iorque aconteceu em 2008, com o objetivo de fornecer pequenos empréstimos sem garantia (numa média de 1500 dólares cada) para que as mulheres desta zona geográfica possam criar pequenas empresas ou expandir caso já tenham uma. Para Yunus a *Grameen America* que entretanto abriu outras delegações noutros estados é a demonstração clara de que mesmo nos países ricos e com sistemas financeiros sofisticados e desenvolvidos existe a necessidade de bancos que prestam serviços alcançáveis a milhões de pessoas excluídos ou com acesso limitado a serviços financeiros.

2.4.3 Microcrédito - Instrumento alternativo na política de criação de trabalho e renda

Conforme foi visto na secção anterior (Empreendedorismo e Microempreendedorismo) é reconhecido o papel que o Microcrédito desempenha no processo de desenvolvimento económico e social criando um ciclo virtuoso através do fomento do (micro) empreendedorismo, levando a criação de trabalho (emprego e auto-emprego) ou seja atividades geradoras de rendimento que por sua vez leva em grande medida a um processo de inclusão social e financeira.

Através do Microcrédito várias franjas da população poderão iniciar atividades geradoras de emprego e rendimento, o que os permitirá melhorar as suas condições de vida de um modo geral (a nível educação, saúde, habitação) assim como aumentar o seu poder de compra. (Araújo,2010; Caçador,2014; cit em Bernardino *et al.*, 2017)

Segundo Neri (2008; cit em Rodrigues *et al.*, 2015, p.1004) “Em meio à exclusão vivenciada pela grande acumulação capitalista financeira, o Microcrédito surge como um instrumento inovador e uma alternativa em termos de medidas de geração de renda e trabalho.”

Para Braga e Jr (2000) o Microcrédito tem sido um dos principais instrumentos nas políticas de geração de emprego e renda um pouco por todo o mundo em resposta à crise do emprego, apresentando uma lógica distinta das políticas assistencialistas tradicionais.

Cavalcante (2003; cit em Rodrigues *et al.*, 2015, p.1010) considera que o microcrédito pode ser entendido como uma alternativa viável de política pública de geração de emprego e renda, “constituindo-se como uma proposta capaz de ampliar as oportunidades para a realização de negócios dos micros empreendimentos formais e informais no contexto global”.

Depreende-se que face a mudanças sociais ocorridas em todo o mundo (crises frequentes, aumento de desigualdade, pobreza, etc) levando a que muitas regiões e territórios se confrontem com taxas de desemprego elevadas e muitas camadas em situações de exclusão e contexto de pobreza, o Microcrédito apresenta-se como uma verdadeira alternativa para a resolução de alguns desses problemas em grande medida através do ciclo virtuoso já mencionado com enfoque especial na criação de trabalho e renda.

Conforme é descrito em Afonso (2010) citando Underwood (2006) no âmbito do Microcrédito na União Europeia, onde o autor realça o facto de que as elevadas taxas de desemprego (e a pressão sobre os fundos públicos e o sistema de segurança social) têm levado ao despertar de uma maior atenção relativamente ao sistema do Microcrédito, como instrumento de promoção do trabalho por conta própria.

O reconhecimento por parte das políticas públicas do contributo das pequenas empresas para a problemática do emprego, e para o crescimento económico é crescente. (Portela *et al.*,2008; cit em Barros,2011)

Matias (2006) pontifica que é inegável a importância das Pequenas e médias empresas em qualquer economia, que através da criação de riqueza e emprego contribuem para o desenvolvimento e crescimento económico. No espaço europeu a relevância das pequenas empresas é destacada pela Comissão Europeia onde 23 milhões de PME são responsáveis pela criação de mais de 2/3 dos postos de trabalho do sector privado (cerca de 73 milhões de empregos). (Portela *et al.*,2008)

Portanto é enquanto alavanca do (micro) empreendedorismo que o Microcrédito inicia o seu contributo para a economia em geral e para o emprego e criação de rendimento em particular, contribuindo para o desenvolvimento económico e social dos territórios onde este é aplicado. Tendo sempre presente que as condições (políticas, sociais, económicas etc) de cada território (que já foram referidas neste trabalho) propiciam um maior ou menor impacto deste instrumento.

Segundo Barros (2011, p.26) citando Nowak (2008) o papel do Microcrédito para o emprego, crescimento e coesão social é reconhecido pelo tratado de Lisboa onde é pontificado que:

“ O microcrédito influencia a oferta no sentido em que cria condições para que as micro-empresas coloquem novos produtos e serviços no mercado, e dinamiza a procura porque faz com que os rendimentos da população aumentem. (...) .” Refere ainda que “ o Microcrédito financia o auto-emprego, que nos dias de hoje representa 16% do emprego total⁵³.”

Segundo a Comissão Europeia (2006; cit em Barros, 2011) o Microcrédito está associado à criação de micro-empresas, sendo que este tipo de empreendimento contribui em grande medida para o crescimento do emprego à escala internacional.

⁵³ É destacado o exemplo de França onde 25% da população se encontra em situação de desemprego, e dado que os subsídios apresentam duração limitada, as pessoas preferem criar o seu próprio emprego.

2.4.4 Microcrédito - Instrumento de Inclusão Financeira

É importante fazer uma distinção de conceitos pois apesar de muitas vezes serem apresentados e citados como sendo a mesma coisa, os conceitos de Microfinanças e Microcrédito não são idênticos. Ainda destacar a questão da inclusão financeira que assume protagonismo à escala global.

Esta distinção é pontuada em Sengupta e Aubuchon (2008, cit em Afonso,2010, p.18) onde distinguem que “O Microcrédito diz respeito ao acto de conceder crédito enquanto a Microfinança se refere à provisão de serviços financeiros, incluindo poupança e seguros, sendo, portanto, um conceito mais abrangente e que engloba o microcrédito.”

2.4.4.1 Microfinanças

Soares (2007, p.4; cit em Nascimento,2011, p.19) diz que “A questão do acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros tem sido de destacada importância nos meios académicos e no debate sobre políticas públicas, nos últimos anos.”

Segundo o *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP) as Microfinanças têm as suas origens ou “raízes” no Microcrédito e pelo reconhecimento de algumas limitações deste instrumento na luta contra a pobreza, levando a um reconhecimento de que as famílias pobres necessitavam do acesso a uma gama maior de serviços financeiros, evoluindo assim para um conjunto mais amplo de serviços financeiros destinados aos mais pobres.

Microfinanças refere-se a um conjunto de serviços financeiros (seguros, poupanças, pagamentos, serviços de crédito) disponibilizados aos mais pobres onde se inclui o Microcrédito que assume um grande protagonismo nesse âmbito.

Segundo Nascimento (2011, p.19) “(...) A expressão Microfinanças significa o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas carentes”.

Segundo o mesmo autor os principais produtos das Microfinanças são o Microcrédito, as micropoupanças, e os microsseguros, entre outros como transferências de valores, investimento financeiro.

No âmbito das Microfinanças, as principais instituições que atuam neste sector são as Instituições de Microfinanças (IMF), dentro das quais poderemos encontrar algumas tipologias que variam de acordo com a estrutura jurídica, missão, metodologia e sustentabilidade, mas que em comum apresentam a oferta de serviços financeiros para as populações mais pobres excluídas do sistema financeiro tradicional. (Nascimento,2011)

Segundo Gonzalez (2008; cit em Afonso,2010) a procura principalmente no contexto dos países em desenvolvimento e a sua rápida evolução, refletem-se através do grande número de instituições e beneficiários de empréstimos.

O autor utilizou dados de 2007 e nível regional (excluindo a América do Norte e da Europa Ocidental) que demonstram que países como a Índia e o Bangladesh, juntos representam 19% do total de instituições e 48% do total de beneficiários. (Afonso, 2010)

Outro estudo do *Microcredit Summit Campaign* apontado por Afonso (2010) também com dados de 2007, mas já englobando dados de países desenvolvidos demonstra uma distribuição semelhante ao estudo anterior, com a regiões da América do Norte e Europa Ocidental a representarem cerca de 127 instituições de Microfinanças enquanto por exemplo a Ásia e Pacífico apresentava cerca de 1727 instituições no total, uma diferença considerável.

2.4.4.2 Inclusão Financeira

Destacamos também aqui a agenda relacionada com a inclusão financeira que é um tema muito atual e com algum protagonismo a nível mundial e de reconhecida importância no combate os alguns desafios que o mundo enfrenta.

Segundo a *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP) a inclusão financeira apresenta um significado mais abrangente e engloba uma gama mais ampla de parceiros e instituições. Trata-se de facilitar o acesso de indivíduos e empresas ao uso de diversos serviços financeiros fornecidos de um modo responsável e sustentável por instituições financeiras formais.

Jim Yong Kim, presidente do grupo Banco Mundial relativamente a questão da inclusão financeira diz o seguinte:

“Nos últimos anos presenciamos grandes passos no mundo inteiro no sentido de conectar pessoas e serviços financeiros formais. A inclusão financeira permite às pessoas economizar para atender às necessidades da família, tomar emprestado para apoiar um negócio ou construir uma barreira contra a emergência. Ter acesso a serviços financeiros é um passo crítico para reduzir tanto a pobreza como a desigualdade e os novos dados sobre propriedade de um telefone celular e acesso à internet mostram oportunidades inéditas no uso da tecnologia para conseguir inclusão financeira universal”.

O crescente aumento de fluxos financeiros destinados a questão da inclusão financeira à escala global poderá ser um indicador dessa crescente visibilidade ganha ao ao longo dos anos. Segundo dados da *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP) *Funder Survey*⁵⁴, financiadores internacionais comprometeram-se com aproximadamente US\$52 bilhões de dólares americanos para a inclusão financeira em 2019 (aumento de 12% face a 2018), que é o volume mais alto registado. De realçar que segundo a CGAP são diversos os doadores que suportam a inclusão financeira desde Governos Nacionais, Fundações privadas, doadores bilaterais (*Unite States Agency for Internacional Development* etc), doadores multilaterais (Nações Unidas e o Banco Mundial), Bancos Regionais (Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento) e ainda Instituições Financeiras de Desenvolvimento (*Internacional Finance Corporation* etc).

⁵⁴ https://www.cgap.org/sites/default/files/publications/2021_02_Focus_Note_2019_Funder_Survey.pdf

Segundo dados da *Global Findex Database 2017*⁵⁵ apresentados pela *Consultative Group to Assist the Poor (CGAP)*⁵⁶ cerca de 1.7 bilhões de adultos, permaneciam sem ter uma conta bancária numa instituição financeira ou através de tecnologia financeira (uso internet e telemóvel para transações financeiras), sendo que em 2014 este número cifra-se em 2 bilhões.

Segundo esta mesma fonte devido ao facto de os serviços bancários através da conta bancária ser praticamente universal nos países de alto rendimento, praticamente toda a população não “bancarizada” vivem nos países (economias) em desenvolvimento. Outro dado importante de destacar é que no mundo a maioria das pessoas não “bancarizadas” são mulheres cerca de 980 milhões de mulheres (56% de todos os adultos a escala global).

A CGAP aponta que a inclusão financeira, através da disponibilização dos serviços financeiros aos pobres é fundamental para atacar questões globais como a pobreza, as desigualdades e a propria migração, de modo a se alcançar um conjunto de objectivos do desenvolvimento⁵⁷. Neste sentido a mesma fonte refere que vários estudos já demonstraram que o acesso a contas bancárias e serviços de pagamentos tem um impacto mensurável sobre a pobreza.

Segundo o *World Bank Institute* através do seu *Summary Report* sobre a *e-conference Bulding Inclusive Financial Sectors for Development: Widening Access, Enhancing Growth, Alleviating Poverty* (2005)⁵⁸ a declaração das Nações Unidas do ano internacional do Microcrédito em 2005, foi acompanhada pelo compromisso assumido pelo antigo Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan de eliminar os constrangimentos e restrições que impedem a plena participação de pessoas no setor financeiro, criando um setor financeiro inclusivo que contribua da melhor forma para a melhoria das condições de vida das populações.

A mesma fonte diz que o acesso a serviços financeiros eficientes e funcionais permitem a capacitação dos indivíduos a nível económico e social, o que lhes permite uma melhor integração na atividade e no sistema económico do país contribuindo dessa forma para o crescimento económico do mesmo.

2.4.4.3 O papel do Microcrédito na Inclusão Financeira

Coanforme já referido anteriormente nesta secção sobre o Microcrédito, este apresenta-se como um instrumento que permite que pessoas desfavorecidas em situações de exclusão e pobreza consigam aceder ao crédito de modo a melhorarem as suas condições de vida. Neste sentido segundo Mendoza e Thelen (2008; cit em Barros, 2011, p.21) “O Microcrédito ajuda a tornar os mercados mais inclusivos

⁵⁵ Disponível em: <https://globalfindex.worldbank.org/>

⁵⁶ É uma parceria global entre mais de 30 instituições de desenvolvimento que trabalham para levar os serviços financeiros para satisfazer as necessidades dos pobres. Disponível em: <https://www.cgap.org>

⁵⁷ Segundo a CGAP apesar de os objectivos de desenvolvimento sustentáveis não identificar a inclusão financeira como um dos objectivos independente, este aparece mencionado de forma explicita em sete dos objectivos de desenvolvimento sustentáveis definidos pelas Nações Unidas.

⁵⁸ Disponível em : <https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2014/10/se-msc2005-Report-WBI.pdf>

para os pobres ao significar inovações nos produtos e processos que ajudam a superar os obstáculos que impedem os mais pobres de participar nos mercados”.

Neste contexto mais de 2/3 da população mundial é vetada o acesso ao crédito e outros serviços financeiros pelas instituições financeiras (Yunus,2011), pessoas que o sistema considera não preencherem os requisitos necessários para acederem a tais serviços.

Grande parte das instituições de crédito (convencionais) vêm a atribuição de crédito às populações mais pobres como operações arriscadas e pouco rentáveis. Isto acontece em grande medida pelo facto de estes não possuírem um historial com estas instituições, que consideram que estas franjas populacionais não tem a capacidade de realizarem poupanças, entre outros fatores como o facto de não terem garantias reais e nem planos de negócios formais. (Gutiérrez-Nieto,2006a; cit em Afonso,2010)

A CGAP através do seu periódico (2004)⁵⁹ refere que apesar dos custos do Microcrédito serem mais altos, isso não acontece porque é mais arriscado conceder crédito a clientes pobres, pois os programas de Microcrédito normalmente apresentam taxas de inadimplência mais baixos do que os bancos comerciais tradicionais. Refere que realmente os custos de pequenos empréstimos⁶⁰ tendem a ser mais altos em termos percentuais do que os custos de um empréstimo maior, contudo chama a atenção pelo facto de que as pessoas mais pobres de um modo geral valorizarem mais o acesso contínuo ao crédito comparativamente aos custos associado ao mesmo.

É necessário levar em linha de conta a literatura sobre o papel do sistema financeiro no desenvolvimento económico (e o papel do crédito em particular) para que se compreenda melhor as possíveis razões que estão subjacentes à exclusão financeira levado a cabo pelas instituições financeiras tradicionais.

Segundo Braga e Jr. (2000) a literatura a este respeito continua controversa apesar do seu crescimento ao longo dos tempos. Segundo estes autores existem duas correntes, sendo uma corrente que se baseia em hipóteses de mercado financeiro perfeito, concorrência e informações completas e simétricas e que defende que o sistema financeiro não teria qualquer influência sobre o desenvolvimento económico, ou seja, que as decisões de poupança e investimento dos agentes não seriam influenciadas pela estrutura financeira em mercados livres. Para esta corrente o sistema financeiro só afetaria o desenvolvimento económico de forma negativa⁶¹, pelo que seriam necessárias reformas financeiras pró-mercado nos países pouco desenvolvidos como forma de se estimular o desenvolvimento.

⁵⁹Disponível:<http://documents1.worldbank.org/curated/en/523821468316171082/pdf/334790PORTUGUE1per1091po0Box334125B.pdf>

⁶⁰ Segundo a CGAP os custos do microcrédito são mais elevados devido aos custos de tramitação das pequenas transações que exigem a interação pessoal e por estas instituições utilizarem o contato pessoal em vez de garantias formais ou outros sistemas informáticos de pontuação de crédito.

⁶¹ Isso decorreria devido a intervenção do governo através de regulamentações, controlos e do direcionamento de crédito entre outros fatores. De realçar que esta influência negativa do sistema financeiro devido a intervenção do Governo é conhecida na Literatura como teoria da repressão financeira. (Braga e Jr,2000)

A outra corrente que é a que mais interessa para o âmbito deste trabalho considera a existência de aquilo a que se convencionou chamar de informações assimétricas (seleção adversa e risco moral)⁶² e custos de transação nos mercados financeiros, que decorrem das especificidades próprias das transações financeiras. Para os defensores desta corrente o mercado de crédito seria caracterizado pela existência de problemas de seleção adversa e risco-moral, o que levaria a que a solução de mercado livre não necessariamente resulta-se numa alocação eficiente dos recursos. (Braga e Jr.,2000)

Nesta mesma linha Manos (2006) destaca o facto de autores como Stiglitz (2002), alertarem para a existência de diferenças entre o nível de informação durante as várias etapas do processo de financiamento o que causa diversos riscos na concessão de crédito. Com isto as instituições tendem a procurar formas de redução destes riscos realizando arranjos contratuais baseados em grande medida na maximização do lucro. Contudo estes arranjos realizados com o intuito de reduzir as assimetrias de informação já referidas, acabam por restringir do acesso ao crédito franjas populacionais consideráveis, consideradas de alto risco.

Braga e Jr. (2000) enfatizam que pode haver outros arranjos contratuais que aumentem a eficiência na alocação de recursos, e que os problemas decorrentes informação assimétrica e dos custos de transação levam a que o sistema financeiro apresenta uma postura tendencialmente conservadora, que tem como consequência a exclusão de determinadas franjas populacionais do acesso ao crédito como as populações de baixa renda, do setor informal, as micro e pequenas empresas entre outras.

Sobre esta problemática da exclusão Manos (2006, p.49) enfatiza que “(...) a postura das instituições financeiras é conservadora no que se refere à oferta de crédito, em ambiente com assimetrias de informação, visto que a ocorrência de assimetrias, gera uma série de custos que, efetivamente, podem impedir o acesso ao crédito a diversos empreendimentos, economicamente viáveis”.

Toda esta ideia é corroborada por Mucha (2017) que reafirma que todo este conjunto de fatores contribuem para afastar as populações mais pobres do mercado de crédito, levando ao agravamento das desigualdades sociais e consequentemente inibindo um desenvolvimento económico mais equilibrado e sustentado.

Apesar de este problema de exclusão ter um maior reflexo nos países em desenvolvimento fruto das próprias características do sistema financeiro desses países e do próprio mercado (com características singulares), este se faz sentir também nos países desenvolvidos. Por exemplo nos países europeus segundo Evers *et al.*, (2007 cit em Afonso,2010) apesar dos mercados financeiros estarem bem desenvolvidos e as suas instituições darem em grosso modo resposta à maioria da população, é reconhecido falhas na prestação e disponibilização de serviços financeiros principalmente a nível micro.

⁶² A seleção adversa ocorre da incapacidade de observação do histórico do empreendedor e do projeto, por parte das instituições (que analisam e decidem) que concedem o crédito, levando a prática de taxas de juro elevadas. Por outro lado, a incapacidade das instituições (concedem o crédito) monitorizar a aplicação do mesmo conforme previsto no projeto, e depois de aplicado (de modo a gerar o retorno esperado que garanta o cumprimento do contrato de empréstimo) gera o risco moral. (Mucha,2017)

Os mesmos autores revelam que isso acontece em grande medida pelo facto de os bancos considerarem este tipo de produtos de elevado risco e estes acaretarem elevados custos operacionais. Nesse sentido o Microcrédito e as Microfinanças (num âmbito mais alargado) apresentam-se como soluções para a resolução deste problema de exclusão levado a cabo pela banca tradicional relativamente a pessoas que se encontrem (principalmente) em condições de desemprego e socialmente excluídas, constituindo-se num importante nicho de mercado.

Conforme referimos a questão da exclusão revela-se particularmente preocupante a nível dos países em desenvolvimento pois nestes países o tecido social e económico é caracterizado por uma grande participação destes sectores (setor informal, micro e pequenas empresas, populações de baixa renda etc) que apesar de terem um grande peso e importância na criação de empregos e renda, tem dificuldades de aceder ao crédito para a realização de investimentos. (Braga e Jr.,2000; Manos, 2006)

É mediante este contexto que segundo Manos (2006) tem surgido o arranjo contratual do microcrédito como uma alternativa ao modelo tradicional de concessão de crédito. Segundo a autora citando Braga (1999) o Microcrédito pelas suas características tem sido considerado um arranjo contratual capaz de reduzir as assimetrias de informação no mercado de crédito, tornando-se numa alternativa que tem permitido o aumento da oferta e do acesso ao crédito na economia.

2.5 Microcrédito em Cabo Verde

Após uma incursão mais abrangente pelo Microcrédito e Microfinanças, passamos agora a fazer uma breve abordagem sobre o Microcrédito e o seu funcionamento em Cabo Verde, que não fugindo a uma tendência crescente, acabou por adotar este instrumento com o intuito de tirar todos os benefícios que este permite quando aplicado em contextos como o do arquipélago.

Nesta secção iremos ver o histórico do Microcrédito em Cabo Verde, o enquadramento jurídico/legal do setor, assim como o seu enquadramento institucional dentro do sistema financeiro, seu impacto, desenvolvimento e enquadramento dentro do ambiente social e económico do país em geral.

2.5.1 Breve Histórico

Em Cabo Verde pode-se dizer que o Microcrédito deu os seus primeiros passos a partir dos anos 90 do Século XX, sendo que com o tempo e o evoluir e o aumento dessa prática foi criado em 1999, um comité de pilotagem constituído por operadores públicos e privados com o objetivo de se ter um espaço de conciliação entre as instituições de Microcrédito. Portanto Cabo Verde seguindo uma tendência de expansão do microcrédito pelo mundo, também passou a utilizar esse instrumento na Luta contra a pobreza e exclusão social através da criação de trabalho. (Orrico,2015)

Esse comité de pilotagem do Microcrédito, foi constituído por cinco Organizações Não Governamentais (ONG'S) nomeadamente: Morabi (Associação Cabo-Verdiana de Auto-promoção da Mulher); City Habitat (Centro de Investigação de Tecnologia intermediária para o Habitat); OMCV

(Organização das Mulheres de Cabo Verde); Caritas (Caritas Cabo-verdiana); ASDIS (Associação para a solidariedade Social e desenvolvimento Comunitário da ilha de Santiago). (Silva,2012)

Segundo Soares (2003, cit em Silva,2012) as primeiras experiências foram financiadas pela cooperação internacional, nomeadamente por uma ONG americana a ACIDI/VOCA (*Agricultural Cooperative Development international/Volunteers in Overseas Cooperative Assistance*) que promoveu o modelo do microcrédito implementado em Cabo Verde, financiando o microcrédito, a formação de gestores, de agentes de crédito, de contabilistas, capacitando as instituições nas áreas de gestão do Microcrédito, dos sistemas de informação e gestão, assim como no seguimento e avaliação.

Com o sucesso desta experiência piloto que obteve elevadas taxas de reembolso, percebeu-se que era possível e viável dar continuidade ao mesmo, concedendo crédito de forma sustentável. (Silva,2012)

De destacar ainda para além da contribuição do ACIDI/VOCA, a contribuição dada pelo *African Development Foundation* (ADF) , que financiou estudos e programas de gestão, através da disponibilização de fundos, assistência técnica na implementação dos programas, apoio na capacitação institucional e financiamento de *software* de gestão de crédito etc, desempenhando um papel relevante no processo de desenvolvimento do sistema de Microcrédito em Cabo Verde. (Orrico,2015)

2.5.2 Enquadramento Jurídico e Institucional

As atividades de Microfinanças em Cabo Verde podem ser enquadradas dentro do quadro de um sistema financeiro constituído por um conjunto de instituições do sistema bancário e parabancário, pelas instituições seguradoras e pelo mercado de capitais (representado pela Bolsa de Valores de Cabo Verde). (Tavares,2011)

2.5.2.1 Breve referência ao Sistema Financeiro de Cabo Verde

Segundo Orrico (2015, p.47) “A política relativa ao sistema financeiro é um dos importantes aspetos da política geral do país cabendo ao Governo definir e, superiormente, executar. No entanto, para este trabalho o Governo tem o auxílio do Banco de Cabo Verde, a quem cabe concretizar as políticas delineadas e supervisionar as Instituições financeiras”

Segundo o Governo de Cabo Verde através do seu documento de estratégia de desenvolvimento do setor financeiro (EDSF)⁶³ (2019-2021) desde os anos 90 (com a abertura económica), várias tem sido as reformas implementadas (no âmbito regulatório e de supervisão) como o intuito de tornar o sistema financeiro cabo-verdiano mais sólido e resiliente, e fazê-lo convergir a nível técnico e normativo com a União Europeia e as melhores práticas internacionais.

⁶³ Estratégia aprovada no âmbito do projeto – *Cabo Verde Access to Finance for MSMEs Project*, financiado pelo Banco Mundial. Disponível em: https://www.mf.gov.cv/web/mf/orcamento//document_library/GhhPar8YFVSB/view_file/634449 (Acedido a 26 de abril de 2021)

A mesma fonte aponta que vários estudos de diagnósticos do Banco Mundial e do FMI (realizados a partir de 2009) tem demonstrado algumas fragilidades do sistema financeiro, muito devido a falta de profundidade e eficiência e dificuldades de financiamento da economia real nomeadamente as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Em suma pode-se dizer que apesar do setor financeiro cabo-verdiano poder ser classificado como estável, resiliente e num processo contínuo de crescimento, este continua pouco competitivo assim como pouco integrado, e com baixo nível de eficiência.

De realçar ainda que o sistema Financeiro Cabo-Verdiano é fortemente dominado pelo setor bancário visto que o mercado de capitais é muito incipiente e o mercado de seguros é relativamente fraco (com apenas duas companhias de seguros). (Tavares,2011).

Segundo o Governo de Cabo Verde através do documento de estratégia (EDSF) apesar do setor financeiro do país ser maior do que o esperado tendo em conta o estágio de desenvolvimento económico do país, este deve ser classificado como moderadamente diversificado pois os bancos⁶⁴ representam mais de 85% dos ativos do setor financeiros e são os principais protagonistas da intermediação financeira em valores mobiliários.

O sistema bancário cabo-verdiano que segundo esta mesma fonte é constituído por 7 bancos comerciais e 4 instituições de crédito de autorização restrita, cobrindo dessa forma 82% do território do arquipélago (18 dos 22 concelhos).

2.5.2.2 Enquadramento Jurídico

Conforme já referido o sistema das microfinanças em Cabo Verde enquadra-se num âmbito mais abrangente de um sistema financeiro, que segundo o Governo de Cabo Verde através do seu relatório de reforma do sistema financeiro, vem sendo reformado desde os anos 90 no sentido de se tornar um sistema harmonizado com as políticas e o quadro regulamentar da União Europeia.

Segundo esta mesma fonte no quadro legal e regulamentar tem sido privilegiado uma abordagem integrada com o intuito de criação de um sistema financeiro mais robusto e sustentável, com maior abrangência de supervisão a outros setores do sistema financeiro onde se inclui além de outros o setor das Micro Finanças.

Pode-se considerar que o acontecimento decisivo para a implementação de um quadro regulatório para o setor das Microfinanças foi o facto de o comité de pilotagem referido anteriormente criado inicialmente em 1999 (com o objetivo de criar um espaço de conciliação entre as instituições de Microcrédito) e que alavancou o Microcrédito no país, ter sido substituído em 2004 pela Federação das Associações Cabo -Verdianas que operam na área de Microfinanças (FAM-F), que apresenta a necessidade de “legalização” das atividades das Microfinanças, o que levou a aprovação da Lei nº15/VII/2007 de setembro. (Orrico,2015)

⁶⁴ A concentração no setor bancário é elavada com os dois maiores bancos do sistema nacional a representarem juntos a maior quota de mercado da banca com cerca de 60% (em 2018). (Governo de Cabo Verde)

Segundo Silva (2012, p.21) esta primeira lei que regula as atividades de Microfinanças em Cabo Verde, define o conceito de IMF, a respetiva missão, a forma de funcionamento, regalias e obrigações, indentifica o Banco de Cabo Verde (BCV) como órgão de supervisão, e o Ministério do Trabalho família e Solidariedade social como órgão de seguimento e o Concelho consultivo (órgão formado pelos parceiros). Neste âmbito o BCV autoriza, regista, supervisiona e revoga as atividades das IMF e ainda cabe a este órgão comunicar ao Governo através do ministério do trabalho, família e solidariedade social a relação das IMF'S registadas e os respetivos relatórios financeiros.

Juntamente com a lei já referida, a lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro, que foi revista e republicada pela Lei nº12/IX/2017 de 2 de Agosto, são as principais normas legislativas que digamos digirem o setor das Microfinanças em Cabo Verde. Segundo Orrico (2015) esta revisão referida na legislação aconteceu na medida em que a legislação aprovada primeiramente não teve a aplicabilidade desejada pelas autoridades cabo-verdianas, o que levou a criação de um novo pacote legislativo que fosse mais de encontro as exigências do setor num quadro de maior exigência.

A lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro, segundo Orrico (2015) apresenta-se como uma lei mais rígida cujo aplicabilidade pode levar ao encerramento ou união das instituições a operarem. Uma das principais alterações desta nova lei foi uma orgânica dividindo as instituições em 3 grandes categorias (grupos) nomeadamente A, B e C, exigindo que as mesmas tenham a sustentabilidade passando a ser supervisionadas pelo BCV.

A lei definiu as 3 categorias, conforme a natureza das operações que são autorizadas a desenvolver, da seguinte forma:

A – Instituições de Microfinanças que aceitam depósitos, captam poupanças do público, atribuem créditos e exercem outros serviços financeiros para o público em geral. Estas Instituições (Caixas Económicas, Caixas de Poupança Postal e Caixas de Crédito Rural) passam a ser abreviadamente designadas por Microbancos.

B – Instituições de Microfinanças que apenas aceitam depósitos e captam poupanças, unicamente dos seus membros ou sócios, concedem créditos e praticam outros serviços financeiros a favor dos membros ou terceiros.

C – Instituições de Microfinanças que intermedeiam a captação de depósitos no território nacional e junto da diáspora cabo-verdiana e refinanciam as outras Instituições de Microfinanças.

A Lei nº12/IX/2017 de 2 de Agosto, trouxe alterações também relevantes onde destacamos a necessidade de segregação ou separação das funções de cariz social das de microfinanças, passando essas atividades a ser exercidas por entidades jurídicas distintas, fazendo o respetivo registo no Banco de Cabo Verde num prazo estabelecido de até o dia 31 de Dezembro de 2018.

Segundo o Governo de Cabo Verde através do seu documento de estratégia de desenvolvimento do sistema financeiro (EDSF) das 11 instituições que operam no âmbito das Microfinanças em Cabo Verde 9 concluíram o processo de transformação institucional impostas pela legislação, separando as funções

de cariz mais sociais com as de Microfinanças para efeito de registo no Banco de Cabo Verde no prazo estipulado (dezembro de 2018) para tal efeito.

2.5.2.3 Enquadramento Institucional das Microfinanças em Cabo Verde

Em Cabo Verde segundo a lei Lei n.º 83/VIII/2015⁶⁵ de 16 de janeiro considera-se microfinança “a atividade exercida pelas entidades autorizadas e que consiste na prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis a favor das populações de baixo rendimento, normalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.”

Segundo o Governo de Cabo Verde através do seu documento de estratégia de desenvolvimento do setor financeiro (EDSF) o país conta atualmente com 11 instituições de Microfinanças (IMF) ativas (com mais de 5 anos de existência). Com uma taxa de penetração de apenas 2,9% da população total, podemos considerar que o setor se encontra ainda em fase de desenvolvimento no país.

No país existem ainda várias ONG'S (que são a grande maioria) que prestam serviço no âmbito das microfinanças praticamente em todas as ilhas do país, tendo como principal objectivo o fornecimento do Microcrédito. Porém existe também no setor bancário instituições com departamentos realacionados com as Microfinanças e que atuam no campo do microcrédito como é o caso da Caixa económica de Cabo Verde (CECV) e como já foi o caso do Novo Banco criado em 2010 (Banco Estatal) que, entretanto, foi extinto em 2017. (Bernardino *et al.*2017)

Neste âmbito do setor bancário de destacar também a iniciativa do Banco Comercial do Atlântico (BCA) que em 2014 lançou uma linha de financiamento no valor de 1 milhão de contos (ECV) com a finalidade de desenvolver e apoiar o Microcrédito. De acordo com o banco este programa destina-se as Associações que atuam no âmbito do Microcrédito e tendo como beneficiários finais as microempresas e os empresários em nome individuais. (Orrico,2015)

Podemos destacar ainda ao nível institucional além das IMF, o Banco de Cabo Verde que faz o acompanhamento e supervisiona (todas as instituições financeiras) as atividades das IMF's à luz do quadro legal atual, assim como Associação das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde (APIMF-CV)⁶⁶ como os principais intervenientes no setor das Microfinanças em Cabo Verde. Também realçar o papel do Governo através das áreas (ministérios) Finanças e Economia que monitorizam as instituições de microfinanças e cujo Banco de Cabo Verde deve comunicar (aos membros responsáveis destas áreas) a relação de instituições do seu registo de dados ou permitir o acesso ao mesmo por outros meios como sistemas informáticos, de acordo com a legislação em vigor⁶⁷.

⁶⁵ Disponível:<https://www.bcv.cv/pt/Supervisao/MicroPrudencial/SupervisaoMicroFinancas/Legislacao/Paginas/Legislacao.aspx>

⁶⁶ É uma entidade privada, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos e o órgão representativo do setor das microfinanças em Cabo Verde.

⁶⁷ Lei nº83/VIII/2015, de 16 de janeiro alterada e republicada pela lei nº12/IX/2017, de 2 de agosto.

Segundo a mesma fonte destaca-se o facto de que a grande maioria das instituições IMF são de pequena dimensão⁶⁸ (cerca de 1500 clientes), sendo apenas quatro delas de dimensão média (entre 1500 e 3.500 clientes).

A mesma fonte realça ainda que devido a limitada capacidade financeira destas instituições estas não conseguem transacionar grandes volumes de crédito principalmente em setores produtivos (como agricultura, pecuária e pequena transformação), enfrentando grandes limitações na concessão de crédito, em grande medida pelas dificuldades de mobilização de recursos financeiros, pela escassez de recursos próprios, capacidade de gestão limitada e ainda por alguma dificuldade em cumprir com o quadro legislativo e regulamentar em vigor.

Contudo apesar das dificuldades mencionadas, podemos destacar um padrão evolutivo de acordo com os dados estatísticos, que demonstram uma evolução assinalável do microcrédito em Cabo Verde desde a sua introdução, com um aumento no número de instituições de Microcrédito, no número de operações de crédito assim como no número de clientes que procuram o setor. (Bernardino *et al.* 2017)

2.5.3 Papel do Microcrédito na dinâmica socioeconómica em Cabo Verde

No mercado cabo-verdiano o Microcrédito constitui-se como o principal instrumento das Microfinanças. (BCV, 2009; cit em Bernardino *et al.*, 2017)

Apesar de o setor estar ainda numa fase de desenvolvimento, conforme já referido o processo tem sido evolutivo. Segundo dados do estudo da Agência de apoio ao Desenvolvimento (ADA) citado em Bernardino *et al.* (2017) no âmbito do Microcrédito desde a sua introdução em Cabo Verde até finais de 2009, as IMF realizaram um total de 52.225 operações de crédito, com um total de cerca de 27.369.250 euros, totalizando cerca de 8 481 clientes ativos, num montante médio cedido de cerca de 470 euros. Citando o Governador do Banco de Cabo verde segundo Bernardino *et al.* (2017) do período de 2009 até 2014, as IMF realizaram 52 mil operações de crédito, mobilizando cerca de 27.138.00 euros e beneficiado cerca de 3 mil pessoas no total o que é demonstrativo do processo evolutivo do Microcrédito no âmbito das Microfinanças em Cabo Verde.

Segundo dados mais recentes de 2016 apresentados pelo Governo de Cabo Verde no seu documento de estratégia de desenvolvimento do setor financeiro o setor apresentava uma carteira ativa de cerca de 566.000 contos ECV⁶⁹, cerca de 11.500 clientes ativos e 60.000 transações, sendo o valor médio de microcréditos concedidos a volta de 89.000\$00 (ECV) e a quantia máxima concedida de 1.000.000\$00 (ECV).

Tendo surgido conforme já referido nos anos 90 em Cabo Verde, o Microcrédito surgiu no arquipélago com o intuito de resolver problemas sociais como o desemprego e a pobreza (Bernardino

⁶⁸ De acordo com os parâmetros internacionais da indústria microfinanceira pode-se considerar uma IMF grande quando este tem mais de 5.000 clientes. (Governo de Cabo Verde)

⁶⁹ 1 euro equivale a 110.265 Escudos Cabo-verdianos (ECV).

e Vicente, 2016), que tem sido problemas estruturais do país ao longo dos tempos, não obstante as melhorias alcançadas.

Com uma taxa de desemprego nacional de 12,4% segundo dados de 2015, e uma taxa desemprego jovem de 28,6 % no mesmo ano, este pode ser considerado muitas vezes como uma das principais causas da pobreza no país. (Bernardino *et al.*2017)

Segundo Bernardino e Vicente (2016) o facto de a economia do país estar muito centrada no setor terciário⁷⁰ aliado a falta de recursos, leva a uma escassez de postos de trabalho disponíveis no país, o que acaba por contribuir para o surgimento destes fenómenos sociais como a pobreza a exclusão e o desemprego. Assim como outros países em desenvolvimento, Cabo Verde enquanto país de rendimento médio, caracteriza-se por uma grande participação do setor informal, que segundo Bernardino *et al.* (2017) citando o Jornal Asemana (2016) situava-se nos 12,1 % do PIB.

Ainda segundos dados do BCV (2010) citado por Bernardino *et al.* (2017) nos dois maiores centros urbanos do país (cidade do Mindelo e da Praia) contabilizavam 20.084 unidades de produção no setor informal distribuídos da seguinte forma: Indústria (36,6%); Comércio (34,9%) e Setor dos Serviços (28,5%).

Outro aspeto importante a destacar é a constituição do tecido empresarial, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) através do inquérito às empresas (IAE) em 2018, das 10.390 empresas existentes no país mais de 95% eram MPME, sendo destes 7611 (mais de 70%) eram micro. Ainda Segundo o Banco Mundial (2018a) uma pesquisa realizada em 2014 mostrou que apenas 26,5% do total do crédito a empresas ia para as micro e pequenas empresas, o que é demonstrativo da dificuldade das empresas com esta escala acederem ao financiamento, que é apontado como um dos fatores mais problemáticos para a realização de negócios em Cabo Verde.

Portanto conjugando todos estes fatores do contexto socioeconómico de Cabo Verde podemos dizer que mesmo que com algumas limitações de um setor que conforme já visto encontra-se numa fase ainda de desenvolvimento, que o Microcrédito promovido em Cabo Verde estimula e alavanca o micro (empreendedorismo) contribuindo para o desenvolvimento económico e social através da criação de trabalho (emprego e auto-emprego), gerando atividades geradoras de rendimento e promovendo a inclusão social e financeira. Segundo o estudo do microcrédito e o seu papel no empresariado Cabo-Verdiano Bernardino *et al.*,(2017) o Microcrédito esta relacionado com o empreendedorismo na medida em que o principal objectivo dos programas de financiamento atribuídos é o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento, sugerindo ainda que o microcrédito é uma iniciativa que tem grande influência na vida dos beneficiários permitindo-os desenvolver atividades geradoras de rendimento, e reforçando ainda que o microcrédito estimula e despoleta o espírito empreendedor nos beneficiários dos programas de Microcrédito.

⁷⁰ Em 2014 o setor dos serviços representava cerca de 64,7% do PIB do país. (Bernardino *et al.*,2017)

Segundo o Governador do Banco de Cabo Verde na sua intervenção⁷¹ no I Fórum sobre as Microfinanças (realizado em 2018) a existência de um sistema financeiro evoluído e inclusivo é uma condição de capital importância para a dinamização do crescimento económico. Neste contexto acrescenta ainda que o espírito empreendedor capaz de impulsionar o dinamismo económico pode manifestar-se ineficaz, caso o sistema financeiro não consiga possibilitar recursos financeiros destinados a investimento das camadas da população com dificuldades de acesso ao crédito.

Com isso ele reforça que “as Microfinanças representam um elo importante para mitigar o fosso existente entre os pobres e o setor financeiro (...)”. Destaca ainda que as Microfinanças poderão ter um papel importante no financiamento das micro, pequenas e médias empresas enquanto principais contribuidores para a criação de emprego e geração de rendimento para as famílias em Cabo Verde.

Em Cabo Verde podemos dizer que o Microcrédito desempenha em grande medida o papel que já foi visto na revisão de literatura deste mecanismo, em contextos de países em desenvolvimento (contexto é caracterizado pela existência de uma grande presença da informalidade na economia, pela forte presença de micro e pequenas empresas no tecido empresarial do país, e camadas populacionais em situação de pobreza) promovendo o micro (empreendedorismo), a inclusão financeira e social, assim como contribuindo para a luta contra a pobreza, permitindo a melhoria das condições de vida das populações mais pobres que normalmente tem dificuldades de acesso ao crédito nos sistema financeiro tradicional.

Neste contexto o Microcrédito enquanto instrumento de combate a pobreza e exclusão social tem conseguido dar um contributo muito importante no combate a estes problemas sociais, através da criação de emprego e renda assim como no processo de inclusão financeira, permitindo a melhoria das condições de vida das populações mais pobres, conforme enfatiza o Secretário de Estado das Finanças Gilberto Barro⁷² reconhecendo o papel das Microfinanças no país no processo de criação de emprego e geração de rendimentos para as camadas mais pobres.

O estudo de Bernardino e Vicente (2016) onde se inclui a MORABI (Associação Cabo-verdiana de Auto-promoção da mulher), pontifica que as organizações (IMF) “ (...) têm tido um grande impacto na vida das populações pelo facto de o financiamento atribuído permitir que um grande número de beneficiários possa iniciar uma atividade geradora de rendimento.”

⁷¹ <https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2018/Interven%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governador%20no%20I%20F%C3%B3rum%20sobre%20Microfinan%C3%A7as%20de%20julho%20de%202018.pdf#search=microcr%C3%A9dito>

⁷² <https://www.mf.gov.cv/web/mf/-/gilberto-barros-governo-tem-fomentado-desenvolvimento-das-microfinancas-por-forma-a-aumentar-acesso-ao-servico-financieiro-inclusivo?inheritRedirect=true>

2.5.3.1 Breve referência do Papel do Microcrédito no Empoderamento das Mulheres em Cabo Verde

Conforme já visto neste trabalho desde o seu aparecimento que o Microcrédito apresenta as mulheres como tendo um papel central. Segundo Yunus (2011, p.12) “No início da criação do banco, decidimos concentrar-nos deliberadamente nos empréstimos a mulheres –inicialmente como forma de protesto contra a prática dos bancos convencionais que se recusavam a conceber crédito a mulheres, mesmo que elas pertencessem a um estrato social económico desafogado”

Segundo a mesma fonte a ideia inicial era assegurar a paridade do número de homens com as mulheres que beneficiavam dos empréstimos, mas perceberam que as mulheres que contraíam os empréstimos traziam muitos mais benefícios às suas famílias do que os homens, levando a que as crianças beneficiassem de forma imediata do rendimento das mães.

Tendencialmente Cabo Verde seguiu o padrão verificado noutros países onde a grande maioria do público-alvo do Microcrédito são as mulheres. Segundo Bernardino *et al.* (2017) o facto as IMF Cabo-verdianas se dedicarem grande parte das suas atividades às mulheres, principalmente as chefes de família, é algo coerente com a realidade de outros países em desenvolvimento onde se implementou o Microcrédito.

Conforme reconhecido pelo *Global Microcredit Summit 2011*⁷³, em geral as mulheres são estatisticamente a maioria da população na maioria dos países, e de um modo geral são mais pobres do que os homens.

Cabo Verde não fugindo a regra apresenta nesta matéria um quadro parecido, pois segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) relativos ao Inquérito as Despesas e Receitas das famílias (IDRF) em 2015, cerca de (52 %) da população era do sexo feminino e a pobreza muito caracterizado pelas mulheres, onde 53 % dos mais pobres são mulheres chefes de família. (INE,2018)

Outros fatores podem ser destacados relativamente a diferenças de género que podem influenciar ou explicar a predominância das mulheres no mercado do Microcrédito em Cabo Verde, como por exemplo o facto de que 51% das despesas totais de consumo serem realizados em agregados representados por mulheres, e também o facto de a dimensão dos agregados familiares ser superior nos agregados representados por mulheres (4,1 pessoas contra 3,9 nos agregados representados por homens), pois relacionado com isto pode estar o facto de 61 % das pessoas pobres viverem em famílias numerosas (agregados com 6 ou mais pessoas). (INE,2018)

Apesar de as mulheres assumirem um papel fulcral no seio das famílias cabo-verdianas e na sociedade em geral e dos progressos realizados nas questões de género, as mulheres continuam a estar mais propensas a situações de vulnerabilidades do que os homens. Segundo o INE (2018) o grau de pobreza das mulheres⁷⁴ é superior aos dos homens com uma tendência para crescimento da pobreza no

⁷³ https://gamechangenetwork.org/wp-content/uploads/2018/05/Women-are-Useful-to-Microfinance_final.pdf

⁷⁴ A incidência da pobreza global, quer a da pobreza extrema é superior nos agregados familiares representados por mulheres. 39,0% da população residente em agregados representados por mulheres são pobres e 12,1%

sexo feminino e aponta como causa fatores relacionados com a educação, os encargos com a família e com o trabalho doméstico.

Em Cabo Verde segundo o Banco Mundial (2018a) as normas sociais (não jurídicas) discriminatórias contra as mulheres, deixa-as em situação de desvantagem cabendo-lhes uma parcela desproporcional de deveres domésticos e das crianças, o que lhes impede de realizarem o seu potencial, contribuindo para a economia e melhoria das suas condições de vida.

Neste contexto o Microcrédito surge como uma forma de “empoderamento” das mulheres sendo o público preferencial e maioritário de entre os beneficiários do Microcrédito na grande maioria das IMF, conforme já referido. Segundo Bernardino *et al.*, (2017) a maioria das instituições define as mulheres como público-alvo dos seus programas de Microcrédito, reconhecendo ainda que a sua intenção é trabalhar com as mulheres. A mesma fonte aponta como as principais razões questões de ordem demográficas, pois o agregado familiar cabo-verdiano é em grande medida constituído por famílias monoparentais chefiadas por mulheres⁷⁵, assim como uma situação de maior vulnerabilidade sentida pelas mulheres e o seu maior potencial no desenvolvimento da comunidade onde se integra.

Tomando como referência a MORABI enquanto uma das maiores instituições de microfinanças em Cabo Verde, verifica-se que grande parte dos empréstimos fornecidos se destina as mulheres que representam cerca de 90% dos clientes. Por outro lado, a instituição apresenta como missão a promoção da mulher, privilegiando a inserção e a melhoria do estatuto social das mulheres cabo-verdianas numa perspetiva de género, promovendo a participação no desenvolvimento económico, social e político das comunidades e do país em geral. (Bernardino e Vicente,2016)

desses agregados estão em extrema pobreza, comparativamente a 30,6% e 8,8% das famílias representados por homens.

⁷⁵ Segundo dados da Cabo Verde *Development gateway* (2009) citado em Bernardino *et al.*,(2017) estas famílias representam cerca de 67,7 % dos agregados.

Capítulo 3- Estudo de Caso

3.1 Metodologia

Neste ponto iremos descrever a metodologia utilizada para a realização deste trabalho, nomeadamente, a natureza do estudo, o método e os instrumentos utilizados para a recolha e análise dos dados e como todo o contexto excepcional de pandemia no qual foi realizado este trabalho influenciou as escolhas realizadas.

Tendo em conta o contexto em que o estudo foi realizado e as características do estudo entendeu-se que a metodologia mais adequada seria aquela que passeremos a descrever a seguir.

Perante a realidade e o contexto de crise pandémica tornou-se muito complicado aplicar a técnica de recolha de dados primários inicialmente planeado, de realizar conforme era desejado entrevistas aos beneficiários, o que exigiria uma complexa operação através dos meios online pelos quais foram realizadas as entrevistas. Para entrevistar os beneficiários seria desejável o uso da técnica de entrevista estruturada através de inquérito por questionário de modo a abarcar o maior número e diversidade de beneficiários no território nacional onde a MORABI atua, obtendo assim um quadro mais completo deste universo.

Tendo em conta a realidade já referida, a dificuldade de deslocação ao terreno (Cabo Verde), devido também a própria heterogeneidade e características dos beneficiários do programa de Microcrédito da Morabi (muitas vezes não tem literacia digital e nem meios e equipamentos informáticos), optamos pela limitação das entrevistas, realizando-as apenas aos Membros da instituição em causa.

Neste contexto de alguma dificuldade e de incerteza económica optamos pelo método de estudo de caso único, e pela entrevista semi-estruturada (online) na medida que não se pretendia abarcar um grande número de pessoas e conforme já referido a dificuldades de deslocação para estar presente no terreno para a realização de entrevistas estruturadas (inquérito) abarcando os beneficiários da instituição em todo o território.

Assim entendeu-se que este tipo de instrumento (entrevista semi-estruturada) seria mais adequado pois este permite delimitar o volume de informações e um maior direcionamento da entrevista para o tema em questão.

3.1.2 Natureza do Estudo, Método, Recolha e análise de Dados

As pesquisas científicas podem ser classificadas, quanto à natureza, em dois tipos qualitativa e quantitativa e um misto dos dois tipos. (Oliveira,2011)

Para este estudo optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa baseado no método de estudo de caso único. Para o estudo foram recolhidos dados secundários e primários baseado na pesquisa bibliográfica e na técnica da entrevista, respetivamente.

Segundo Bryman (2012) a estratégia qualitativa é uma estratégia de pesquisa que normalmente enfatiza mais as palavras em detrimento da quantificação na colecta e análise dos dados. Para Sampieri (2006 cit em. Nunes *et al.*, 2016) o enfoque qualitativo, dá profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente os detalhes e as experiências únicas.

Neste tipo de investigação segundo Bogdan e Bilken (1994, p.16; cit em Meirinhos e Osório, 2010, p.50) “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em fenómenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico.” De realçar que “as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, mas sim formuladas com o objetivo de estudar fenómenos com toda a sua complexidade em contexto natural”. (Meirinhos e Osório,2010, p.50)

Neste sentido segundo Canastra *et al.* (2015) com este tipo de estudo não se pretende “medir” a realidade estudada, mas sim compreendê-la a partir dos atores em contexto (...) pois neste estudo conforme diz Bryman (2012) pretendemos enfatizar mais as palavras do que a quantificação na recolha e análise dos dados. Ou seja, compreender “como” o Microcrédito interage como a realidade produzindo efeitos na vida dos beneficiários e contribuindo para o desenvolvimento de Cabo Verde.

O método de estudo de caso segundo Yin (2005, p.32; *cit in.* Meirinhos e Osório,2010, p.54) é definido como “(...) é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real (...)”.

O estudo de caso como estratégia de investigação tem sido abordado por vários autores como Yin (1993, 2005), Stake (1999) e Rodriguez et al. (1999) segundo os quais um estudo de caso pode ser bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização assim como pode também ser algo menos definido como decisões, programas, ou até mudanças organizacionais. (Meirinho e Osório,2010)

Segundo Dooley (2002, cit em Meirinho e Osório, 2010) a vantagem do método de estudo de caso é a sua aplicabilidade a situações humanas e contextos contemporâneos da vida real. Yin (2005, cit em Meirinho e Osório, 2010) reforça que a possibilidade de utilização de várias fontes de evidência é um dos principais pontos fortes do método de estudo de caso, sendo a entrevista uma das mais importantes e essenciais fontes de informação neste tipo de método.

Para este trabalho foram recolhidos dados secundários e primários, sendo que a recolha de dados secundários se baseou na pesquisa bibliográfica, através de análise documental de teses (mestrado, doutoramento), monografias, artigos científicos, estudos, livros, revistas e a consulta de canais de comunicação online de instituições. A técnica de recolha de dados primários utilizado para este estudo foi a da entrevista semi-estruturada que foi realizada através da plataforma *zoom* devido a situação pandémica atual que não permitiu uma deslocação para a realização presencial. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e agosto de 2021 com a duração média de 55 minutos, sendo dirigidas a 4 quadros da instituição de Microfinanças (MORABI), que foram gravadas com o devido consentimento e posteriormente transcritas e analisadas.

A entrevista é segundo Bryman (2012) o método mais utilizado e aplicado nas pesquisas qualitativas. Esta constitui um instrumento que permite captar a diversidade de descrições e interpretações que as pessoas têm sobre a realidade e é uma “ (...) interação verbal entre, pelo menos, duas pessoas: o entrevistado, que fornece respostas, e o entrevistador, que solicita informação para, a partir de uma sistematização e interpretação adequada, extrair conclusões, sobre o estudo em causa .” (Meirinho e Osório, 2010, p.62)

Especificamente a técnica de entrevista semi-estruturada que é a usada neste trabalho, Nunes *et al.* (2016) diz que a entrevista semi-estruturada “busca alcançar uma maior profundidade nos dados coletados, bem como nos resultados obtidos (...)” isso quando comparado com técnica de entrevista estruturada.

Segundo Laville e Dionne (1999, cit em Nunes *et al.*,2016) o recurso a este tipo de entrevista proporciona uma maior flexibilidade à coleta de dados, permitindo uma maior abertura ao entrevistado, o que poderá tornar as respostas mais fidedignas.

3.2 Enquadramento Contextual de Cabo Verde

Cabo Verde é um país arquipelágico situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich e localizado a 455 quilómetros (km) da costa ocidental Africana, constituído por 10 ilhas (sendo uma das ilhas desabitada) e 5 principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande, e de Cima), o seu território perfaz um total de 4.033 km² (quilómetros quadrados).

As ilhas do arquipélago estão divididas em dois grupos nomeadamente o grupo de Barlavento constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista, enquanto o grupo das ilhas do Sotavento é constituído pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. (INE,2018a)

A nível da divisão administrativa o país conta atualmente com 22 concelhos espalhados pelas nove ilhas habitadas, sendo que 9 delas estão localizadas na maior ilha (Santiago) que representa cerca de 24,6% do território nacional e onde se encontra a capital do país a cidade da Praia. O país conta atualmente com cerca de 24 cidades em contraste com os 6 (em 2010) aquando da entrada em vigor da Lei nº77/VII/2010 em que cada concelho passou a albergar praticamente uma cidade. (INE,2018a)

3.2.1 Breve Caracterização do contexto Económica e Social de Cabo Verde

Conforme já referido neste trabalho (secção 2.2) Cabo Verde desde a sua independência em 1975 deparou-se com uma situação de fracos recursos naturais e grande fragilidade económica, social e natural. Contudo não obstante as fragilidades o país tem conseguido atingir patamares de desenvolvimento e crescimento interessantes, tendo sido graduado a país de Desenvolvimento Médio (PDM) pelo sistema de classificação das Nações Unidas.

3.2.1.1 Estrutura Económica

Segundo dados do Anuário estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2018, apresentado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB de Cabo Verde situou-se nos 173 097 (milhões de ECV)⁷⁶ e o PIB per capita foi de 321 945 (ECV) no ano de 2017.

Segundo dados de 2016 apresentados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS) (2017-2021)⁷⁷, o país apresentou uma taxa de inflação a volta de -1,4% e uma dívida pública de 129,6% do PIB, que vem crescendo ao longo dos anos (era de 78,5 % em 2011), fruto da redução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento o que tem levado o país a recorrer cada vez mais a empréstimos públicos externos para o financiamento da economia.

A unidade monetária é o Escudo Cabo-Verdiano (ECV) que através do acordo de cooperação cambial assinado por Portugal e Cabo Verde permite uma paridade fixa do escudo face ao euro. (1 euro equivale a 110.265 ECV).

O turismo apresenta-se como o principal motor e setor dinâmico da economia Cabo –Verdiana. Segundo o Governo de Cabo Verde através do documento estratégico (DECRP III), o turismo recebe mais de 90% do Investimento Direto Estrangeiro destinado ao país e tem sido o principal impulsionador do crescimento económico e gerador de emprego em Cabo Verde, representando no total cerca de 20% do PIB.

A estrutura da economia cabo-verdiana caracteriza-se como uma economia baseada nos serviços, ou seja, fortemente marcada pela presença do setor terciário, que segundo Bernardino et al. (2017) em 2014 situava-se nos 64,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Neste sentido segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) (2017-2021) apresentado pelo Governo de Cabo Verde, o valor acrescentado bruto (VAB) de cada ilha na formação da economia é desigual, pois a ilha de Santiago representa 52 % do PIB, São Vicente 16% e a ilha do Sal com 12%, o que evidência as desigualdades regionais que o país enfrenta. A nível setorial as assimetrias se mantêm, pois, o setor terciário⁷⁸ alavancado em grande medida pelo turismo, apresenta a maior contribuição para o VAB com 70%, seguido pelo setor Secundário⁷⁹ com 19% e pelo setor primário⁸⁰ que corresponde a 11% do total produzido no país.

Segundo esta mesma fonte o setor terciário é o principal gerador de emprego em Cabo Verde, com cerca de 61 em cada 100 empregos, intensificando no meio urbano onde a percentagem sobe para 72,6% dos empregos. Em contraste no meio rural o setor primário gera 54 em cada 100 empregos, o que poderá constituir uma explicação para a elevada concentração da pobreza neste meio tendo em conta o nível de

⁷⁶ 1 euro equivale a 110.265 escudos cabo-verdianos (ECV).

⁷⁷ Disponível em: <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

⁷⁸ 80% do VAB do comércio é gerado em duas ilhas (Santiago e São Vicente). 64,3% do VAB do alojamento e restauração (turismo) está concentrado no Sal (40,2%) e na Boa Vista (24,1%).

⁷⁹ 90% das Indústrias transformadoras estão localizadas nas ilhas de Santiago e São Vicente.

⁸⁰ A volta de 80% do VAB da agricultura é gerado pelas ilhas de Santiago (52,4%); Santo Antão (20%);Fogo (15,2%)

subemprego e os baixos rendimentos associados a este setor que continua a caracterizar-se pela modalidade familiar e tradicional.

3.2.1.2 Pobreza

As assimetrias já referidas refletem-se na distribuição da pobreza no arquipélago, questão que tem sido central nas políticas públicas do país, assumindo segundo Proença (2009) (a luta contra a pobreza) um papel central na definição e na implementação das estratégias de desenvolvimento e crescimento sócio-económico.

A pobreza conforme já referido anteriormente (secção 2.2) assume-se como um dos problemas estruturais do país não obstante os progressos realizados pelo país ao longo das últimas décadas. Segundo o AECV de 2018, apresentado pelo INE (2018a) estima-se que 23,7% da população em Cabo Verde viva na condição de pobreza extrema (com menos US\$1,90 por dia)⁸¹, sendo a população rural e as crianças as mais afetadas. Neste sentido, comparado os dois espaços, no meio rural cerca de 40% vive na pobreza extrema contra 14,7% no meio urbano, enquanto, 30,4% das crianças com menos de 15 anos vivem nessa condição.

A nível da pobreza absoluta segundo a mesma fonte em 2015 registou-se uma incidência a volta de 35%, ou seja, o equivalente em termos absolutos a 179 909 pessoas (vive com um consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado em 95.461 ECV no meio urbano e 81.700 ECV no meio rural).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) a pobreza no Arquipélago é essencialmente feminino pois 53 % dos mais pobres são mulheres chefes de família, 51% dos pobres vive no meio urbano, sendo que 58% destes vivem na maior ilha do Arquipélago (ilha de Santiago) com 28% a residir na Capital do país (a cidade da praia). De realçar ainda que 44% das pessoas pobres vive no seio de famílias monoparentais e que 61 % vive em famílias numerosas, nomeadamente agregados constituídos por 6 ou mais pessoas. (INE,2018)

O gráfico (Figura 3.1) demonstra a evolução da pobreza absoluta em Cabo Verde desde o início do século XXI até ao ano mais recente de 2015.

⁸¹ Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015). (INE,2018a)

Fonte: Construção própria dados (INE,2018)

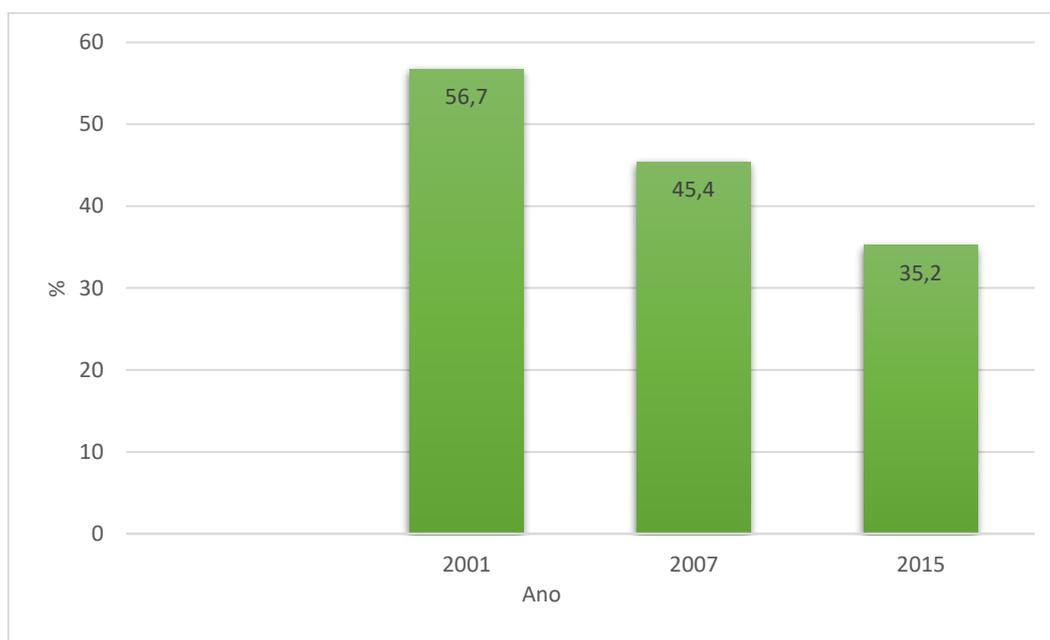


Figura 3.1 – Incidência da Pobreza. Cabo Verde, 2001/02, 2007 e 2015

3.2.1.3 População e Emprego

Segundo dados de 2016 apresentados no PEDS, a população cabo-verdiana é muito jovem, com uma idade média de cerca de 28,9 (média mundial de 30 anos), sofrendo um ligeiro aumento em 2020 (29,8 anos) e 2030 (33 anos). A tendência para um aumento da população com idade entre os 15-64 anos (população em idade ativa) que deverá atingir os 67,55% da população total em 2030 poderá constituir uma oportunidade para o país.

Contudo da população ativa uma boa parte encontra-se desempregada pois o país registou em 2016 uma taxa de desemprego de 15%, sendo mais acentuada entre as mulheres com uma taxa de 17,4% do que entre os homens que apresentam uma taxa de 12,9%. A população jovem (mulheres constituem a maioria da população de 15 anos e mais) é a mais atingida pelo flagêlo do desemprego com 41 em cada 100 jovens ativos desempregados.

O país apresentava em 2018 uma esperança média de vida de 72,6 anos para os homens e de 80,4 anos para as mulheres, uma diferença média de 7,8 anos de vida entre os sexos. O país contava em 2018 com cerca de 544 081 mil habitantes (acréscimo de 6.420 habitantes em relação a 2017), sendo que a população do país cresceu no período (2014-2018) a um ritmo de 1,19%. Os concelhos com maior população são os da Praia (162 814 mil habitantes) com cerca de 29,9% da população total do país e São Vicente (83 468 mil habitantes) com cerca de 15,3% desse total. (INE,2018a)

Relativamente à estrutura etária da população no mesmo ano (2018), o número de pessoas dos 0 aos 14 anos foi 28,3 % da população residente, o grupo etário dos 15 aos 24 cerca 18% do total, dos 25

aos 64 cerca de 48,2% e pessoas com 65 ou mais anos (idosos) representavam apenas 5,5% da população. Tendo em conta o fator sexo observa-se que o peso da população masculina foi de 50,3%, superior ao da feminina (49,7%). (INE,2018a)

De seguida faremos a introdução a instituição MORABI (Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da Mulher) caracterizando a instituição de um modo geral e as suas atividades desenvolvidas principalmente no âmbito do Microcrédito.

3.3 MORABI

A escolha feita para este estudo de caso baseiou-se no facto de que esta instituição além de ser uma das pioneiras na introdução do Microcrédito em Cabo Verde, tem sido um dos principais protagonistas no desenvolvimento do mesmo. A Morabi passou a ser uma das principais IMF de Cabo Verde, a nível de abrangência do mercado nacional (nºclientes, créditos concedidos, etc), pela própria dimensão interna da instituição e pela *performance* conseguida ao longo dos anos.

3.3.1 Caraterização da MORABI

Conforme já referido a Morabi integrou o comité de pilotagem juntamente com mais 4 outras ONG'S que foi um dos primeiros passos na implementação do sistema de Microcrédito em Cabo Verde.

A Morabi foi criada em 1991, mas os programas de Microcrédito só deram os primeiros passos em 1994 com a concessão de malas isotérmicas a peixeiras, recebendo em troca uma quantia simbólica por parte das beneficiárias. Nesse âmbito estabeleceu como missão privilegiar a inserção da mulher e melhoria do estatuto social das mulheres cabo-verdianas numa perspetiva de género, promovendo a sua participação no desenvolvimento económico, social e político das comunidades do país. (Bernardino e Vicente, 2016)

Segundo a Morabi através do seu website⁸² este ganhou maior impacto em 1997, com a introdução de ferramentas que permitiriam a consolidação do sistema, sendo que em 1998 com a definição de procedimentos que foram incorporados num manual de crédito, introdução de software de gestão e autonomia do departamento de crédito o programa ganhou uma nova dinâmica, passando a estar melhor estruturado.

Com o enquadramento legal Lei nº15/VII/2007 a Morabi passou a estar registado no Banco Central passando a ser reconhecida como uma instituição de Microfinanças legal passando a ter a designação de Morabi Microfinanças. Outro marco importante na evolução da instituição foi alcançado no período 2010 a 2012 com a introdução de produtos de poupança e transferência de dinheiro, passando a ser efetivamente um programa abrangente de Microfinanças e não apenas de Microcrédito.

⁸² <https://morabicooperativa.cv>

Mais recentemente com o novo enquadramento legal (Lei nº 83/VIII/2015) a instituição teve que promover a segregação das funções de cariz social das de microfinanças. Com a introdução desta legislação e objetivando ir ao encontro da mesma, foi criada a Morabi- Cooperativa de Poupança e Crédito Lda (registado em 21 de dezembro de 2018), entidade distinta da Morabi - Associação Cabo-Verdiana de Autopromoção da Mulher, que ficou apenas responsável pela parte social da Organização.

A Morabi- Cooperativa de Poupança e Crédito apresenta como missão “oferecer de forma sustentada e a nível nacional, serviços financeiros à população, especialmente às mulheres, bem como as micro e pequenas empresas”. A visão da instituição é “ser reconhecido como a melhor e mais inovadora instituição cabo-verdiana de microfinanças” e os valores defendidos pela mesma são Sigilo e transparência, cultura de qualidade, foco no cliente, foco nos resultados, espírito de equipa e inovação.

A nível dos serviços prestados pela Organização de um modo geral (inclui tanto as microfinanças e a vertente social) destacam-se as Microfinanças, a Formação, Saúde Sexual e reprodutiva e desenvolvimento comunitário, tendo como principais objetivos a promoção e elevação do nível de escolaridade, informação e qualificação da mulher assim como promover e apoiar atividades geradoras de emprego e rendimento e incentivar a criação de grupos associativos juvenis. (Bernardino e Vicente, 2016)

Segundo a ex Presidente da Instituição a Sra Lúcia Passos numa entrevista a revista *Nós Genti* a 28 de Julho de 2016⁸³, esta afirma que “ em simultâneo ao programa de microfinanças, a MORABI possui ainda um centro de Formação profissional e Promoção empresarial, onde são realizados formações profissionais iniciais e continuas a pequenas e médias empresas, a jovens à procura do primeiro emprego e autoemprego. Possui igualmente um Centro de Informação, atendimento e apoio psicossocial a públicos vulneráveis.”

Recentemente mais concretamente em junho de 2019 a MORABI (Cooperativa de Popupança e Crédito Lda) mudou para novas instalações com uma nova sede, projeto há muito idealizado pela instituição e que permite melhorar as condições de trabalho e de resposta as demandas dos clientes.

A nível da estrutura organizativa a MORABI apresenta-se organizado conforme apresentamos a seguir na (Figura 3.2) através do Organograma

⁸³ <https://nosgenti.com/corsino-fortes-o-segredo-do-sucesso-dos-cabo-verdianos-e-o-sentido-universalista-que-tem-do-mundo-2/>

Fonte: Morabi

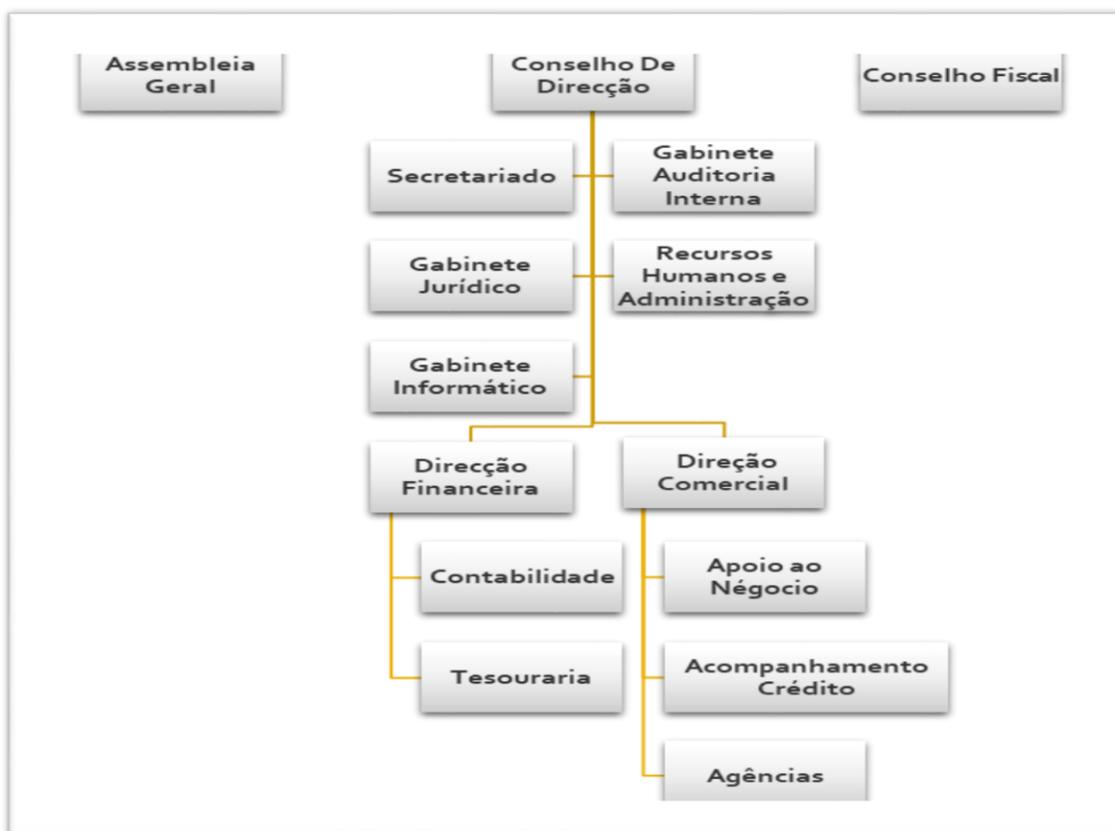


Figura 3.2 - Organograma

3.3.2 Programa de Microcrédito da MORABI

Apesar da evolução da instituição passando de uma oferta apenas a nível de Microcrédito para um campo mais alargado a nível de serviços financeiros, passando a disponibilizar outros produtos como os microseguros e micropoupanças, o Microcrédito continua a ser o elemento central neste âmbito assim como se verifica com grande parte das instituições de Microfinanças em Cabo Verde.

Segundo Bernardino e Vicente (2016) podemos classificar o público-alvo do Microcrédito disponibilizado pela MORABI com as seguintes características:

Apesar do Microcrédito da instituição privilegiar as mulheres pelas razões já referidas anteriormente, qualquer cidadão cabo-verdiano maior de 18 anos pode aceder ao mesmo.

A maioria dos beneficiários de crédito na MORABI estão na faixa dos 20 aos 40 anos, sendo que 90% são do sexo feminino.

A nível de escolaridade o público é diverso pois encontramos desde pessoas sem nenhum tipo de escolaridade (analfabetas) até pessoas com curso superior. Grande parte das pessoas que solicitam crédito à instituição estão em situação de desemprego, sendo que em alguns casos estes já possuem um vínculo laboral com alguma instituição, pelo que modo geral estes apresentam um nível de rendimento

baixo ou relativamente baixo, sendo que em casos extremos estes não apresentam nenhuma fonte de rendimento no momento de solicitação do crédito.

Os principais critérios para a atribuição do Microcrédito utilizados pela MORABI são o cliente ter a nacionalidade cabo-verdiana assim como a residência no país, ter mais de 18 anos, ter uma ideia de negócio legal e apresentar garantias, nomeadamente um avalista e a sua respetiva declaração de vencimento, que comprovem que o mesmo tenha possibilidade de suportar o cliente caso haja incumprimento. (Bernardino *et al.*, 2017)

A nível do produto ou programa de Microcrédito disponibilizado pela MORABI, esta tem uma duração média de 10 a 12 meses, e uma taxa de juro média de 2% ao mês (24% ao ano) sendo que esta é igual para todos os beneficiários, podendo haver pequenas exceções quando a MORABI estabelece protocolos e parcerias com outras instituições. O valor médio por crédito situa-se a volta de 644 euros, sendo as principais atividades financiadas pela MORABI o Comércio informal, agricultura, pecuária, prestação de serviços, pesca e agronegócios. (Bernardino e Vicente, 2016; Bernardino *et al.*, 2017)

De realçar que com a separação das dimensões sociais das microfinanças, a Morabi Cooperativa de Poupança e Crédito Lda, passou a disponibilizar cinco modalidades de crédito⁸⁴. Estas são, Atividades Geradoras de Rendimento (AGR); Agropecuária; Melhoria Habitacional; Eletrodomésticos e Mobiliários; Consumo; sendo que os dois primeiros (AGR e Agropecuário) são destinados a qualquer cliente da instituição enquanto os restantes são destinados aos funcionários da instituição e a clientes conforme diz a instituição “funcionários ou clientes com excelente histórico de pagamento na MORABI”.

A MORABI é uma das IMF em Cabo Verde cuja oferta do Microcrédito detêm maior abrangência atuando e oferecendo acesso ao Microcrédito e outros serviços das Microfinanças em 6 (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santiago, Sal, Boavista, Maio) das 9 ilhas habitadas do país. Os créditos oferecidos são a nível individual e de grupo.

De realçar ainda o facto de que cerca de (90%) dos beneficiários aceder ao crédito mais do que uma vez (repetir o pedido de crédito) com uma taxa de reembolso a rondar os 95%, o que é demonstrativo da boa relação que os clientes de um modo geral mantêm com a instituição e por outro lado um indicador de sucesso das metodologias utilizadas pela instituição. Podemos apontar uma forte aproximação aos clientes, a flexibilidade aplicada nesta mesma relação, negociando com os clientes caso tenham algum tipo de dificuldade em pagar o montante em dívida, assim como o manter de uma relação contínua mesmo após o término dos programas de empréstimo apresentando sempre disponibilidade para fornecer apoio ao cliente caso este seja solicitado. Outro fator relevante que permite obter estes números a nível do reembolso é o facto de a MORABI fazer o acompanhamento permanente dos clientes e seus empreendimentos e disponibilizar formações sempre que os clientes desejarem, de modo a melhorar as

⁸⁴ Disponível em: <https://morabicooperativa.cv/>

suas capacidades de gestão do negócio (no dia a dia) permitindo assim garantir uma maior e melhor sustentabilidade do mesmo. (Bernardino e Vicente, 2016)

Até finais de 2009 a MORABI tinha um total de créditos acumulados de 14.076 e 2821 créditos ativos. A carteira ativa no valor de 108.222.978 (ECV) e um total da carteira acumulada de 846.149.668 (ECV). Até esta data a MORABI foi a IMF com maior contribuição para o total das operações realizadas, nº de clientes activos, e para a totalidade da carteira activa das IMF com 33% do total, sendo que a segunda Instituição com maior contribuição abarcou 20 % desse total. (ADA,2010; cit em Silva, 2012)

Segundo dados disponibilizados pela instituição através do seu canal de comunicação (web site) a MORABI (Cooperativa de Poupança e Crédito Lda) dispõe atualmente de carteira ativa de mais de 180.000.000 (ECV) e cerca de 2600 créditos ativos, contando com cerca de 50 funcionários distribuídos por 11 concelhos do país com rede formada por 10 agências.

3.3.3 Impacto do Programa de Microcrédito da MORABI

Segundo a antiga presidente da Morabi (2007-2016) Lúcia Passos em entrevista a revista *Nós Guenti* em julho de 2016 “A contribuição da MORABI no processo de desenvolvimento e transformação de Cabo Verde é inquestionável e irreversível, com ganhos e impacto a nível da redução da taxa de pobreza e do desemprego. A MORABI contribui, desta forma, para o processo da inclusão social, através do acesso aos serviços de microfinanças e formação profissional e empresarial.”

Fica através desta declaração notória o trabalho que a instituição tem realizado em Cabo Verde através do seu sistema de Microfinanças em geral e Microcrédito em particular, ajudando as famílias cabo-verdianas em quase todos os recantos do país a conseguirem obter rendimentos através da criação de trabalho (emprego e auto-emprego) impactando em suas comunidades e na sociedade de um modo geral.

Alguns Estudos recentes como o de Bernardino e Vicente (2016) que diz que “ A MORABI constou que o microcrédito tem um impacto muito positivo na vida dos Cabo-verdianos, pois este muda a vida dos beneficiários não só financeiramente como também psicologicamente, permitindo-lhes uma vida mais digna, adquirir e usufruir de bens e serviços a que antes não tinham acesso ” e Bernardino *et al.*, (2017) que também inclui a MORABI e que conclui que “ (...) o Microcrédito é um instrumento muito importante para a melhoria do rendimento das famílias pois apartir do autoemprego as famílias passam a dispor de uma fonte de rendimento de que anteriormente não possuíam permitindo por isso que as famílias possam adquirir bens e serviços a que antes não tinham acesso, fazendo com a vida de muitas pessoas melhore. Por esta razão o Microcrédito é confirmado como um dos caminhos para a diminuição da pobreza e redução dos riscos da exclusão social em Cabo Verde” - corroboram a importância que o Microcrédito desenvolvido pela MORABI (e pelas IMF) tem no processo melhoria das condições de vida das famílias e comunidades mais desfavorecidas e com menos aptência para aceder ao crédito tradicional da banca, e que muitas vezes tem potencial e ideias, mas que apenas necessitam desse “apoio” para concretizá-las e evoluir favoravelmente nos degraus social e económico, contribuindo assim para

a redução da pobreza, do desemprego que são problemas sociais muito vinculados no país, não obstante as evoluções já referidas aqui neste trabalho.

O impacto do programa Microcrédito nos indivíduos, famílias e comunidades em geral vai além do material (negócio, rendimento) conforme já referimos. A MORABI refere em Bernardino *et al.*, (2017) que “(...) o impacto psicológico dos programas desenvolvidos, que permitem melhorar a auto-estima dos beneficiários, ter acesso a uma vida condigna e satisfazer as necessidades básicas que de outro modo não poderiam suprir”. O que demonstra o alcance que o programa desenvolvido pela instituição tem tido na vida das pessoas e das famílias em Cabo Verde.

Também se torna necessário destacar o trabalho de proximidade e o conjunto de atividades que complementam o programa de Microcrédito, como as formações e serviços de educação financeira, que permitem preparar e capacitar os seus beneficiários permitindo-lhes uma melhor gestão dos negócios e dos orçamentos familiares, pois muitas das vezes devido a característica destes negócios não existe uma separação clara entre ambas.

Segundo o testemunho de uma das várias clientes da MORABI que conseguiu melhorar as suas condições de vida, disponibilizado pela instituição no seu canal de comunicação online (*web site*)⁸⁵ podemos ver que o programa quando bem direcionado e cumprindo todos os seus princípios consegue realmente impactar na vida das pessoas.

O testemunho que se segue é uma de muitas que podem servir para demonstrar o impacto do Microcrédito da MORABI na vida das mulheres e famílias cabo-verdianas como é o caso da Sra Etelvina Pinto (com mais de 60 anos) residente numa localidade nos arredores da cidade da Praia, e que hoje tem uma casa própria, é dona de um estabelecimento comercial e faz criação de animais, mas cujo a vida nem sempre foi assim.

Segundo a própria “*A MORABI é um marido para mim, porque me ajuda e me ajudou a criar os meus filhos*” afirma ainda que “*Antes de ir a MORABI era complicado para mim, eu não tinha de onde tirar o valor que servisse para abastecer uma loja*”

Conforme diz a MORABI a Sra. Etelvina recebeu mais do que um empréstimo, recebeu orientações de como gerir o seu dinheiro e o seu negócio. Ela afirma que “*Fui me informar. Me mostraram como fazer e eu fiz assim como me aconselharam*”, orgulhando-se ao dizer que aprendeu a “*separar o dinheiro da família do dinheiro dos negócios*”

O que aconteceu com esta cliente é algo que vai de encontro com o que acontece em grande medida com grande parte dos clientes da MORABI, diz a instituição. De um pequeno comércio que conseguiu prosperar, ela avançou para a criação de gado, e com o lucro dos negócios ampliou a casa da família e inscreveu os filhos na faculdade. Com isto ela afirma que “*Sempre que preciso de um empréstimo a MORABI dá-me. Dá-me porque pago sempre. E pago sempre nos prazos, nunca me atrasei.*”

⁸⁵ <https://morabicooperativa.cv/>

Capítulo 4- Análise dos Resultados

Neste capítulo pretendemos apresentar e analisar os dados recolhidos nas entrevistas realizadas para a recolha de dados primários para este trabalho. Conforme já referido para essa recolha foram realizadas 4 entrevistas a quadros da instituição MORABI nomeadamente: Coordenadora Regional (Sra. Fátima Alves), Presidente da Associação (Sra. Evelyne Figueiredo), a Presidente do Conselho de Direcção da Cooperativa de Poupança e Crédito Lda, (Sra. Lina Gonçalves) e ao Diretor Comercial (Sr. Walter Gomes) da respetiva Cooperativa.

Para a realização desta análise à luz dos objectivos traçados para o trabalho serão abordados a MORABI enquanto instituição de Microfinanças no contexto cabo-verdiano, que têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento do país, apresentando-se como alternativa às populações de baixa renda, realizando um trabalho social muito relevante junto das famílias cabo-verdianas. Esse trabalho é desenvolvido em grande medida através do principal instrumento das Microfinanças no país que é o Microcrédito pelo que será descrito e analisado o programa como funciona, os produtos oferecidos, os seus objectivos, metodologias e digamos tudo que esta associado ao programa. Por fim analisamos o impacto os contributos que a MORABI enquanto instituição de Microfinanças através do seu programa de Microcrédito tem dado para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde, tentando perceber se esse programa tem cumprido o seu papel enquanto instrumento alternativo na criação de emprego e renda assim como na luta contra a pobreza e exclusão social e financeira.

Podemos dizer que em grande medida através da análise realizada que o Microcrédito disponibilizado pela MORABI tem cumprido os desígnios do microcrédito enquanto instrumento alternativo e inovador vistos na revisão de literatura, apesar das suas limitações de ordem financeira e enquadradas num país que se encontra no patamar de rendimento médio.

Indo de encontro ao que autores como Braga e Jr (2000) assim Rodrigues *et al.* 2015 e constituindo-se como um instrumento de geração de emprego e renda e uma alternativa viável na política pública de geração de emprego e renda, que acaba por atingir outras dimensões como saúde, educação, habitação conforme Filho e luz (2013) descrevem, que populações excluídas ao acederem ao microcrédito registam aumentos de consumo e melhorias de qualidade de vida. Também indo de encontro ao que autores como Portela *et al.* (2008) referem em que se constitui como um instrumento de capacitação e estímulo ao (micro) empreendedorismo em comunidades pobres, pois o programa disponibilizado pela MORABI tem estimulado este espírito empreendedor nos seus beneficiários permitindo-lhes desenvolver atividades geradoras de rendimento e auto-emprego, sendo aliás este um dos principais objectivos do programa de microcrédito da instituição.

Destaca-se também assim como visto na literatura o papel abrangente do microcrédito descatacado por autores como Sansón Mizrahi (2008), que o microcrédito da MORABI consegue alcançar

permitindo através do acompanhamento, do aconselhamento, a melhoria da auto-estima dos beneficiários, aumentando a autonomia e o próprio desempenho destes nas suas atividades.

Portanto conforme iremos ver ao longo da análise em grande medida a MORABI enquanto instituição de microfinanças no contexto de país de rendimento médio, tem desempenhado o papel atribuído pela literatura de um modo geral, funcionando como um instrumento importante no apoio as camadas excluídas da banca tradicional, assim como um complemento do próprio estado no combate a problemas sociais como o desemprego e a pobreza.

4.1 A MORABI Enquanto Instituição de Microfinanças

Conforme já foi referido neste trabalho as instituições de Microfinanças tem tido um papel muito importante no desenvolvimento de Cabo Verde país de rendimento médio que ainda apresenta enormes vulnerabilidades, alguma pobreza persiste e estrutural e taxas de desemprego relativamente altas principalmente nas camadas mais jovens. Nesse sentido estas instituições como a MORABI apresentam-se em grande medida como vias alternativas às populações de baixa renda e em situações de exclusão assim como uma espécie de complemento ao próprio estado que perante as suas limitações não consegue exercer o seu papel de “Estado Social” também no apoio às camadas populacionais já referidas.

A MORABI enquanto uma instituição social tem tido uma evolução positiva acompanhando tanto a evolução económica e social do país assim como a evolução a nível internacional conforme afirma a Coordenadora Regional da instituição “ A morabi tem evoluído de forma positiva e tem estado a alinhar as suas intervenções com as recomendações das grandes conferências a nível mundial, com os objectivos de desenvolvimento do milénio e agora com os objectivos de desenvolvimento sustentável ODS, assim sendo a Morabi tem acompanhando todas essas evoluções e tem evoluído enquanto instituição da mesma forma ”

A instituição tem tido uma estratégia clara de intervenção que foi traçada desde a criação da instituição e essa estratégia tem sido transformada em programas de intervenção nomeadamente o programa de intervenção socioeconómico da mulher que evoluiu e se transformou no programa de Microfinanças que atualmente a instituição apresenta.

Conforme diz a Coordenadora Regional “(...) visava permitir as mulheres Cabo –Verdianas o acesso aos recursos financeiros para que pudesse permitir o auto-emprego (...) Nesse sentido criou esse programa com objectivo de proporcionar as mulheres oportunidade de terem acesso aos recursos financeiros para desenvolver uma atividade económica e garantir o auto-emprego”.

Esse programa evoluiu para as Microfinanças que atualmente devida a imposição legal se transformou numa instituição nomeadamente a Cooperativa de Poupança e Crédito Lda.

Ainda segundo afirma a Presidente da Associação a Sra Evelyne Figueiredo “E nós começamos indo para a questão dos créditos começamos um trabalho muito grande com as peixeiras e então de uma caixa isotérmica nasceu o nosso projeto crédito” o que é demonstrativo da evolução e de como a

instiuição tem conseguido superar as adversidades e contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias cabo-verdianas conforme o seu apanágio.

É importante realçar conforme é destacado pelos entrevistados que a abrangência do trabalho da instituição não se resume as Microfinanças em geral e ao Microcrédito em particular pois estas vertentes estão interligados com os outros programas da instituição nomeadamente programa de formação profissional e promoção empresarial para permitir as mulheres terem acesso à capacitação e formação profissional, com o intuito de permitir que as mulheres que implementassem os seus negócios teriam acesso a capacitação necessária para gerirem melhor os seus negócios, assim como o programa de mobilização social ao qual faziam parte dois subprogramas que são o desenvolvimento comunitário e a saúde sexual e reprodutiva que tem como objectivo mobilizar a sociedade para a volta das causas sociais permitindo que as comunidades tenham uma capacidade local (endógena) maior para que possam participar no processo de desenvolvimento local, comunitário, individual e do país, conforme reitera a Coordenadora Regional -

“A estratégia diz que a MORABI deve trabalhar além dessas áreas na mobilização social, tudo o que tem a ver com a mudança de comportamentos e transformação das pessoas quer a nível comunitário quer nível individual para que as comunidades pudessem estar no ponto de serem parte dos problemas, mas também das soluções”.

O trabalho desenvolvido pela instituição tem permitido ganhos sociais enormes para as mulheres e famílias Cabo-Verdianas, permitindo uma maior visibilidade das mulheres na sociedade e empoderamento das mesmas enquanto atores com um papel muito importante no contexto familiar e socioeconómico cabo-verdiano.

Segundo o relato da Presidente da Associação:

“elas diziam mesmo há testemunhos que a vida mudou consideravelmente e nos verificamos temos mulheres, temos famílias que muitos jovens estudaram (...) mas havia também um trabalho que fazíamos que era incentivar para que as meninas não ficassem em casa e fossem estudar (...)”

Portanto destaca-se o alcance do trabalho desenvolvido pela instituição que vai além da questão económica de rendimento e emprego, mas sim faz a devida interligação com outras dimensões sociais que são de extrema importância para que se possa alcançar resultados mais duradouros e com maior impacto nas comunidades, famílias e sociedade de um modo geral. Um trabalho de parceria entre a parte social e a parte do Microcrédito que é um dos grandes méritos e vantagens do trabalho da instituição, que ao estabelecer essa parceria permite que estes atuam em conjunto, tendo assim um impacto ainda maior e indo de encontro as mais diversas necessidades dos beneficiários.

Conforme diz a Presidente da Associação:

“Não podemos desligar aliás é uma das grandes vantagens que nos temos em relação aos bancos comerciais é o nosso serviço de Cooperativa ou microcrédito poder contar com este trabalho de formação e informação, pois tens muito mais sucesso no crédito quando estas a trabalhar com a pessoa que recebeu (...)”

Compreendendo a situação das mulheres cabo-verdianas que se apresentavam em situação de desfavorecimento com baixa taxa de escolaridade, de qualificação profissional, a instituição ao lançar o programa de Microcrédito permitiu claramente que as mulheres e suas famílias pudessem dar passos largos na melhoria das suas condições de vida, ganhando visibilidade e participando de uma forma mais ativa no processo de desenvolvimento económico e social.

A instituição continua empenhada em conseguir uma melhor posição social, política e económica da mulher cabo-verdiana, trabalhando numa lógica em que as mulheres assumindo um papel central na sociedade cabo-verdiana, permitem chegar as famílias e as comunidades de um modo geral. A instituição enquanto uma IMF, acredita e procura a inclusão financeira, uma maior democratização do acesso ao crédito assim como uma maior desburocratização dos processos através da flexibilidade e de uma maior aproximação aos seus clientes.

4.2 O Programa de Microcrédito da Morabi

Desde a sua criação o programa de Microcrédito da MORABI já contemplou mais de 30 000 beneficiários e passou de uma carteira de crédito ativa de cerca de 184 682 208 ECV em 2019 para 224 276 659 ECV em 2021, contando com cerca de 3000 clientes ativos.

Conforme pontua o Diretor Comercial da Cooperativa “O crescimento dos últimos dois anos foi a volta de 30% houve um grande crescimento mesmo a nível da procura e conceção dos mesmos” o que é demonstrativo da evolução e crescimento do programa.

Tendo um foco especial nas mulheres desde a sua criação por razões já referidas, pelo facto que serem uma camada mais vulnerável, muito ligada a questão da pobreza, o facto de grande parte das famílias serem lideradas por mulheres e serem monoparentais etc, atualmente apesar de grande parte dos clientes do Microcrédito da instituição continuarem a ser mulheres a percentagem diminuiu de cerca de 90% para os atuais 60% de mulheres contempladas no programa, o que poderá ser um indicador de uma maior abertura por parte dos homens na procura do Microcrédito levando a um maior equilíbrio na procura deste serviço.

A instituição tem trabalhado na desburocratização e simplificação dos processos de acesso ao crédito, eliminando documentos desnecessários, apostando na flexibilidade e na rapidez da resposta, conseguindo liberar processos em 24 horas, permitindo o acesso mesmo sem documentos dentro dos prazos de validade (em alguns casos de emigrantes por exemplo), e apostando fortemente na componente digital concedendo créditos em concelhos onde a instituição não tem espaço físico permitindo que tudo seja tratado pelos meios digitais não havendo necessidade de deslocação dos clientes, podendo apenas deslocar no momento da assinatura do contrato de crédito. A instituição tem trabalhado ainda no sentido de reduzir os custos de transacção no sentido de reduzir ao máximo estes custos de modo que os clientes não tenham gastos até acederem ao financiamento.

Conforme pontifica a Presidente do Concelho de Direcção da Cooperativa – “(...) hoje temos uma MORABI mais preparada para dar as respostas as necessidades dos clientes com nova orgânica, novos

procedimentos e produtos diversificados, uma equipa mais dinâmica e preparada e mais capacitada (...) o que nos permite dar uma melhor resposta em tempo útil”

A aposta numa metodologia de proximidade de seguimento e auscultação indo de encontro ao que os clientes precisam e necessitam no seu dia-a-dia, ajustando a sua oferta a estas necessidades tem sido política da instituição. Conforme diz a Coordenadora Regional da instituição – “(...) Fazemos o nosso seguimento, acompanhamento, auscultamos porque o Microcrédito tem essa vertente que é a proximidade, nos estamos sempre próximos das pessoas dos nossos clientes estamos sempre em contacto a ouvir e auscultar as opiniões e os dados, portanto através disso temos essa percepção e constatação”

A MORABI tem trabalhado junto dos seus clientes numa relação de proximidade no sentido de perceber quais as suas reais necessidades e como pode adaptar os seus produtos e nesse sentido criou novos produtos de crédito como o crédito habitação e melhoria que permite a construção faseada e remodelação da habitação, crédito consumo permite financiar os estudos etc, além de crédito para obtenção de electrodomésticos e mobiliários dando mais alternativas e possibilidades aos clientes e ajudando as famílias em vertentes que perante a realidade do país são muito importantes, pois muitas famílias não tendo condições de ir a banca ter um crédito habitação vão ao longo do tempo realizando obras em casa através dessa linha de crédito disponibilizado, conseguindo ter uma habitação condigna e com mínimas condições de habitabilidade, assim como por exemplo pessoas como empregadas domésticas que ganhem o salário mínimo ter acesso ao crédito que lhe permita comprar um televisor, um computador para o filho assim como outros bens de consumo, permitindo assim que famílias vejam satisfeitas as suas mais diversas necessidades.

Conforme afirma a Presidente do Concelho: “O sonho do cabo-verdiano é estudar e ter uma habitação própria e isso é possível com o Microcrédito (...)”.

Podemos verificar a partir dos dados do quadro 4.1 que apesar do crédito ao comércio ser o mais procurado pelos clientes da MORABI pois grande parte dos clientes da instituição continua a ser pessoas que trabalham no setor de comércio informal, podemos constatar que o crédito a Habitação e Melhorias passou a ser o segundo produto mais procurado pelos clientes atingindo os 27% do total da carteira ativa já este ano (atrás do comércio) e que o crédito consumo também tem ganhando terreno ocupando a terceira posição tendo passado de 12% em 2019 para os 16 % do total dos créditos ativos tanto no ano de 2020 como em 2021.

Quadro 4.1 – Carteira Ativa / Setor de Atividade

<i>Setor</i>	<i>2019</i>	<i>%</i>	<i>2020</i>	<i>% Carteira</i>	<i>2021-6</i>	<i>%</i>
	<i>Carteira</i>				<i>Carteira</i>	
<i>Comercio</i>		41%	76	36%	78	35%
	76 222		510		796	
	757		026,00		428,00	
<i>Agropecuária</i>		11%	18	8%	17	8%
	20 025		212		423 508	
	100		811,00			
<i>Habitação e Melhorias</i>		19%	53	25%	60	27%
	34 310		874		251 125	
	943		024,00			
<i>Mobiliários e Eletrodomésticos</i>		5%	13	6%	14	6%
	8 849		141		404 140	
	059		446,00			
<i>Consumo</i>		12%	33	16%	34	16%
	22 416		394		863 872	
	571		713,00			
<i>Pesca</i>		2%	2	1%		1%
	3 789		550		2 718	
	312		378,00		128	
<i>Serviços</i>		7%	11	5%	10	5%
	12 284		521		257 780	
	752		093,00			
<i>Transformação</i>		4%	5	3%		2%
	6 783		962		5 561	
	714		350,00		678	
		100%	215	100%	224	100%
	184 682		166		276 659	
	208		841,00			

Fonte: Morabi

Este aumento reflete um pedido antigo dos clientes da instituição assim como a flexibilidade que o programa de Microcrédito da MORABI apresenta no sentido de ir ao encontro das necessidades do seu público-alvo.

De realçar também, não obstante boa parte dos clientes continuarem a procurar o crédito para comércio formal, grande parte são para atividades no setor informal cerca de 60%, neste sentido a MORABI tem desenvolvido um trabalho em parceria com o Governo e outras instituições no sentido de sensibilizar estes micro empresários para a formalização destas unidades de negócio.

Paralém deste aumento de oferta creditícia a MORABI tem apostado na Educação Financeira de um modo completar ao crédito, pois a instituição acredita que esta orientação é um elemento importante para que os clientes de certa forma rentabilizem os créditos obtidos através de uma melhor gestão dos recursos assim como da tomada de melhores decisões, o que porventura lhes permitirá obter mais rendimentos e maximizar os resultados da aplicação desses recursos.

Contudo a mudança legislativa e a passagem do programa de Microcrédito para uma Cooperativa de Poupança e Crédito trouxeram novos desafios à instituição, pois a instituição sempre teve na sua génese ao criar esse programa um forte cariz social o que com a separação da parte social da parte do crédito não permite que a Associação trabalhe com o crédito, impondo novos procedimentos como a não possibilidade de a Cooperativa operar com fundos de terceiros (doados) mas sim apenas com fundos próprios.

Conforme expressou a Coordenadora Regional –

“Assim sendo este aspeto é menos positivo da lei do meu ponto de vista porque a nossa perspetiva é meramente social – nunca a MORABI visou o lucro ou visou uma atividade económica com Microcrédito, portanto o objectivo sempre foi de dar oportunidades as mulheres de terem acesso a recursos financeiros (...) assim sendo do nosso ponto de vista social estamos nessa encruzilhada”

Outro aspeto importante que a imposição legal trouxe foi a impossibilidade da instituição poder captar poupança e depósitos do público geral, só podendo acontecer essas modalidades para os membros da cooperativa que são 32 (31 membros individuais e uma pessoa coletiva a MORABI associação). Com isto a instituição ficou muito limitada no sentido de conseguir captar mais recursos o que tem sido uma preocupação da instituição.

Relativamente aos objectivos a Coordenadora Regional diz que:

“o que era o objectivo inicial da MORABI?!era de proporcionar as mulheres com menos escolaridade sem qualificação profissional que não conseguiam aceder ao mercado de trabalho terem acesso aos recursos financeiros para desenvolverem uma atividade económica que lhes pudesse facilitar acesso a emprego”

“De uma maneira geral todos os programas da MORABI visam a inserção social da mulher e económica, política, cultural da mulher cabo-verdiana e a partir do momento que se inegrou a perspetiva gênero a MORABI tem trabalhado com dois grupos-alvos paralelamente, o homem e a mulher, juntos numa perspetiva de gênero (...)”

O programa mantém assim em grande medida os mesmos objectivos que são fundamentalmente promover a inclusão financeira das pessoas mais desfavorecidas e com menos possibilidades de acesso à banca tradicional, trabalhando numa perspetiva de gênero onde as mulheres assumem um papel central

(não negligenciando o papel dos homens), permitindo o acesso ao financiamento das mesmas e consequente empoderamento, tendo sempre presente a sustentabilidade institucional.

Com a questão já referida anteriormente da impossibilidade de captar poupanças e depósitos do público em geral um dos objectivos é tornar a instituição à luz da nova legislação um Microbanco que permita essa forma de captação de recursos.

A Presidente do Concelho diz que:

“O objectivo maior da instituição (cooperativa) é transformar a instituição num Microbanco (...) também com características inclusivas que acolhe não só a população que não tem acesso a banca tradicional mas também oferece outros produtos e serviços nomeadamente a captação de poupança e depósitos (...) neste momento ao conceder crédito a um cliente este não poderá guardar o seu dinheiro na nossa cooperativa pelo facto de não ser membro, pelo que terá de procurar outra instituição para realizar o seu depósito e suas poupanças ”

4.3 O(s) Contributos do Microcrédito da Morabi para o Desenvolvimento Socioeconómico de Cabo Verde

Desde a sua criação que a MORABI tem como propósito permitir o acesso a recursos financeiros as pessoas em situação de desemprego e vulnerabilidade social (principalmente as mulheres) de modo a desenvolverem uma atividade económica e terem acesso ao emprego.

Quando se fala de uma forma mais focalizada nos benefícios e impactos do Microcrédito disponibilizado, fica claro ao questionarmos os entrevistados que em grande medida a questão do rendimento e do emprego estão no centro das preocupações, pois é a partir da criação de trabalho (principalmente auto-emprego) e do acesso ao rendimento que os beneficiários conseguem a melhoria das suas condições de vida e das respetivas famílias, assim como ter um impacto nas comunidades.

A instituição acredita que ao número de clientes ativos é proporcional o número de empregos criados, ou seja, há uma relação direta, e acredita que o Microcrédito é uma alternativa de se conseguir o acesso ao autoemprego, mas também de gerar novos postos de trabalho, pois muitos conseguem com seus projetos alcançar patamares que as vezes estão fora da capacidade de financiamento da própria instituição.

Conforme expressa a Coordenadora Regional:

“ É um impacto muito positivo, senão vejamos relativamente a promoção do auto-emprego tendo em conta a alta taxa de desemprego no país que há muito tempo tem estado no centro das atenções de sucessivos Governos que é o combate ao desemprego em Cabo Verde, neste sentido a MORABI através do seu programa de Microfinanças através da Cooperativa tem dado uma grande contribuição tem impactado (...) Temos vários exemplos e experiências (...) temos uma Sra em São Vicente que só com o Microcrédito da MORABI tinha empreendido 5 negócios no ramo da beleza, e ela é um exemplo como tantos outros espalhados por Cabo Verde em que para além de ter o emprego deu emprego a outras pessoas – portanto é um exemplo de que o nosso programa não só cumpriu o seu objectivo como também

impactou a vida das pessoas e contribuiu grandemente para a redução da taxa de desemprego em Cabo Verde através do auto emprego e do emprego ”

Portanto o Microcrédito impacta em grande medida ao permitir o acesso a rendimento e auto-rendimento através da atividade económica que o beneficiário desenvolve, que depois tem o efeito “dominó” em outros aspetos importantes e fundamentais para a melhoria das condições de vida das pessoas, famílias e comunidades de um modo geral. Esse acesso a uma atividade económica das respostas a outras dimensões como a educação a saúde, acesso a bens de consumo, assim como melhoria das condições habitacionais que constituem direitos básicos importantes e fulcrais a uma vida condigna de qualquer ser humano.

Conforme reitera a Coordenadora Regional:

“ (...) a pessoa ao ter acesso a esses bens básicos esta a ter acesso aos seus direitos básicos e acreditameos é das melhores formas que o Microcrédito podia impactar a vida das pessoas que é permitir o aceso aos seus direitos e apartir dali já começar as outras coisas que queira conseguir (...) permite a pessoa sair do ciclo da pobreza (...) repare que se a pessoa não tiver emprego porque não tem qualificação porque não tem escolaridade (...) estando no desemprego como pode permitir o acesso a educação aos filhos? Como é que consegue o acesso a saúde? como melhora a sua condição de habitação? Portanto o Microcrédito impacta desta forma, a pessoa consegue ter o seu salário e seu auto-rendimento através da sua atividade e não tenha que estar atrás das Câmaras dos serviços públicos a pedir emprego (...)”,

Outro aspeto destacado pelos entrevistados são os muitos quadros que hoje em dia trabalham em várias empresas quer do setor público quer privado, que são “filhos da morabi” pois as mães através do acesso ao crédito e da atividade económica desenvolvida com o valor do crédito, conseguiram pagar a faculdade aos filhos que hoje são quadros e que contribuem para a criação de riqueza no país.

A Coordenadora Regional destaca que:

“Porque quando uma pessoa é educada concerteza que faz transformações na sua vida e consequentemente na comunidade onde esta inserida é dessa forma que nos vemos esse impacto.”

Ela exemplifica este aspeto dando os seguintes exemplos:

“ Conheço outra Sra com um pequeno crédito começou a venda de pastéis de milho na ilha de Santiago na estrada da localidade de São Domingos e que o próprio filho uma vez disse *que eu sou filho da morabi* eu lhe disse porquê?E ele disse *porque a minha mãe com o crédito da MORABI é que conseguiu pagar os estudos e hoje sou funcionário das Nações Unidas (...)* Conheço outra Sra na localidade dos Picos (ilha de Santiago) que disse que mandou os 3 filhos para a Faculdade com a venda de doces - ela apenas participou numa formação promovida pela MORABI (...) depois teve acesso ao crédito criou uma unidade de produção, comprou equipamentos , comprou matéria prima iniciou o processo de transformação e com a venda de doces conseguiu pagar os estudos ao filhos ”

A dimensão da auto-estima e da autonomia financeira da mulher é também relevante pois através da orientação que a instituição dá aos clientes e o aconselhamento permite que essas pessoas acreditem mais em si mesmas e nas suas capacidades onde a partir do qual os negócios ganhem maior prosperidade.

A Presidente do Conselho de Direcção frisa que:

“Portanto a pessoa que entra na MORABI ontem já não será a mesma pessoa de hoje e amanhã isso pelos impactos referidos anteriormente (...) conseguem ver que podem fazer algo que lhes garantem o rendimento permitindo-lhes o sustento da família”.

Esta questão é reforçada pela Presidente da Associação que diz que:

“O grande impacto é a autonomia financeira da Mulher, não só financeira a autonomia da mulher o empoderamento da mulher (...) porque eu quando falo de crédito eu falo de tudo o que rola a volta do crédito porque tu trabalhas o crédito, mas tu trabalhas a informação a trabalhas a formação – todas as mulheres da sucupira e dos mercados tiveram formação em termos de autoestima, bem-estar familiar de saúde de gestão do negócio (...)”.

Portanto o Microcrédito desenvolvido pela instituição visa promoção do auto-emprego que depois abarca o combate ao desemprego e a pobreza, pois o acesso ao emprego permite o acesso a satisfação de necessidades básicas e é esse em grande medida a função do Microcrédito da MORABI, promover o auto-emprego e dessa forma contribuindo para a redução da taxa de desemprego em Cabo-Verde.

Outro aspecto é o aumento da renda familiar que constitui um dos principais impactos pois grande parte das pessoas que solicitam o crédito da instituição pretendem iniciar uma Atividade Geradora de Rendimento (AGR) ou ampliar alguma atividade que já desenvolvem. Conforme explica o Diretor Comercial da Cooperativa -

“Mais de 60% dos créditos são pessoas sem salário efetivo ou que trabalham no setor informal, sendo que desses cerca de 50% são pessoas que procuram o crédito para iniciar uma atividade geradora de rendimento ou seja não tinham um rendimento automaticamente o primeiro crédito já em si cria um emprego (...) os créditos para AGR tem ligação direta com a criação de emprego e criando outros postos de trabalho indiretamente (...)”.

Por outro lado, MORABI através do Microcrédito consegue constituir-se uma alternativa nas políticas públicas, trabalhando ao mesmo tempo em parceria com o Governo nas respostas a questões como o desemprego e a pobreza. A instituição com os seus programas quis constituir-se como um meio complementar as respostas públicas, dando respostas e permitindo que pessoas e famílias não estejam sempre dependentes da resposta do Estado ou outras entidades públicas regionais (Câmaras Municipais) que não tem capacidade nem recursos para sozinhos darem resposta a todas as necessidades das populações. Tudo isto em certa medida contribui para reduzir alguma pressão sobre as instituições públicas e os recursos públicos.

Conforme reitera a Presidente do Conselho:

“Quando um cliente acede as Microfinanças é menos uma pessoa na pobreza (...) menos um problema por resolver (...) nos estamos a contribuir para a inclusão social como financeira de pessoas

e família, poderá ser menos um jovem que o Governo poderá de alguma forma financiar (...) são menos problemas sociais que teremos de resolver daí o trabalho das IMF de extrema importância, pelos feitos alcançados até agora não obstante as limitações financeiras”.

De realçar ainda que algumas empresas (micro e pequenas) que atuam no mercado tem início com o financiamento do Microcrédito, ou seja arancam com pequenos montantes devido as facilidades que o Microcrédito oferece, e depois vão crescendo até chegar ao ponto onde o Microcrédito já não consegue dar resposta, pois a instituição tem limites na sua capacidade de empréstimo a nível do montante máximo que por imposição legal só pode ser até 15% do seu capital social que é atualmente de 10 320 000 ECV. Portanto há de certo modo um fomento as Micro e pequenas empresas pois a base dos créditos da instituição são em grande medida para setores produtivos independentemente da estrutura organizacional ou legal dos pequenos operadores, ou seja, praticamente todos os micro e pequenos empresários (formal ou informal).

Conforme realça o Diretor Comercial:

“Muitas das empresas que temos em Cabo Verde começaram através do Microcrédito (...) dentro das nossas limitações começaram aqui com pequenos créditos que eram possíveis e foram criando, crescendo até um ponto que se encontram neste momento (...) muitos continuaram, outros estão em patamares que não conseguimos acompanhar a nível das necessidades de crédito. ”

A instituição tem procurado alternativas no sentido de dar resposta a procura e as necessidades dos clientes e potenciais clientes. Neste sentido procura no mercado respostas, estando a trabalhar neste momento a emissão de *social bonds* o que seria algo pioneiro no mercado das microfinanças, também na tentativa já referida de se tornar um Microbanco podendo assim captar os depósitos e poupanças dos clientes, não ficando apenas dependente dos empréstimos bancários.

Portanto é de se reconhecer o papel e a contribuição que a MORABI tem dado enquanto um parceiro de desenvolvimento de Cabo Verde, todo o trabalho que tem desenvolvido inclusive em parceria com o Estado e instituições públicas e privadas. Contudo esta contribuição é limitada quando se vê o quadro das respostas como um todo, pois as limitações institucionais são ainda grandes principalmente a nível da própria capacidade institucional (custos operacionais elevados que não permitem ter agências em todas as ilhas), da limitação a nível de liquidez e na própria capacidade de financiar (na captação de fundos), a própria limitação legal (a nível de montante máximo para financiamento etc) que não permite muitas vezes acompanhar o crescimento das atividades económicas dos beneficiários de Microcrédito, não podendo ter um alcance desejado e dar uma resposta a nível da procura existente para estes serviços.

Conforme diz a Coordenadora Regional:

“Desejável era que as pessoas tivessem acesso em todo os municípios de forma igual, mas infelizmente não podem porque não há condições, a nossa capacidade institucional não nos permite oferecer estes serviços de forma igual em todos os municípios”.

“A contribuição é positiva temos contribuído para o processo de desenvolvimento permitir o acesso das pessoas a economia (contribuído para o desenvolvimento económico) mas temos consciência da nossa pequenez porque nos não conseguimos enquanto organização social dar as respostas (...)”

Tudo isto vai de encontro em grande medida aquilo que foi visto na revisão da literatura, o Microcrédito enquanto instrumento de estímulo ao (micro) empreendedorismo e criador de trabalho e rendimento nas camadas mais desfavorecidas, assim como Yunus idealizou o Microcrédito (para ter este tipo de impacto), baseado em princípios muito semelhantes aos que a MORABI aplica no seu programa de Microcrédito. Assim como Yunus (2011) descreveu o programa de Microcrédito no *Grammeen* que tinham como *target* as mulheres, que a partir do primeiro empréstimo dinamizavam suas vidas, investindo na educação dos filhos e nas melhorias das condições de vida da família, num processo contínuo de tomada de crédito.

O microcrédito desenvolvido pela MORABI vai de encontro em grande medida nas suas metodologias e efeitos aquilo que foi visto na revisão de literatura deste trabalho, um instrumento que dá respostas quer a nível de luta contra a pobreza, no fomento do micro (empreendedorismo), como no fomento de micro e pequenas empresas e no processo de inclusão financeira e social, apresentando um carácter social forte e cujo alcance vai muito além dos beneficiários mas sim da família e da comunidade como um todo. De realçar ainda que todo este quadro assume especial relevância em contextos em desenvolvimento como o caso de Cabo verde país de poucos recursos, e com problemas estruturais de pobreza.

Capítulo 5- Conclusão

Cabo Verde na perspetiva de um país em desenvolvimento e de rendimento médio, tem utilizado o Microcrédito como uma alternativa no processo de combate a problemas sociais como o desemprego e a pobreza, que assumem no contexto cabo-verdiano um carácter estrutural.

O Microcrédito desenvolvido pelas Instituições de Microfinanças, e pela MORABI em particular vai de encontro ao que tem acontecido em grande medida nos países em desenvolvimento, nomeadamente a grande predominância do sexo feminino que se assume como dinamizadora do desenvolvimento familiar e comunitário, através do recurso ao Microcrédito.

Usando princípios como o de proximidade com os seus beneficiários, de parceria entre o social e microcrédito, a MORABI tem conseguido elevar a autoestima das mulheres chefes de família e fazer com estas explorem e potenciem o seu potencial pessoal assim como o potencial dos seus negócios.

A teoria económica sugere que a criação de emprego e fonte de rendimento são dois aspetos importantes no processo de desenvolvimento económico.

Partindo desse pressuposto podemos dizer que o microcrédito desenvolvido pela MORABI, tem conseguido dar um contributo importante no processo de desenvolvimento socioeconómico do país, pois um dos principais designios deste programa consiste no suporte a atividades geradoras de rendimento, na criação de autoemprego, como base para a melhoria das condições de vida das famílias cabo-verdianas.

Não obstante as limitações institucionais, contextuais do próprio país, e principalmente de ordem financeira na resposta aos problemas sociais, podemos dizer que a instituição tem conseguido dar respostas positivas, permitindo que as mulheres ganhassem maior visibilidade, melhorando a posição social, política e económica e desse modo participar de uma forma mais ativa no processo de desenvolvimento socioeconómico do país.

Posto isto, tendo em conta a análise realizada, é possível concluir apesar das limitações do estudo de caso realizado, que o Microcrédito tem sido um instrumento alternativo importante na luta contra a pobreza e exclusão social, na promoção do trabalho (autoemprego e emprego), gerando oportunidades de acesso ao rendimento, permitindo modo geral que as famílias principalmente as lideradas por mulheres melhorem as suas condições de vida e das suas comunidades. Dizer ainda que este tem contribuído para o processo de inclusão financeira no país através do alargamento da oferta de crédito no mercado, assim como para o aparecimento de micro e pequenas empresas, dando um contributo ainda que com algumas limitações de ordem financeira e legal, para o fomento destes empreendimentos.

5.1 Limitações do Estudo

Não sendo a única, mas a grande limitação deste estudo foi o contexto excepcional de pandemia que vivenciamos durante este último ano e meio e que infelizmente coincidiu com a realização deste trabalho.

Neste contexto não foi possível deslocar a Cabo Verde para a realização do estudo empírico, tendo a recolha de dados primários sido realizado virtualmente sem nenhum tipo de contacto com a realidade empírica do trabalho. O planeado e o desejável seria sempre realizar entrevistas aos beneficiários da instituição em todo o país, usando a técnica de entrevistas estruturada através do inquérito por questionário, missão essa que perante o contexto já referido tornou-se uma tarefa muito difícil de se concretizar, pois isso exigiria uma complexa operação através dos meios online.

Com isto tivemos que realizar o estudo de Caso único tendo realizado as entrevistas a membros da organização de forma virtual através do zoom, pois tendo em conta a realidade já referida, a dificuldade de deslocação ao terreno (Cabo Verde), devido também a própria heterogeneidade e características dos beneficiários do programa de Microcrédito da Morabi (muitas vezes não tem literacia digital e nem meios e equipamentos informáticos), optamos pela limitação das entrevistas, realizando-as apenas aos Membros da instituição em causa.

Também o facto de o estudo ser de carácter qualitativo (interpretativo) e de ter sido realizado um estudo de caso único, poderá em certa medida limitar as conclusões do estudo e suas extrapolações para a realidade como um todo.

5.2 Recomendações e Sugestões para Investigação

Tendo em conta a relativa importância que o setor das Microfinanças apresentam no panorama social e económico do país, poderia ser relevante o estabelecimento de parcerias entre as instituições de Microfinanças e instituições públicas como o INE, ministérios da tutela assim como outros institutos da administração pública, com o intuito de realizarem estudos e produzirem dados específicos (como o nº de empregos criados, a sua contribuição concreta na criação de riqueza do país ou seja para o PIB etc) sobre o setor, o que poderia permitir um melhor direccionamento das políticas para o setor, fornecendo um apoio nas tomadas de decisão futura.

Ao nível de sugestões para investigações futuras poderia ser interessante estudos de carácter mais quantitativo sobre o impacto do Microcrédito na economia do país.

Referências Bibliográficas

- Afonso, J., S., 2010. *Microcrédito e Território – Portugal como Estudo de Caso*. Mestrado em Economia e Gestão das Cidades, Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Economia. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/45946/2/Microcrdito%20e%20Territrio%20Joana%20Afonso.pdf> [Consultado em 10 de fevereiro 2021]
- Ambrósio, R., (sd). *O microcrédito como instrumento de combate à Pobreza em África – o estudo do caso da Move, em Moçambique*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Lisboa, ISEG. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3492/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf> [consultado em 22 outubro 2020]
- Banco Mundial, (2019). *Accelerating Poverty Redution in Africa*. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5973> > [consultado em 19 de outubro 2020]
- Banco Mundial, 1990. *World Development Report 1990: Poverty*. New York: Oxford University Press. Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5973> >. [consultado 22 de outubro 2020]
- Banco Mundial, 2018. *Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle*. Washigton, DC: Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30418> >. [consultado em 23 Outubro 2020]
- Banco Mundial, 2018a. *República de Cabo Verde: ajustando o modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortaleer a Inclusão Social*. [pdf]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/320521541698395488/pdf/130289-SCD-REVISED-PORTUGUESE-P159323-PUBLIC.pdf> [consultado em 21 de dezembro 2020]
- Banco Mundial, 2020. *Poverty*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1> >. [consultado em 22 de outubro de 2020]
- Barros, I., 2011. *Impacto do Microcrédito no Emprego em Portugal: Um estudo de caso*. Tese de Mestrado em Economia e Gestão da Inovação, Porto, Universidade do Porto – FEP. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57308/2/20110725%20Versao%20Final%20Tese.pdf> [Consultado em 2 março de 2021]
- Bernardino, S., Freitas Santos, J., & Vicente, Z. 2017. *Papel do Microcrédito na iniciativa empresarial em Cabo Verde*. [Em linha]. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/10340> [Consultado em 20 janeiro 2021].
- Bernardino, S., Vicente, Z., 2016. *O Microcrédito em Cabo Verde - O caso de 4 ONGs, VIII Congresso Internacional de Casos Docentes em Marketing Público e não Público*, pp.57-65. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/10341> [Consultado em 18 março 2021]
- Bernardino, S.; Freitas Santos, J. & Vicente, Z. (2017). *Papel do microcrédito na iniciativa empresarial em Cabo Verde*. Livro de atas da 7.ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo, Esposende, 8-9 junho, 73-82.
- Braga, M., Jr, R., 2000. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. *Revista de Análise Económica*. [Em linha] 18 (33), disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10643/6277> [Consultado em 5 março 2021]
- Bryman, A., 2012. *Social Research Methods*. [Livro Eletrónico]. Londres: Oxford University press, Disponível em: https://www.academia.edu/38228560/Alan_Bryman_Social_Research_Methods_4th_Edition_Oxford_University_Press_2012_pdf [Consultado em 3 Maio 2021]
- Canastra, F., Haanstra, F., Vilanculos, M., 2015. *Manual de Investigação Científica da Universidade de Moçambique*. [Livro Eletrónico] Beira: Universidade Católica de Moçambique, Disponível em: http://reid.ucm.ac.mz/manual/Manual-de-Investigacao-da-UCM_Janeiro-de-2015.pdf [Consultado em 5 junho de 2021]

- Capucha, L., 2004. *Desafios da Pobreza*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL. Disponível em: <https://www.academia.edu/25911964/Desafios_da_Pobreza > [consultado em 10 de outubro 2020]
- Carvalho, M., 2012. *Empreendedorismo Jovem em Cabo Verde: necessidade e oportunidades*. Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3364/1/tese%20Marline%20Carvalho.pdf> [Consultado em 27 janeiro 2021]
- Chandy, R., Narasimhan, O., 2011. How Micro-Entrepreneurs Could Change the World. *Business Strategy Review*, [Em linha] 22(1) pp.52-55. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8616.2011.00729.x>
- Comissão Europeia (EC), 2013. *Plano de Ação Empreendedorismo 2020: relançar o espírito empresarial na Europa*. [pdf]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=COM\(2012\)795&lang=pt](https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=COM(2012)795&lang=pt) [consultado em 21 janeiro 2021].
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM), 2018. *Global Report*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/file/open?fileId=50213> [consultado em 23 janeiro 2021]
- Gomes, 2005. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. *Revista eletrónica de Administração*. [Em linha]. 4 (2). Disponível em: <https://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea/article/view/192> [consultado em 12 janeiro 2021]
- Gonzalez, L., César, R., Sério, L., 2014. *Microcrédito e Impacto sobre a Geração de Renda: O caso do Banco Real*. *Revista de Economia Contemporânea*, [Em linha] 18(3) pp.453-476. <http://dx.doi.org/10.1590/141598481837>
- Gordon D., e Levitas R., e Pantazis C., 2006. *Poverty and Social Exclusion in Britain: The millennium survey* [livro eletrónico] UK: The Policy Press University of Bristol. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=T941DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false > . [consultado em 22 outubro 2020]
- Hossain, M., 1988. *Credit For Alleviation of Rural Poverty: Grammen Bank in Bangladesh*. [Em linha], International Food Policy Research, Institute Research Report, 65. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5057039_Credit_For_Alleviation_of_Rural_Poverty_The_e_Grameen_Bank_in_Bangladesh [Consultado em 25 Fevereiro 2021]
- INE, 2018. *O Perfil da Pobreza: Evolução da pobreza monetária absoluta 2001/2002, 2007 e 2015*. [pdf]. Disponível em: <http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/idrf-2015-perfil-da-pobreza-versao-final.pdf?imohlfkfnohlkfkf> [consultado em 7 janeiro 2021]
- INE, 2018a. *Anuário Estatístico 2018*. [pdf]. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2020/10/aecv-2018.pdf> [consultado em 15 janeiro 2021]
- Jornal Observador, 2020. *Micro empreendedores em Cabo Verde com Garantias do Estado até 13.500 euros*. [Em linha]. Disponível em: <https://observador.pt/2020/10/19/micro-empreendedores-em-cabo-verde-com-garantias-do-estado-ate-13-500-euros/> [Consultado em 27 janeiro 2021]
- Leite, I., 2004. *Entre África e Europa: Cabo Verde e sua estratégia de desenvolvimento*. [Em linha]. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1016/2/Cabo_Verde%5B1%5D.pdf [consultado em 20 de dezembro 2020]
- Manos, M., 2006. *Sistema Financeiro e Desenvolvimento Económico: O papel do Microcrédito*. [Livro Eletrónico] Brasil: Embrapa Tabuleiros Costeiros: Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/372668/1/livromicrocredito.pdf> [Consultado em 10 março 2021]
- Marta, V., 2016. *Financiamento Bancário às Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde*. [pdf]. Disponível em: <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/Documents/Financiamento%20Banc%20e%20Irrio%20e%20Pequenas%20e%20M%20e%20Empresas%20em%20Cabo%20Verde%20V%20e%20A2nia%20Cardoso%20Marta%20202016.PDF> [consultado em 26 janeiro 2021]
- Meirinhos, M., Osório, A., 2010. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *Revista de educação*. [Em linha] 2 (2), disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24/27> [Consultado em 2 junho 2021]

- Monteiro, M., 2013. *Financiamento e Empreendedorismo em Cabo Verde: relação e dinâmica*. Tese de Mestrado em Finanças Empresariais, Algarve, Universidade do Algarve. Disponível em: <https://sapiencia.ualg.pt/handle/10400.1/3688> [Consultado em 20 janeiro 2021].
- Mucha, M., 2017. *Microempreendedorismo Inclusivo: Território, Boas Práticas e Inovação – Estudo de Caso no Alto Minho*. Tese de Mestrado em Economia Social, Porto, Católica Porto Business School. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/23627/1/Trabalho%20Final%20CPBS_Vers%C3%A3o%20DEFINITIVA%20Mar%C3%A7o%202017.pdf [Consultado em 16 janeiro 2021]
- Nascimento, A., 2011. *Moeda Palma e o Desenvolvimento Sustentável do Conjunto Plameiras através da Economia Solidária*. Tese Mestrado em Economia, Brasil, Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/bitstream_riufc_6213_1_2011_dissert_amnascimento.pdf [Consultado em 2 de fevereiro 2021]
- Nunes, G., Nascimento, M., Alencar, M., 2016. Pesquisa Científica: Conceitos Básicos. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*. [Em linha] 10 (29), disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390/0> [Consultado em 24 maio 2021]
- Oliveira, M., 2011. *Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. [Livro Eletrónico] Brasil: Universidade Federal de Goiás, Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf [Consultado em 11 abril 2021]
- Orrico, I., 2015. *O Microcrédito em Cabo Verde: Importância do Microcrédito na criação de Negócios Locais na ilha de Santiago*. Tese de Mestrado em Contabilidade e Gestão de Instituições Financeiras, Lisboa, ISCAL. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/6500/1/O%20Microcr%C3%A9dito%20em%20Cabo%20Verde%20-%20Impacto%20do%20MC%20na%20Criacao%20de%20Negocios%20Locais%20na%20Ilha%20de%20Santiago.pdf> [Consultado em 17 Fevereiro 2021]
- Orrico, I., 2015. *O Microcrédito em Cabo Verde: Importância do Microcrédito na criação de Negócios Locais na ilha de Santiago*. Tese de Mestrado em Contabilidade e Gestão de Instituições Financeiras, Lisboa, ISCAL. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/6500/1/O%20Microcr%C3%A9dito%20em%20Cabo%20Verde%20-%20Impacto%20do%20MC%20na%20Criacao%20de%20Negocios%20Locais%20na%20Ilha%20de%20Santiago.pdf> [Consultado em 17 Fevereiro 2021]
- Portela J., Hespanha P., Nogueira C., Teixeira M. & Baptista A. 2008. *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. [Em linha]. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/outras/200802/versao_completo.PDF [consultado em 12 janeiro 2021]
- Proença, C., 2009. *A exclusão Social em Cabo Verde uma Abordagem Preliminar*. [Em linha]. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/845/1/CESA-DT_76-2009.pdf [consultado em 05 de janeiro 2021]
- Raworth, K., 2017. *Economia Donut: Sete formas de pensar como um economista do século XXI*. Lisboa, Temas e Debates.
- Rodrigues, F., Xavier J., Sousa, W., Nascimento, J., Bernardes J., 2015. O Microcrédito como Ferramenta de Desenvolvimento socioeconómico para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos: um estudo de caso sobre o Crediamigo em Petrolina-PE. *Revista Eletrónica Gestão&Saúde*. [Em linha] 6 (2), pp.1002-26. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/2748> [Consultado em 4 março 2021]
- Silva, A., 2012. *Microcrédito em Cabo Verde Análise da Sustentabilidade de duas Instituições de Microfinanças em 2008 e 2009*. Tese de Mestrado em Finanças, Lisboa, ISEG. Disponível em: <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=316896&method=getFile> [Consultado em 11 março 2021]
- Siqueira J., Rocha J., Telles R. 2013. *Microempreendedorismo: Formalidade ou Informalidade?* [Em linha]. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/423.pdf> [consultado em 13 janeiro 2021]

- Sousa, H., 2012. *A prática baseada em evidência: uma metodologia fundamental para os alunos de enfermagem*. [Em linha]. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2790/3/T_18151.pdf [consultado em 19 de Março 2021]
- Tavares, A., 2011. *Sistema Bancário de Cabo Verde: Concentração e Eficiência*. Tese Mestrado em Finanças, Lisboa, ISEG. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4950/1/DM-AMT-2011.pdf> [Consultado em 28 de março 2021]
- Yunus, M., (2011). *A empresa Social: A nova dimensão do Capitalismo para fazer face as necessidades mais prementes da humanidade*. 1ed. Lisboa, Editorial Presença.

Anexos

Anexo I - Guia de Perguntas da Entrevista Semi-Estruturada

Nome:

Idade: Sexo: Cargo Ocupa: Quanto tempo:

P1- Como vê a evolução do programa do MC da Morabi?

P2- Com é que as pessoas percebem o (s) procedimento (s) para aceder ao crédito na Morabi? A nível de acessibilidade e eficácia.

P3 - Quais os principais objectivos do programa disponibilizado?

P4 - Baseado na sua experiência quais acha que são os principais impactos do Microcrédito disponibilizado pela Morabi?

P5- Quais as principais mudanças que vê na vida dos clientes/beneficiários? / Porquê acha que o Microcrédito tem impacto na vida dos beneficiários e comunidades?

P6- A nível do trabalho (emprego e auto-emprego) e geração de rendimento, como vê o papel do Microcrédito?

P7- (Se lhe perguntassem como o Microcrédito da Morabi contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde o que diria?) / Como vê a sua contribuição para o Desenvolvimento (socioeconómico) do país em geral?

P8- Acha que o programa de Microcrédito da Morabi contribui para criação e/ou fomento de micro e pequenas empresas (formais ou informais)?